



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 591-1123 - FAX (067) 591-1133
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Fis. 02

Rubrica

LEI N.º- 640/00 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DESIGNAR ÓRGÃOS DA IMPRENSA ESCRITA, FALADA OU TELEVISIONADA, PARA PUBLICAR ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO.

O Prof. ANTONIO ARCANJO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc, etc, etc.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

- ARTIGO 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a designar órgãos da imprensa escrita, falada ou televisionada, para publicação de atos oficiais do município de Santa Rita do Pardo – MS.
- ARTIGO 2º- Toda alteração ou substituição que eventualmente venha a ocorrer quanto ao órgão encarregado de publicação de atos oficiais do município, deverá ser comunicado à Câmara Municipal para conhecimento.
- ARTIGO 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- ARTIGO 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EM 29 DE DEZEMBRO DE 2000.

Prof. Antonio Arcanjo dos Santos
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA SECRETARIA GERAL, NA DATA ACIMA E AFIXADA NO LOCAL DE COSTUME

Julio Oliveira Filho
Secretário Geral

Page 2

SECRET

1. The following information was received from the
Office of the Secretary, U.S. Department of State,
Washington, D.C., on 11-11-61:

2. The following information was received from the
Office of the Secretary, U.S. Department of State,
Washington, D.C., on 11-11-61:

3. The following information was received from the
Office of the Secretary, U.S. Department of State,
Washington, D.C., on 11-11-61:

4. The following information was received from the
Office of the Secretary, U.S. Department of State,
Washington, D.C., on 11-11-61:

5. The following information was received from the
Office of the Secretary, U.S. Department of State,
Washington, D.C., on 11-11-61:

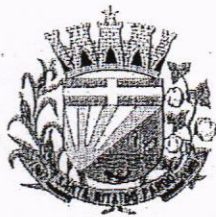
6. The following information was received from the
Office of the Secretary, U.S. Department of State,
Washington, D.C., on 11-11-61:

7. The following information was received from the
Office of the Secretary, U.S. Department of State,
Washington, D.C., on 11-11-61:

8. The following information was received from the
Office of the Secretary, U.S. Department of State,
Washington, D.C., on 11-11-61:

9. The following information was received from the
Office of the Secretary, U.S. Department of State,
Washington, D.C., on 11-11-61:

10. The following information was received from the
Office of the Secretary, U.S. Department of State,
Washington, D.C., on 11-11-61:



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000- SANTA RITA DO PARDO – MS

Fis. 03

Rubrica

DECRETO N.º 045/2016 DE 13 DE ABRIL DE 2.016.

“DESIGNA ÓRGÃO DA IMPRENSA PARA
PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO PODER
EXECUTIVO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO
PARDO-MS”.

Cacildo Dagno Pereira, Prefeito Municipal de Santa
Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno
exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe
são conferidas por Lei.

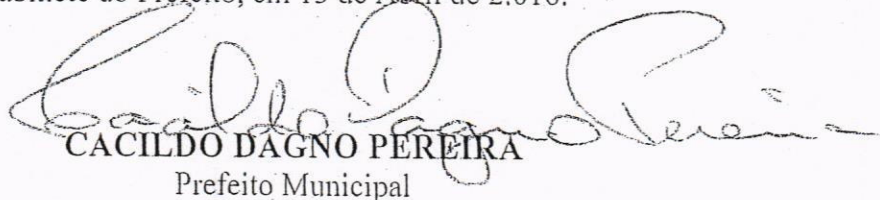
DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica designado o jornal “JORNAL DA CIDADE”, Empresa Osmar da Silva
Mello & ME da cidade de Brasilândia – MS - como órgão da imprensa oficial para
publicidade de atos oficiais do Poder Executivo Municipal de Santa Rita do Pardo – MS, de
acordo com o Resultado do Processo nº13 Modalidade Pregão nº 08.

ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de Abril de 2.016.


CACILDO DAGNO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Controle e Gestão na data acima e afixado no local
de costume


OZIEL DIAS LEAL
Secretário de Controle e Gestão

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2016
PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016
O Município de Santa Rita do Pardo-MS, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial do Município e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preços nº 16/2016, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE TENDAS TIPO PIRÂMIDE, PALCOS E SANITÁRIOS CUBÍCULOS PARA UTILIZAÇÃO EM EVENTOS REALIZADOS OU PATROCINADOS PELA PREFEITURA**. Data de Abertura: 02/05/2016 às 09:00 horas (horário oficial do estado de Mato Grosso do Sul). O Edital e seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura de Santa Rita do Pardo-MS, situada na Rua Marechal Floriano Peçovo 910, Centro, informações pelo fone 67 3391 1123 ou através de solicitação pelo EMAIL: licitacao@prp.mg.gov.br. Sanatário do Pardo-MS, 11 de Abril de 2016. ADEMIR BEZERRA DA SILVA - PREGOEIRO

DECRETO Nº 045/2016 DE 13 DE ABRIL DE 2016.
"DESIGNA CARGO DA IMPRENSA PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO-MS"
Cassio Dago Pereira, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA: Art. 1º - Fica designado o jornal "JORNAL DA CIDADE", Empresa Gráfica da Silva Mello - ME da cidade de Brasília - MS, como órgão da imprensa oficial para publicação de atos oficiais do Poder Executivo Municipal de Santa Rita do Pardo - MS, de acordo com o Resultado do Processo nº 13 Modalidade Pregão nº 08. Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. GABINETE DO PREFEITO, em 13 de Abril de 2016. CASSIO DAGO PEREIRA, Prefeito Municipal. Registrado e Publicado na Secretaria de Controle e Gestão nº 4212047/2016

data acima e afiançado no local de costume
CZIEL DIAS LEAL - Secretário de Controle e Gestão
O Município de Santa Rita do Pardo-MS, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial do Município e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade Tomada de Preço nº 002/2016, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia para execução de obra de ampliação da Unidade Básica de Saúde - Maternidade, em atendimento a Portaria nº 339 de 04 de março de 2013 do Ministério da Saúde, Proposta nº 12022724000114003. Data de Abertura: 03/05/2016 às 09:00 horas (horário oficial do estado de Mato Grosso do Sul). O Edital e seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura de Santa Rita do Pardo-MS, situada na Rua Marechal Floriano Peçovo 910, Centro, informações pelo fone 67 3391 1123 ou através de solicitação pelo EMAIL: licitacao@prp.mg.gov.br. Sanatário do Pardo-MS, 13 de Abril de 2016. ADEMIR BEZERRA DA SILVA, Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2016
PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016
O Município de Santa Rita do Pardo-MS, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial do Município e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preços nº 17/2016, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E FRACIONADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO EM EVENTOS REALIZADOS OU PATROCINADOS PELA PREFEITURA**. Data de Abertura: 04/05/2016 às 09:00 horas (horário oficial do estado de Mato Grosso do Sul). O Edital e seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura de Santa Rita do Pardo-MS, situada na Rua Marechal Floriano Peçovo 910, Centro, informações pelo fone 67 3391 1123 ou através de solicitação pelo EMAIL: licitacao@prp.mg.gov.br. Sanatário do Pardo-MS, 15 de Abril de 2016. ADEMIR BEZERRA DA SILVA - PREGOEIRO

Fis 04
Rubrica

Prefeitura Municipal de Anaurilândia - Estado de Mato Grosso do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2016
PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016
O Município de Anaurilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preços nº 003/2016, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE TENDAS TIPO PIRÂMIDE, PALCOS E SANITÁRIOS CUBÍCULOS PARA UTILIZAÇÃO EM EVENTOS REALIZADOS OU PATROCINADOS PELA PREFEITURA**. Data de Abertura: 02/05/2016 às 09:00 horas (horário oficial do estado de Mato Grosso do Sul). O Edital e seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura de Anaurilândia-MS, situada na Rua Marechal Floriano Peçovo 910, Centro, informações pelo fone 67 3391 1123 ou através de solicitação pelo EMAIL: licitacao@prp.mg.gov.br. Anaurilândia-MS, 11 de Abril de 2016. ADEMIR BEZERRA DA SILVA - PREGOEIRO

DECRETO Nº 045/2016 DE 13 DE ABRIL DE 2016.
"DESIGNA CARGO DA IMPRENSA PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO-MS"
Cassio Dago Pereira, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA: Art. 1º - Fica designado o jornal "JORNAL DA CIDADE", Empresa Gráfica da Silva Mello - ME da cidade de Brasília - MS, como órgão da imprensa oficial para publicação de atos oficiais do Poder Executivo Municipal de Santa Rita do Pardo - MS, de acordo com o Resultado do Processo nº 13 Modalidade Pregão nº 08. Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. GABINETE DO PREFEITO, em 13 de Abril de 2016. CASSIO DAGO PEREIRA, Prefeito Municipal. Registrado e Publicado na Secretaria de Controle e Gestão nº 4212047/2016

data acima e afiançado no local de costume
CZIEL DIAS LEAL - Secretário de Controle e Gestão
O Município de Santa Rita do Pardo-MS, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial do Município e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade Tomada de Preço nº 002/2016, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia para execução de obra de ampliação da Unidade Básica de Saúde - Maternidade, em atendimento a Portaria nº 339 de 04 de março de 2013 do Ministério da Saúde, Proposta nº 12022724000114003. Data de Abertura: 03/05/2016 às 09:00 horas (horário oficial do estado de Mato Grosso do Sul). O Edital e seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura de Santa Rita do Pardo-MS, situada na Rua Marechal Floriano Peçovo 910, Centro, informações pelo fone 67 3391 1123 ou através de solicitação pelo EMAIL: licitacao@prp.mg.gov.br. Sanatário do Pardo-MS, 13 de Abril de 2016. ADEMIR BEZERRA DA SILVA, Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2016
PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016
O Município de Santa Rita do Pardo-MS, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial do Município e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preços nº 17/2016, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E FRACIONADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO EM EVENTOS REALIZADOS OU PATROCINADOS PELA PREFEITURA**. Data de Abertura: 04/05/2016 às 09:00 horas (horário oficial do estado de Mato Grosso do Sul). O Edital e seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura de Santa Rita do Pardo-MS, situada na Rua Marechal Floriano Peçovo 910, Centro, informações pelo fone 67 3391 1123 ou através de solicitação pelo EMAIL: licitacao@prp.mg.gov.br. Sanatário do Pardo-MS, 15 de Abril de 2016. ADEMIR BEZERRA DA SILVA - PREGOEIRO

Fis 04
Rubrica

Prefeitura Municipal de Brasília - Estado de Mato Grosso do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2016
PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016
O Município de Brasília, Estado de Mato Grosso do Sul, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preços nº 003/2016, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE TENDAS TIPO PIRÂMIDE, PALCOS E SANITÁRIOS CUBÍCULOS PARA UTILIZAÇÃO EM EVENTOS REALIZADOS OU PATROCINADOS PELA PREFEITURA**. Data de Abertura: 02/05/2016 às 09:00 horas (horário oficial do estado de Mato Grosso do Sul). O Edital e seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura de Brasília-MS, situada na Rua Marechal Floriano Peçovo 910, Centro, informações pelo fone 67 3391 1123 ou através de solicitação pelo EMAIL: licitacao@prp.mg.gov.br. Brasília-MS, 11 de Abril de 2016. ADEMIR BEZERRA DA SILVA - PREGOEIRO

DECRETO Nº 045/2016 DE 13 DE ABRIL DE 2016.
"DESIGNA CARGO DA IMPRENSA PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO-MS"
Cassio Dago Pereira, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA: Art. 1º - Fica designado o jornal "JORNAL DA CIDADE", Empresa Gráfica da Silva Mello - ME da cidade de Brasília - MS, como órgão da imprensa oficial para publicação de atos oficiais do Poder Executivo Municipal de Santa Rita do Pardo - MS, de acordo com o Resultado do Processo nº 13 Modalidade Pregão nº 08. Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. GABINETE DO PREFEITO, em 13 de Abril de 2016. CASSIO DAGO PEREIRA, Prefeito Municipal. Registrado e Publicado na Secretaria de Controle e Gestão nº 4212047/2016

data acima e afiançado no local de costume
CZIEL DIAS LEAL - Secretário de Controle e Gestão
O Município de Santa Rita do Pardo-MS, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial do Município e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade Tomada de Preço nº 002/2016, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia para execução de obra de ampliação da Unidade Básica de Saúde - Maternidade, em atendimento a Portaria nº 339 de 04 de março de 2013 do Ministério da Saúde, Proposta nº 12022724000114003. Data de Abertura: 03/05/2016 às 09:00 horas (horário oficial do estado de Mato Grosso do Sul). O Edital e seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura de Santa Rita do Pardo-MS, situada na Rua Marechal Floriano Peçovo 910, Centro, informações pelo fone 67 3391 1123 ou através de solicitação pelo EMAIL: licitacao@prp.mg.gov.br. Sanatário do Pardo-MS, 13 de Abril de 2016. ADEMIR BEZERRA DA SILVA, Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2016
PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016
O Município de Santa Rita do Pardo-MS, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial do Município e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preços nº 17/2016, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E FRACIONADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO EM EVENTOS REALIZADOS OU PATROCINADOS PELA PREFEITURA**. Data de Abertura: 04/05/2016 às 09:00 horas (horário oficial do estado de Mato Grosso do Sul). O Edital e seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura de Santa Rita do Pardo-MS, situada na Rua Marechal Floriano Peçovo 910, Centro, informações pelo fone 67 3391 1123 ou através de solicitação pelo EMAIL: licitacao@prp.mg.gov.br. Sanatário do Pardo-MS, 15 de Abril de 2016. ADEMIR BEZERRA DA SILVA - PREGOEIRO

Fis 04
Rubrica



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Fis. 05
Rubrica

Decreto nº 040/2020, de 20 de fevereiro de 2020.

“DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CACILDO DAGNO PEREIRA, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

ARTIGO 1º- Nomeia-se de acordo com os termos do artigo 6º, inciso XVI, artigo 51 e seguintes da Lei 8.666/1993, a Comissão Permanente de Licitação e Julgamento da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo – MS, para o exercício de 2020, ou até ulterior modificação.

ARTIGO 2º- A Comissão Permanente de Licitação e Julgamento da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo - MS, fica constituída pelos seguintes membros e suplentes, dos quais segue abaixo a nomeação:

➤ **MEMBROS:**

- 1- *Maiany Santos da Silva*
- 2- *Cristiana dos Santos Silva*
- 3- *Roberto Gomes da Silva*

➤ **SUPLENTES:**

- 1- *Lidiane dos Santos Nascimento*
- 2- *Denair Raimundo Lino*

ARTIGO 3º- A Comissão Permanente de Licitação e Julgamento da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo – MS, terá como Presidente a Senhora Maiany Santos da Silva.

RECEIVED BY THE DIRECTOR OF THE
BUREAU OF THE ARMY
WASHINGTON, D.C.
JAN 10 1945

RECEIVED BY THE DIRECTOR OF THE
BUREAU OF THE ARMY
WASHINGTON, D.C.

RECEIVED BY THE DIRECTOR OF THE
BUREAU OF THE ARMY
WASHINGTON, D.C.

RECEIVED BY THE DIRECTOR OF THE
BUREAU OF THE ARMY
WASHINGTON, D.C.

RECEIVED BY THE DIRECTOR OF THE
BUREAU OF THE ARMY
WASHINGTON, D.C.

RECEIVED BY THE DIRECTOR OF THE
BUREAU OF THE ARMY
WASHINGTON, D.C.

RECEIVED BY THE DIRECTOR OF THE
BUREAU OF THE ARMY
WASHINGTON, D.C.

RECEIVED BY THE DIRECTOR OF THE
BUREAU OF THE ARMY
WASHINGTON, D.C.

RECEIVED BY THE DIRECTOR OF THE
BUREAU OF THE ARMY
WASHINGTON, D.C.

RECEIVED BY THE DIRECTOR OF THE
BUREAU OF THE ARMY
WASHINGTON, D.C.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Fis. 06

Rubrica

ARTIGO 4º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de Fevereiro de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito Municipal

*Registrado e Publicado na Secretaria de Administração e Governo na data acima e afixado no local de costume.
Publicado na imprensa oficial do Município.*

OZIRL DIAS LEAL
Secretário de Administração e Governo

 PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
SANTA RITA DO PARO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA JOAQUIM DEOLIO DE LIMA, 1798 - CENTRO
CIP: 79.088-00 - SANTA RITA DO PARO - MS
TELEFONES: (67) 3891-1122 - 3891-1486
www.casaeratoilegislacao.ms.gov.br

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

VOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Antônio Cesar Costa, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Santa Rita de Paranaíba, torna público e convoca a todos os interessados, que fará realizar no dia 27 de fevereiro de 2020, às 07:00 hs (MS), na Câmara Municipal de Santa Rita de Paranaíba, **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com o intuito de demonstrar e avaliar o cumprimento das Metas Fiscais do Município, referente ao quinquênio de 2019, cumpridas e dispões a Lei de Responsabilidade Fiscal, lido. Insc. 4.

Santa Rita de Paranaíba, 20 de fevereiro de 2020.

Leftmost column of text, appearing to be a list or series of entries.

Second column of text, continuing the list or series of entries.

Third column of text, continuing the list or series of entries.

Fourth column of text, continuing the list or series of entries.

Leftmost column of text, continuing the list or series of entries.

Second column of text, continuing the list or series of entries.

Third column of text, continuing the list or series of entries.

Fourth column of text, continuing the list or series of entries.

Leftmost column of text, continuing the list or series of entries.

Second column of text, continuing the list or series of entries.

Third column of text, continuing the list or series of entries.

Fourth column of text, continuing the list or series of entries.

Leftmost column of text, continuing the list or series of entries.

Second column of text, continuing the list or series of entries.

Third column of text, continuing the list or series of entries.

Fourth column of text, continuing the list or series of entries.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria do Trabalho no Município de TRÊS LAGOAS

Notificação n.º 1594.2020

TRÊS LAGOAS, 03 de abril de 2020

AO HOSPITAL DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Procedimento n.º 000253.2020.24.000/8

Assunto: Notificação Recomendatória

Prezado(a) Senhor(a),

Cumprimentando-o(a) cordialmente, sirvo-me do presente dar ciência da instauração do presente procedimento e encaminhar a Notificação Recomendatória anexa, para ciência e adoção das providências nela mencionadas, com especial observação a respeito da necessidade de informar as medidas adotadas quanto ao seu cumprimento, **no prazo de 5 dias**, através de peticionamento eletrônico nos autos do Procedimento Promocional nº 000253.2020.24.000/8 - 16.

Esclareço, oportunamente, que as informações e documentos requisitados pela presente notificação, deverão ser apresentados por meio do Sistema de Peticionamento Eletrônico – PELE, do Ministério Público do Trabalho, acessível no portal da Procuradoria, no endereço <http://www.prt24.mpt.mp.br>.

Atenciosamente,

(Assinado Digitalmente)

PRISCILA MORETO DE PAULA
PROCURADORA DO TRABALHO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria do Trabalho no Município de TRÊS LAGOAS

Fls 09

Rubrica

NOTIFICAÇÃO DE REITERAÇÃO N.º 1908.2020

TRÊS LAGOAS, 27 de abril de 2020

AO HOSPITAL DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Procedimento n.º 000253.2020.24.000/8

Assunto: Reitera Notificação Recomendatória

Prezado(a) Senhor(a),

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente para **REITERAR o teor da NOTIFICAÇÃO n.º 1594.2020**, na qual encaminhou a Notificação Recomendatória anexa, tendo em vista que a resposta não foi apresentada no prazo de 5 dias, anteriormente concedido.

Assim, a documentação e/ou informação ora requisitadas deverão ser encaminhadas **no prazo de 48 horas**, com especial necessidade de informar as medidas adotadas quanto ao cumprimento da RECOMENDAÇÃO anexa, através de peticionamento eletrônico nos autos do Procedimento Promocional n.º 000253.2020.24.000/8 - 16.

Nos termos do art. 8.º, § 3.º, da Lei Complementar n.º 75/1993, a falta injustificada e o retardamento indevido do cumprimento das requisições do Ministério Público implicarão a responsabilidade de quem lhe der causa.

Esclareço, oportunamente, que as informações e documentos requisitados pela presente notificação, deverão ser apresentados por meio do Sistema de Peticionamento Eletrônico – PELE, do Ministério Público do Trabalho, acessível no portal da Procuradoria, no endereço <http://www.prt24.mpt.mp.br>.

Atenciosamente,

(Assinado Digitalmente)

PRISCILA MORETO DE PAULA
PROCURADORA DO TRABALHO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria do Trabalho no Município de TRÊS LAGOAS

Fls. 10

Rubrica

RECOMENDAÇÃO PRT24 Nº 1551/ 2020

DESTINATÁRIO: HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO

CNPJ: 12.022.274/0001-60

E-mail:

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** — **PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**, pela Procuradora do Trabalho e pelo Procurador do Trabalho signatário(a)s, com fundamento na Constituição da República, artigos 7º, XIII, XIV, XXII e XXXIII, 127, 196, 200 e 227, na Lei Complementar n. 75/93, artigos 5º, III, alínea “e”, 6º, inciso XX, 83, V, e 84, *caput*, e na Lei n. 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde).

CONSIDERANDO que compete especificamente ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos, nos termos do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar no. 75/93;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 6º da Constituição Federal, são direitos sociais, entre outros, a saúde, a segurança e o trabalho;

CONSIDERANDO que é direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança (Constituição Federal, artigo 7º, XXII);

CONSIDERANDO que o meio ambiente do trabalho compreende o conjunto das condições internas e externas do local de trabalho e sua relação com a saúde e segurança dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado;

CONSIDERANDO notícias divulgadas sobre surto de novo coronavírus (COVID-19) declarado pela **Organização Mundial da Saúde** uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e a Declaração de Estado de Calamidade Pública;

CONSIDERANDO que o comportamento do vírus, os modos de transmissão e o comportamento da doença estão sendo estudados à medida que os casos são identificados e que, portanto, o presente documento deve ser

acompanhado da atualização dos canais oficiais da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde (MS) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

CONSIDERANDO que a transmissão ocorre de pessoa a pessoa a partir de gotículas respiratórias ou contato próximo (dentro de 2 metros) e os profissionais de saúde e demais que atuam no socorro, atendimento e acompanhamento de pacientes suspeitos ou confirmados estão em maior risco e vulnerabilidade;

CONSIDERANDO que a Anvisa e o Ministério da Saúde preveem medidas de prevenção aos profissionais envolvidos no transporte, no apoio e assistência aos potenciais casos, consoante disposto na Nota Técnica (NT) nº 04/2020 GVIMS/GGTES/ANVISA

[http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/271858/Nota+T%C3%A9cnica+n+04-2020+GVIMS-GGTES-ANVISA-ATUALIZADA/ab598660-3de4-4f14-8e6f-b9341c196b28;](http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/271858/Nota+T%C3%A9cnica+n+04-2020+GVIMS-GGTES-ANVISA-ATUALIZADA/ab598660-3de4-4f14-8e6f-b9341c196b28)

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.080/90, que normatiza o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelece que se incluem, entre as ações do SUS, as ações de *“informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional;”* e *“participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privada”* (artigo 6º, §3º, incisos V e VI);

CONSIDERANDO o Protocolo de Manejo e Tratamento do Novo Coronavírus 2019;

CONSIDERANDO que a atividade realizada por este Hospital está classificada como de risco muito alto ou risco alto de exposição dos empregados ao vírus COVID-19;

RECOMENDA a este Hospital:

1 – **Garantir** que seja feita a triagem clínica, incluindo reconhecimento precoce de casos suspeitos de COVID-19, e, se necessário, encaminhamento imediato para área separada dos demais pacientes em espera e dos demais serviços; a área deve ser ampla e ventilada, devendo conter suprimentos suficientes de higiene respiratória e das mãos;

1. Havendo viabilidade, avisos na entrada do estabelecimento podem direcionar pacientes que busquem atendimento por suspeita de COVID-19 para um

espaço reservado antes mesmo da triagem, de igual forma amplo e ventilado, com suprimentos de higiene respiratória e das mãos, enquanto aguardam a triagem efetiva;

2 – **Fornecer** aos pacientes suspeitos de ter COVID- 19 e seus acompanhantes máscara cirúrgica ao chegar ao serviço de saúde e higienizar imediatamente as mãos com álcool 70°;

3 – **Dimensionar** o quantitativo de profissionais de saúde do pronto-atendimento em função da demanda de pacientes, incluindo uma reserva técnica em função das ausências que serão constantes;

4 – **Manter** o abastecimento de itens imprescindíveis de proteção individual (EPIs) como máscaras cirúrgicas, luvas cirúrgicas de alta resistência, aventais ou capotes descartáveis, óculos, bem como materiais de proteção especial para procedimentos com dispersão de aerossóis, como máscaras cirúrgicas, máscaras N95, máscaras de alta concentração, óculos, proteção médica com viseira, batas descartáveis, propés e luvas cirúrgicas de alta resistência, além de filtros de ar e material de higienização das mãos no pronto atendimento. Profissionais de saúde que prestarem assistência direta ao paciente suspeito de Síndrome Gripal (SG) ou Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) devem utilizar os seguintes EPIs: protetor ocular ou protetor de face, luvas, gorro, capote/avental descartável e máscara cirúrgica ou máscara N95;

5 – **Realizar** capacitação eficaz das equipes de saúde, incluindo os médicos, sobre a necessidade da adesão às boas práticas para o controle da transmissão do vírus, incluindo a necessidade de higienização das mãos com água e sabão ou preparação alcoólica frequente, bem como utilização adequada dos EPI, tais como colocação, uso e descarte;

6 - **Realizar** capacitação eficaz, com periodicidade no mínimo semanal, das equipes de limpeza e conservação, utilizando linguagem acessível e apropriada, sobre a necessidade da adesão às boas práticas para o controle da transmissão do vírus, incluindo a necessidade de higienização das mãos com água e sabão ou preparação alcoólica frequente, bem como utilização adequada dos EPI, tais como colocação, uso e descarte. A capacitação deve abordar cuidados com a higiene pessoal, com as vestimentas próprias, que não devem em nenhuma hipótese entrar em contato com as vestimentas de trabalho, bem como cuidados no uso do transporte público e no ingresso na residência;

7 - **Reforçar** a capacitação específica aos profissionais do pronto-atendimento e internação, inclusive os que participam de atividades com risco específico, como o

banho do paciente ou higienização de acomodações, rouparia e objetos, também com fornecimento de EPI próprio para a tarefa, o grau e o tipo de risco;

8 – **Reforçar** as medidas de saúde e segurança da Norma Regulamentadora nº 32/MTE/2005, em especial, quanto às análises de risco, bem como revisar, caso já elaborado, Plano de Contenção e/ou Prevenção de Infecções, considerando obrigatoriamente os aspectos de prevenção, identificação e controle de risco do COVID-19;

9 - **Instituir** horários de descanso e oferecer serviços como alimentação, fornecimento de roupas de trabalho, salas de repouso e instalações com chuveiros e facilidades para a higienização corporal ao entrar e ao sair dos plantões;

9.1. – **Providenciar** alojamento para profissionais de saúde que possuam grupo de risco em sua residência, bem como alternativas ao transporte público aos que necessitem retornar às suas residências diariamente;

10 – **Providenciar** o fornecimento abundante e facilitado de água potável, mantendo o abastecimento nas Unidades e Setores em quantidade suficiente para o aumento de demanda e acessível nos locais a fim de evitar maiores deslocamentos internos ou aglomerações;

11 - **Instituir** serviço de acolhimento psicológico para os profissionais de saúde;

12 – **Manter** acessível infraestrutura para higienização das mãos e "toalete respiratória" dos pacientes, incluindo sabão, álcool gel 70º, lenços e toalhas descartáveis.

13 – **Limpar** as instalações de saúde várias vezes ao dia, incluindo sanitários, consultórios, mobiliário e salas de espera. Todos os profissionais devem higienizar as mãos com água e sabão ou preparação alcoólica frequentemente. Empresas terceirizadas que acaso realizem a tarefa devem ser orientadas e fiscalizar o fornecimento de EPI's, bem como o cumprimento das demais normas de saúde e segurança;

14 – **Priorizar** a realocação dos profissionais de saúde com idade acima de 60 anos ou com doenças crônicas, mesmo que saudáveis, tirando-os da linha de frente e do pronto-atendimento, distanciando-os de atividades com casos suspeitos ou confirmados de COVID-19, para outras funções que demandem a sua expertise de atuação;

15 - **Passar** por isolamento respiratório os casos identificados de COVID-19, sendo que os médicos e outros profissionais da saúde responsáveis pelo atendimento devem contar com todos os equipamentos de proteção individual (EPIs)

necessários. Os EPIs a serem utilizados, como precaução para evitar contato com gotículas em atendimentos de pacientes suspeitos ou confirmados, são máscaras cirúrgicas, aventais, luvas descartáveis e protetores faciais ou óculos. Nos procedimentos que podem gerar aerosol (como coleta de swab nasal, broncoscopia, aspiração de paciente entubado), a máscara cirúrgica deverá ser substituída por máscara N95 ou PFF2. Nas unidades de terapia intensiva (UTIs), com leitos destinados à COVID-19, deve-se utilizar máscara N95 ou PFF2;

16 – **Manter** as máscaras N95 sob o cuidado individual de cada profissional sendo descartada ao final do plantão. EXCEPCIONALMENTE, em situações de carência de insumos e para atender a demanda da epidemia atual, a máscara N95 poderá ser reutilizada pelo mesmo profissional, desde que cumpridos os passos obrigatórios para a retirada da máscara sem a contaminação do seu interior, tudo conforme NT 04 de 2020 da Anvisa.

17 – **Observar e instruir** todos os profissionais sobre a correta higienização do protetor ocular, o que deverá ser feito com água e sabão e submetido à desinfecção com álcool 70º após cada atendimento e não deverá ser descartado. Os demais EPI's devem ser descartados após cada atendimento.

18 – **Observar** o uso de máscara cirúrgica por todos os profissionais que tenham contato (distância inferior a 2 metros) com pacientes sintomáticos respiratórios;

19 – **Orientar** os profissionais de saúde a procurar o serviço de medicina do trabalho da Unidade ou do Estabelecimento em caso de sintomatologia respiratória, a fim de que o médico do trabalho avalie a indicação ou não do seu afastamento da assistência direta ao paciente. No caso de contaminação em razão do trabalho, mesmo na suspeita, é necessária a imediata emissão de CAT e preenchimento do formulário para o SINAN;

20 - **Implementar**, de forma integrada com a empresa prestadora de serviços, todas as medidas de prevenção ora recomendadas, de forma a garantir-se o mesmo nível de proteção a todos os trabalhadores do estabelecimento, considerando-se a responsabilidade direta do contratante de serviços terceirizados em "*garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências*" (art. 5-A, § 3º da Lei 6019/74 c/c itens 5.48 e 5.49 da NR-05, item 9.6.3 da NR-09 e item 32.11.4 da NR-32).

20.1. **Advertir** os gestores dos contratos de prestação de serviços terceirizados quanto à responsabilidade da empresa contratada em adotar todos os meios necessários para conscientizar e prevenir seus trabalhadores acerca dos riscos do contágio do novo coronavírus (SARS-COV-2) e da obrigação de notificação da empresa contratante, quando do diagnóstico de trabalhador com a doença (COVID-19).

21 – **Divulgar e preencher** o formulário “*Check List das Condições de Trabalho nos Serviços de Saúde*” <<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScmRky5ukbtz-mFJyV5zS1bhYpMjRNeoiMFAJVBnPl03U-BTA/viewform>>.

As medidas adotadas quanto ao cumprimento das recomendações acima deverão ser informadas a esta Procuradoria do Trabalho no **prazo de 5 (cinco) dias, mediante peticionamento eletrônico nos autos do Procedimento Promocional nº PA-PROMO 000253.2020.24.000/8**, sobretudo no que tange ao Plano de Contenção a ser implementado ou revisado para redução da exposição dos trabalhadores a situações de risco, estando o Hospital, desde já, ciente que caracteriza o **crime previsto no art. 268 do Código Penal** a “**infração de determinação do Poder Público destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa**”.

Campo Grande/MS, data da Assinatura Digital.

(Assinatura Digital)

CELSO HENRIQUE RODRIGUES FORTES
PROCURADOR DO TRABALHO
5º Ofício da PRT-24ª Região/MS

(Assinatura Digital)

PRISCILA MORETO DE PAULA
PROCURADORA DO TRABALHO
1º Ofício da PTM-Três Lagoas/MS

1 - O presente é um documento de caráter confidencial e deve ser tratado como tal. Qualquer violação das regras de segurança será punida de acordo com as normas vigentes.

As medidas de segurança adotadas neste documento são de natureza técnica e não devem ser consideradas como garantia absoluta de segurança. O usuário deve estar ciente de que a segurança de qualquer sistema depende de uma série de fatores, incluindo a qualidade dos dados, a robustez dos algoritmos e a segurança física dos equipamentos. A responsabilidade pela segurança do sistema é compartilhada entre o desenvolvedor, o usuário e o administrador do sistema.

Copyright 2000 by [Nome da Empresa] - Todos os direitos reservados.

Este documento contém informações confidenciais e deve ser tratado como tal. Qualquer violação das regras de segurança será punida de acordo com as normas vigentes.

Este documento contém informações confidenciais e deve ser tratado como tal. Qualquer violação das regras de segurança será punida de acordo com as normas vigentes.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Fls 16

Rubrica

DECRETO Nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2.020.

Declara Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município de SANTA RITA DO PARDO, e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19).

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando competir ao Município combater às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

Considerando que as ações preventivas e de acompanhamento também devem ser entendidas como de emergência;

Considerando que a Administração Municipal deve se antecipar e prever ações que continuem a evitar o contágio da população pelo coronavírus - covid-19;

Considerando que grande parte da população Santaritense transita pelos Municípios vizinhos, quer seja a trabalho, estudo ou passeio, locais estes em que já foram confirmados casos desta espécie, como Campo Grande, Presidente Prudente e demais cidades do entorno;

Considerando a notícia de primeiro óbito confirmados em razão do vírus coronavírus (COVID-19) no Brasil ocorrido na data de 16/03/2020;

Considerando a confirmação científica de que o vírus coronavírus (COVID-19) transita livremente no território brasileiro;

Considerando a necessidade de serem tomadas decisões e adotadas ações urgentes, no sentido de se prevenir e tratar oportunamente tal enfermidade no âmbito da Municipalidade;

Considerando a necessidade de mobilização dos meios de preservação da saúde e de recursos não previstos no orçamento municipal;



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls 17
Rubrica

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A

FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Considerando a imperiosa necessidade de integrar recursos humanos, técnicos e financeiros com os governos Estaduais e Federais;

Considerando que a promoção da saúde e a prevenção dos riscos são inegavelmente as melhores formas de combate ao vírus da *coronavírus (COVID-19)*;

Considerando que o *coronavírus (COVID-19)* é mais prejudicial às pessoas que já sofrem de outras enfermidades e grupos de risco (idosos, obesos, gestantes e crianças com menos de dois anos de idade, diabéticos, hipertensos, pessoas portadoras de doenças respiratórias, portadoras de cardiopatias, fumantes, pessoas em tratamento como quimioterapias ou terapias que importam na baixa da imunidade, insuficiência renal crônica, entre outras);

Considerando que o atual período de outono/inverno estimula o abrigo de pessoas em locais fechados, ainda que contra as regras de combate ao vírus, e que o vírus tem aptidão de permanecer vivo em locais e ambientes mais frios;

Considerando que a atual estrutura física do pronto atendimento não comporta o aumento da demanda de atendimentos gerada;

Considerando a confirmação a nível mundial de pandemia provocada pelo *coronavírus (COVID-19)*;

Considerando estar o Município desprovido de instrumentos e materiais exigidos para ambientes fechados, especialmente escolas e transporte escolar;

Considerando especialmente a **Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020**, em decorrência da Infecção Humana pelo novo *coronavírus (COVID-19)*;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que **Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin)** pelo Ministério da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo *coronavírus (COVID-19)*;

Considerando a **Lei Federal nº 13.979, de 2020**, que dispõe de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do *coronavírus*;

Considerando a **Portaria nº 356, de 11 de março de 2020**, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 2020;

Considerando o **DECRETO NORMATIVO DECRETO Nº 15.393, DE 17 DE MARÇO DE 2020**, que acrescenta o art. 2º-A ao Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do *coronavírus (SARSCoV-2)*, no território sul-mato-grossense, onde foram suspensas as aulas no período de 23 de março a 6 de abril de 2020;

Considerando a necessidade de mitigação de disseminação da doença em face dos elevados riscos de saúde pública;



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls. 13

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A

FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Rubrica

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada e decretada **Situação de Emergência em Saúde Pública** no Município de Santa Rita do Pardo/MS, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória - COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus - SRAS-CoV-2 - 1.5.1.1.0, e, por consequência, recomendado, a partir desta data, preventivamente e temporariamente, aos munícipes a adotar providências de profilaxias, principalmente, evitando aglomerações de pessoas, com atividades sociais, culturais, esportivas e artísticas em ambientes fechados.

Art. 2º - Autoriza-se à Secretaria Municipal de Saúde e os demais órgãos da Administração Pública Municipal, no âmbito de suas atribuições, a adotar todas as medidas que se fizerem necessárias ao restabelecimento da situação de normalidade, devendo os diversos setores da Administração Municipal desencadear as medidas de prevenção, combate e mobilização da comunidade relativamente ao problema, devendo todos os órgãos municipais atuar sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde, nas ações de resposta ao momento e reabilitação do cenário da normalidade.

Art. 3º - Ficam suspensas as aulas presenciais nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino no período de 23 de março a 06 de abril de 2020, sendo que o período de 18 a 20 de março de 2020 será de adaptação para a comunidade escolar.

Parágrafo único. Ato da titular da Secretaria Municipal de Educação regulamentará o disposto no caput deste artigo.

Art. 4º - Determino à Secretaria Municipal de Saúde, e aos demais órgãos da Administração Pública Municipal, no âmbito de suas atribuições, a providenciarem o implemento das ações necessárias ao reconhecimento da situação de emergência junto aos órgãos competentes, caso necessário.

Art. 5º - Nos termos do §7º do inciso III, do art. 3º, da Lei Federal nº 13.979, de 2020, para enfrentamento da emergência de saúde pública, decorrente do coronavírus, poderão ser adotadas as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas;
- e) tratamentos médicos específicos;

II - estudo ou investigação epidemiológica;

III - requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipóteses em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Fls. 19
Rubrica

Art. 6º - Fica dispensada a licitação para aquisição, bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus de que trata este Decreto, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 13.979, de 2020.

Parágrafo único. Com base no inciso IV, do art. 24, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízos das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta exclusivamente à situação emergencial de prestação de serviços e aquisição de insumos destinados à reabilitação do cenário da situação de emergência.

Art. 7º - Recomenda-se:

- a redução das atividades até 06 de Abril de 2020, de locais onde haja alta rotatividade diária de pessoas;
- II - aos órgãos de saúde pública e às clínicas privadas que organizem seus horários de atendimento de forma a evitar aglomerações de pessoas, reforçando as medidas de higienização com a disponibilização de álcool gel 70% e EPIs, respeitando as peculiaridades de cada serviço e o risco envolvido em cada atendimento;
- III - que sejam reforçadas as medidas de higienização e disponibilizados álcool gel 70% em locais de grande circulação de pessoas nos órgãos públicos pelo poder público municipal, competindo à iniciativa privada o implemento de ações nesse sentido e por disponibilizarem álcool em gel em seus respectivos estabelecimentos;
- IV - a suspensão dos bailes da 3ª idade tradicionalmente realizados nesta cidade;
- V - a suspensão das atividades do serviço de fortalecimento de vínculos, serviço de convivência criança e adolescente, e serviço de convivência da terceira idade, bem como reuniões do PAEF;

Art. 8º - Ficam suspensas:

- I - a realização de eventos de massa (governamentais, esportivos, artísticos, culturais, políticos, científicos, comerciais e religiosos);
- II - as reuniões de Conselhos Municipais ou outras formas de colegiados, salvo situações específicas devidamente justificáveis.

Art. 9º - Os serviços de alimentação, restaurantes, lanchonetes e bares deverão adotar medidas de prevenção para conter a disseminação do COVID-19.

Art. 10 - Considerar-se-á abuso do poder econômico a elevação de preços, sem justa causa, com o objetivo de aumentar arbitrariamente os preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19, na forma do inciso III do art. 36 da Lei Federal nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e do inciso II do art. 2º do Decreto Federal nº 52.025, de 20 de maio de 1963, sujeitando às penalidades previstas em ambos os normativos.

Parágrafo único. O Procon, no âmbito de sua atuação, deverá realizar fiscalizações para coibir o aumento arbitrário de preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19.

Art. 11 - Os Gestores dos Contratos de prestação de serviço deverão notificar as empresas contratadas quanto à responsabilidade em adotar os meios necessários para conscientizar empregados sobre medidas de enfrentamento ao COVID-19, bem como sobre a necessidade de informar a ocorrência de sintomas respiratórios ou de febre, sob pena de responsabilidade contratual em caso de omissão.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A

FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Fls 20

Rubrica

Art. 12 – Ficam suspensas até 06 de Abril de 2020, as viagens com veículos oficiais do Município, para procedimentos eletivos, consultas não urgentes, bem como compromissos adiáveis, de modo a mitigar a possibilidade de transmissão do vírus.

Art. 13 – Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional e internacional, decorrente do Coronavírus (COVID-19), os órgãos da Administração Pública Municipal adotarão as orientações e recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde, bem como das entidades de saúde estadual e local, com o objetivo de proteção da coletividade.

Art. 14 – Deverão ser comunicados imediatamente do teor do presente ato, as Secretarias Estadual de Saúde e Educação, todas as Secretarias Municipais e todos os setores da Municipalidade, Câmara de Vereadores, Igrejas, Associação Comercial, Sindicatos e outros órgãos ou associações.

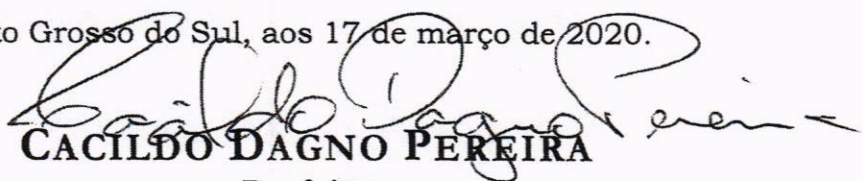
Art. 15 – A realização de missas, cultos religiosos e shows ao ar livre, deve providenciar a tomada de medidas de proteção a serem sugeridas pelas autoridades sanitárias e de saúde.

Art. 16 – Durante a vigência deste Decreto, ficam suspensas as concessões de afastamentos aos profissionais vinculados às Secretarias de Estado de Saúde Pública, incluídos os afastamentos já deferidos, cuja fruição não se tenha iniciado.

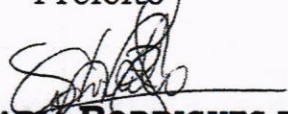
Art. 17 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência por 90 (noventa) dias, podendo ser renovado, por igual período, caso persista a epidemia.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 17 de março de 2020.


CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito


GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA
Secretária Municipal de Saúde Pública – SESP


KATIA CRISTINA DA SILVA
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SECEL


DULCE APARECIDA MARQUES
Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEASTH

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dagno Pereira pela Contratante.
Sr. Oziel Dias Leal pela Contratante.
Sr. Elias Sib da Silva Lima pela Contratante.
Sra. Dulce Aparecida Marques pela Contratante.
Srta. Gabriela Maria Rodrigues de Lima pela Contratante.
Srta. Katia Cristina da Silva pela Contratante.

Sr. Dulce Aparecida Marques pela Contraste
Sr. Gabriela Maria Rodrigues de Lima pela Contraste
Srta. Katia Cristina da Silva pela Contraste
Sr. Elias Sth da Silva Lima pela Contraste
Sr. Marcos Antonio Mariano de Jesus pela Contraste
Sr. Oziel Dias Leal pela Contraste
Sr. Elias Sth da Silva Lima pela Contraste
Sr. Dulce Aparecida Marques pela Contraste
Sr. Gabriela Maria Rodrigues de Lima pela Contraste
Srta. Katia Cristina da Silva pela Contraste

[The page contains extremely faint, illegible text, likely a scan of a document with very low contrast or a blank page with noise. The text is organized into approximately 10 columns and 20 rows, but the characters are not discernible.]



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls. 22

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A Rubrica
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETO Nº 066/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2.020.

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade acerca de medidas complementares e ações em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município de SANTA RITA DO PARDO, destinadas ao enfrentamento da pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando competir ao Município combater às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

Considerando que as ações preventivas e de acompanhamento também devem ser entendidas como de emergência;

Considerando que a Administração Municipal deve se antecipar e prever ações que continuem a evitar o contágio da população pelo coronavírus - covid-19;

Considerando que grande parte da população Santaritense transita pelos Municípios vizinhos, quer seja a trabalho, estudo ou passeio, locais estes em que já foram confirmados casos desta espécie, como Campo Grande, Presidente Prudente e demais cidades do entorno;

Considerando a notícia de primeiro óbito confirmados em razão do vírus coronavírus (COVID-19) no Brasil ocorrido na data de 16/03/2020;

Considerando a confirmação científica de que o vírus coronavírus (COVID-19) transita livremente no território brasileiro;

[Handwritten signatures and initials]



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fis. 23

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A

FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Rubrica

Considerando a necessidade de serem tomadas decisões e adotadas ações urgentes, no sentido de se prevenir e tratar oportunamente tal enfermidade no âmbito da Municipalidade;

Considerando a necessidade de mobilização dos meios de preservação da saúde e de recursos não previstos no orçamento municipal;

Considerando a imperiosa necessidade de integrar recursos humanos, técnicos e financeiros com os governos Estaduais e Federais;

Considerando que a promoção da saúde e a prevenção dos riscos são inegavelmente as melhores formas de combate ao vírus da *coronavírus (COVID-19)*;

Considerando que o *coronavírus (COVID-19)* é mais prejudicial às pessoas que já sofrem de outras enfermidades e grupos de risco (idosos, obesos, gestantes e crianças com menos de dois anos de idade, diabéticos, hipertensos, pessoas portadoras de doenças respiratórias, portadoras de cardiopatias, fumantes, pessoas em tratamento como quimioterapias ou terapias que importam na baixa da imunidade, insuficiência renal crônica, entre outras);

Considerando que o atual período de outono/inverno estimula o abrigo de pessoas em locais fechados, ainda que contra as regras de combate ao vírus, e que o vírus tem aptidão de permanecer vivo em locais e ambientes mais frios;

Considerando que a atual estrutura física do pronto atendimento não comporta o aumento da demanda de atendimentos gerada;

Considerando a confirmação a nível mundial de pandemia provocada pelo *coronavírus (COVID-19)*;

Considerando estar o Município desprovido de instrumentos e materiais exigidos para ambientes fechados, especialmente escolas e transporte escolar;

Considerando especialmente a **Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020**, em decorrência da Infecção Humana pelo novo *coronavírus (COVID-19)*;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que **Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin)** pelo Ministério da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo *coronavírus (COVID-19)*;

Considerando a **Lei Federal nº 13.979, de 2020**, que dispõe de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do *coronavírus*;

Considerando a **Portaria nº 356, de 11 de março de 2020**, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 2020;

Considerando o **DECRETO NORMATIVO Nº 15.393, DE 17 DE MARÇO DE 2020**, que acrescenta o art. 2º-A ao Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da



RUA MARCELO GOMES DE CARVALHO, 100 - JARDIM
NACIONAL - CEP: 70150-000

Considerando a importância da saúde pública e a necessidade de se promover a melhoria da qualidade de vida da população;

Considerando a necessidade de se promover a melhoria da qualidade de vida da população;

Considerando a importância da saúde pública e a necessidade de se promover a melhoria da qualidade de vida da população;

Considerando que a promoção da saúde é a prioridade da política pública de saúde;

Considerando que a promoção da saúde é a prioridade da política pública de saúde;

Considerando que a promoção da saúde é a prioridade da política pública de saúde;

Considerando que a promoção da saúde é a prioridade da política pública de saúde;

Considerando que a promoção da saúde é a prioridade da política pública de saúde;

Considerando que a promoção da saúde é a prioridade da política pública de saúde;

Considerando que a promoção da saúde é a prioridade da política pública de saúde;

Considerando que a promoção da saúde é a prioridade da política pública de saúde;

Considerando que a promoção da saúde é a prioridade da política pública de saúde;

Considerando que a promoção da saúde é a prioridade da política pública de saúde;

Considerando que a promoção da saúde é a prioridade da política pública de saúde;



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls. 24

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Rubrica

Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARSCoV-2), no território sul-mato-grossense, onde foram suspensas as aulas no período de 23 de março a 6 de abril de 2020;

Considerando especialmente **DECRETO ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL DE Nº 15.396, DE 19 DE MARÇO DE 2020**, por meio do qual se **DECLAROU** no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, **situação de emergência** em razão da **pandemia** por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 (Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE 1.5.1.1.0);

Considerando o reconhecimento da situação de calamidade pública havida pelo Governo Federal diante da pandemia de coronavírus, já reconhecida pela Câmara dos Deputados e em apreciação pelo Senado Federal;

Considerando a necessidade de intensificar as medidas de prevenção para evitar a proliferação do coronavírus;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suspenso, temporariamente, até o dia 06 de abril de 2020, o atendimento presencial ao público na sede da prefeitura municipal e nos órgãos públicos municipais, podendo haver trabalho interno nos setores onde seja necessária a continuidade de suas atividades, sendo todos os servidores públicos municipais durante este período dispensados do ponto eletrônico.

Parágrafo único. A determinação contida no caput deste artigo é excepcionada quanto ao Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, às ESF - Estratégias de Saúde da Família, José Gisfredo e Nair Fernandes Alves, bem como à Farmácia Básica, cujos órgãos manterão suas atividades normalmente para o atendimento da população.

Art. 2º - Ficam proibidos reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, aí incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos, atividades realizadas em igrejas, sociedades, centros, reuniões, ficando terminantemente suspensos em todo o território municipal até o dia 06 de abril de 2020, sendo proibida qualquer espécie de atividade congênere que importe em aglomeração de pessoas no âmbito do Município.

Art. 3º - As receitas médicas passam a ter validade por 90 dias.

Art. 4º - Fica estabelecida a restrição das visitas no âmbito do Complexo Hospitalar Municipal, sendo permitida uma pessoa por dia para cada paciente em horário pré-estabelecido, conforme a diretriz da unidade hospitalar dispuser.

§1º A troca de acompanhante em caso de pacientes que necessitam de acompanhamento serão feitas em horário de visita, sem exceção, e na forma estabelecida no respectivo regulamento;

LEI Nº 1.170 DE 1964
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL



LEI Nº 1.170 DE 1964
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
LEI Nº 1.170 DE 1964

Art. 1º - Esta Lei tem por objeto a criação de uma Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Mato Grosso do Sul, com a finalidade de estudar e propor medidas para o desenvolvimento econômico do Estado.

Art. 2º - A Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Mato Grosso do Sul será composta por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e da sociedade civil, nomeados pelo Governador do Estado.

Art. 3º - A Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Mato Grosso do Sul terá como atribuições:

Art. 4º - A Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Mato Grosso do Sul será instalada no prazo de 30 dias após a publicação desta Lei.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º - A Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Mato Grosso do Sul poderá solicitar e receber informações e dados necessários para o cumprimento de suas atribuições.

Art. 6º - A Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Mato Grosso do Sul poderá celebrar convênios e acordos com órgãos e entidades da administração pública e privada.

Art. 7º - A Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Mato Grosso do Sul poderá emitir pareceres e recomendações sobre projetos de lei e atos administrativos.

Art. 8º - A Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Mato Grosso do Sul será avaliada anualmente pelo Poder Executivo.

Art. 9º - A Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Mato Grosso do Sul será extinta quando não houver mais necessidade de sua existência.

[Assinaturas e rubricas]



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fis. 25

Rubrica

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A

FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

§2º Fica proibido o consumo e compartilhamento de tererê e chimarrão e congêneres ou assemelhados em ambientes públicos e privados, assim como o compartilhamento de utensílios de uso pessoal, como copos, garrafas, talheres, como forma de evitar a proliferação do vírus;

§3º Os exames laboratoriais ficam restritos à urgência e emergência enquanto vigorar a situação de emergência em saúde pública;

§4º Todos os exames, consultas eletivas e atendimentos não emergenciais, ficam suspensos.

Art. 5º - Às Instituições de Longa Permanência aplicam-se os mesmos critérios de visitação estabelecidos para o Hospitalar Municipal, e serão fiscalizadas pela Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH.

Art. 6º - O atendimento e o registro de manifestações ou solicitações de ouvidoria e pedidos de acesso à informação poderão ser realizados por meio telefônico ou eletrônico, e ficam disponíveis nos canais de atendimento do Município, notadamente e-mails, telefone e ouvidoria, disponíveis no site deste Município. (<https://www.santaritadopardo.ms.gov.br> - <https://www.santaritadopardo.ms.gov.br/contato/> - <http://www.xsic.com.br/santaritadopardo/ouvidoria.php>)

Art. 7º - Para o enfrentamento da emergência de saúde decorrente do *coronavírus*, ficam suspensos:

- I - todas as atividades situadas em galerias ou pólos comerciais;
- II - todas as atividades em clubes, academias, boates, associações, agremiações, sedes sociais, salões, e qualquer atividade congênere ou locais em que haja aglomeração de pessoas;
- III - demais estabelecimentos dedicados à realização de festas, eventos ou recepções e congêneres;

§1º. As atividades em feiras, inclusive feiras livres, poderão ser mantidas, devendo ser observada a não aglomeração de pessoas, devendo ser também mantida distância de pelo menos 2,00m (dois) metros entre um e outro comerciante, de modo a evitar a propagação do vírus;

§2º. Os bares e restaurantes, assim como estabelecimentos de hospedagem, para atendimento exclusivo dos hóspedes, deverão observar, na organização de suas mesas, a distância mínima de dois metros entre elas.

§3º. Os supermercados, mercados, mercearias, açougues, peixarias, hortifrutigranjeiros, quitandas e centros de abastecimento de alimentos e demais estabelecimentos congêneres, deverão limitar o quantitativo de itens de um mesmo produto por pessoa, conforme sua capacidade de estoque, garantindo o acesso ao maior número de pessoas possível aos produtos, sendo sujeitos à fiscalização do Município.

Art. 8º Aos estabelecimentos afetados pelas medidas estabelecidas nesse decreto abre-se a possibilidade de concessão de férias coletivas nos termos do decreto-lei nº 5.452, de 1º de Janeiro de 1943 (CLT).

MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO MATO
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL



RUA MARCHELINO DE OLIVEIRA, 111 - JARDIM
CENTRO - SANTA RITA DO MATO - MS
CEP: 79.000-000

Art. 1º - A presente Lei tem por objeto a criação de uma Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Municipal, com a finalidade de estudar e propor medidas que visem ao melhoramento da administração pública municipal e ao desenvolvimento econômico e social do município.

Art. 2º - A Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Municipal será composta por membros nomeados pelo Poder Executivo Municipal, sendo obrigatoriamente incluídos representantes da sociedade civil.

Art. 3º - A Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Municipal terá como atribuições:

Art. 4º - A Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Municipal poderá solicitar informações e dados necessários ao exercício de suas atribuições, bem como poderá convocar para suas reuniões os membros do Poder Executivo Municipal e os membros da sociedade civil interessados.

Art. 5º - A Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Municipal poderá emitir pareceres e recomendações sobre os projetos de lei e de decreto em tramitação no Poder Legislativo Municipal, bem como sobre os projetos de lei e de decreto em tramitação no Poder Executivo Municipal.

Art. 6º - A Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Municipal poderá emitir pareceres e recomendações sobre os projetos de lei e de decreto em tramitação no Poder Legislativo Municipal, bem como sobre os projetos de lei e de decreto em tramitação no Poder Executivo Municipal.

Art. 7º - A Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Municipal poderá emitir pareceres e recomendações sobre os projetos de lei e de decreto em tramitação no Poder Legislativo Municipal, bem como sobre os projetos de lei e de decreto em tramitação no Poder Executivo Municipal.

Art. 8º - A Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Municipal poderá emitir pareceres e recomendações sobre os projetos de lei e de decreto em tramitação no Poder Legislativo Municipal, bem como sobre os projetos de lei e de decreto em tramitação no Poder Executivo Municipal.

Art. 9º - A Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Municipal poderá emitir pareceres e recomendações sobre os projetos de lei e de decreto em tramitação no Poder Legislativo Municipal, bem como sobre os projetos de lei e de decreto em tramitação no Poder Executivo Municipal.

Art. 10º - A Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Municipal poderá emitir pareceres e recomendações sobre os projetos de lei e de decreto em tramitação no Poder Legislativo Municipal, bem como sobre os projetos de lei e de decreto em tramitação no Poder Executivo Municipal.

Art. 11º - A Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Municipal poderá emitir pareceres e recomendações sobre os projetos de lei e de decreto em tramitação no Poder Legislativo Municipal, bem como sobre os projetos de lei e de decreto em tramitação no Poder Executivo Municipal.

LEI Nº 1.234 DE 1993



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Fls. 26
Rubrica

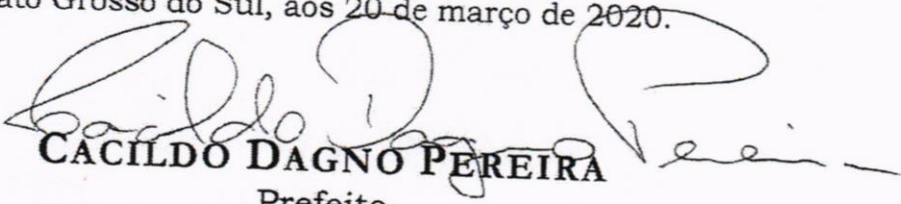
Art. 9º. Fica determinado o fechamento, por tempo indeterminado, dos parques municipais, notadamente da "Área de Lazer AFRÂNIO DE GUSMÃO CASTELO BRANCO", dos parques infantis, e do "Ginásio de Esportes FLAVIO DERZI".

Art. 10. Ficam suspensas as licitações até dia 06 de abril, devendo serem realizadas apenas aquelas que tenham por objeto à aquisição de bens e serviços destinados à contenção do *coronavirus*.

Art. 11. -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

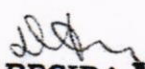
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 20 de março de 2020.


CACILDO DAGNO PEREIRA
Prefeito


GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA
Secretária Municipal de Saúde Pública - SESP


KATIA CRISTINA DA SILVA
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL


DULCE APARECIDA MARQUES
Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH

MINISTERIO DE SALUD PÚBLICA Y CALIDAD DE VIDA
ESTADO DE CALIFORNIA



SECRETARÍA DE SALUD PÚBLICA Y CALIDAD DE VIDA
CALLE DE LA SALUD PÚBLICA Y CALIDAD DE VIDA
SANTA ANA, CALIFORNIA 92705

El presente documento es un informe de la Secretaría de Salud Pública y Calidad de Vida, el cual tiene como objetivo informar a la ciudadanía sobre los resultados de la encuesta de salud pública y calidad de vida, la cual se realizó en el año 2010. El informe contiene información sobre los niveles de salud pública y calidad de vida, así como sobre los factores que influyen en la salud pública y calidad de vida. El informe también contiene recomendaciones para mejorar la salud pública y calidad de vida.

Publicado en el mes de mayo del 2011.

Para más información, consulte el sitio web de la Secretaría de Salud Pública y Calidad de Vida.

SECRETARÍA DE SALUD PÚBLICA Y CALIDAD DE VIDA

SECRETARÍA DE SALUD PÚBLICA Y CALIDAD DE VIDA
CALLE DE LA SALUD PÚBLICA Y CALIDAD DE VIDA
SANTA ANA, CALIFORNIA 92705

SECRETARÍA DE SALUD PÚBLICA Y CALIDAD DE VIDA

SECRETARÍA DE SALUD PÚBLICA Y CALIDAD DE VIDA
CALLE DE LA SALUD PÚBLICA Y CALIDAD DE VIDA
SANTA ANA, CALIFORNIA 92705

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

DECRETO Nº 063/2020, DE 19 DE MARÇO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO DECRETO 050/2017 DE 04 DE ABRIL DE 2017, DESTINADO ÀS SUBSTITUIÇÕES E NOMEAÇÕES DOS MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTA RITA DO PARDO - MS".

Cacildo Dagno Pereira, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

ARTIGO 1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, de Santa Rita do Pardo-MS, passa a ser composto dos seguintes membros de conformidade com os segmentos a seguir relacionados:

I - PELO GOVERNO MUNICIPAL

a) Secretária de Saúde Pública:

Titular: Alexandro Sousa Manso Vieira

Suplente: Mary Campos da Silva

b) Secretária de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

Titular: Yara Cristhyna Alves Lima

Suplente: Solange Regina Telles Martins

c) Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

Titular: Cleudilene Pereira de Freitas Patussi

Suplente: Adriana Percirade Souza Oliveira

II - PELAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) Associação de Pais e Mestres - Escola Municipal "Raimundo Cândido de Araújo";

Titular: Sidnei Aparecido Nunes Alves

Suplente: José Mario Pereira

b) Associação Pestalozzi - Escola Especial "Agripino da Costa Lima";

Titular: Weldecy Ferreira da Costa

Suplente: Liane Cibele da Silva Lima

c) Conselho de Pastores Evangélicos de Santa Rita do Pardo-MS, "CO-PES"

Titular: Roberto Gomes da Silva

Suplente: Gracilene Carvalho de Almeida Thedim Costa

ARTIGO 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de março de 2020.

Cacildo Dagno Pereira

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração e Governo na data acima e afixado no local de costume.

Oziel Dias Leal

Secretário de Administração e Governo

DECRETO Nº 064/2020 DE 19 DE MARÇO DE 2020.

GABINETE DO PREFEITO CONSTITUI COMISSÃO MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO

PARDO-MS, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CACILDO DAGNO PEREIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA

Artigo 1º - Fica constituída a Comissão Municipal de Fiscalização e Acompanhamento do Concurso Público do Município de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, integrada pelos seguintes servidores públicos municipais: Paulo Rogério Figueiredo, Cristiano Vieira de Freitas e Alexandro Sousa Manso Vieira

Artigo 2º - sob a presidência do servidor Paulo Rogério Figueiredo cabe a Comissão, supervisionar, acompanhar e fiscalizar, a execução do Concurso Público destinado ao provimento de cargos e função em caráter efetivo, das categorias funcionais pertinentes do Quadro Permanente da Prefeitura do Município de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.

Artigo 3º - No cumprimento das atividades mencionadas neste Decreto, a Comissão observará as disposições da legislação pertinente.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Rita do Pardo - MS, 19 de Março de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 066/2.020, DE 20 DE MARÇO DE 2.020.

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade acerca de medidas complementares e ações em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município de SANTA RITA DO PARDO, destinadas ao enfrentamento da pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e

artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais.

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando competir ao Município combater as moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

Considerando que as ações preventivas e de acompanhamento também devem ser entendidas como de emergência;

Considerando que a Administração Municipal deve se antecipar e prever ações que continuem a evitar o contágio da população pelo coronavírus - covid-19;

Considerando que grande parte da população Santarritense transita pelos Municípios vizinhos, quer seja a trabalho, estudo ou passeio, locais estes em que já foram confirmados casos desta espécie, como Campo Grande, Presidente Prudente e demais cidades do entorno;

Considerando a notícia de primeiro óbito confirmados em razão do vírus coronavírus (COVID-19) no Brasil ocorrido na data de 16/03/2020;

Considerando a confirmação científica de que o vírus coronavírus (COVID-19) transita livremente no território brasileiro;

Considerando a necessidade de serem tomadas decisões e adotadas ações urgentes, no sentido de se prevenir e tratar oportunamente tal enfermidade no âmbito da Municipalidade;

Considerando a necessidade de mobilização dos meios de preservação da saúde e de recursos não previstos no orçamento municipal;

Considerando a imperiosa necessidade de integrar recursos humanos, técnicos e financeiros com os governos Estaduais e Federais;

Considerando que a promoção da saúde e a prevenção dos riscos são integralmente as melhores formas de combate ao vírus da coronavírus (COVID-19);

Considerando que o coronavírus (COVID-19) é mais prejudicial às pessoas que já sofrem de outras enfermidades e grupos de risco (idosos, obesos, gestantes e crianças com menos de dois anos de idade, diabéticos, hipertensos, pessoas portadoras de doenças respiratórias, portadoras de cardiopatias, fumantes, pessoas em tratamento como quimioterapias ou terapias que importam na baixa da imunidade, insuficiência renal crônica, entre outras);

Considerando que o atual período de outono/inverno estimula o abrigo de pessoas em locais fechados, ainda que contra as regras de combate ao vírus, e que o vírus tem aptidão de permanecer vivo em locais e ambientes mais frios;

Considerando que a atual estrutura física do pronto atendimento não comporta o aumento da demanda de atendimentos gerado;

Considerando a confirmação a nível mundial de pandemia provocada pelo coronavírus (COVID-19);

Considerando estar o Município desprovido de instrumentos e materiais exigidos para ambientes fechados, especialmente escolas e transporte escolar;

Considerando especialmente a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) pelo Ministério da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 2020, que dispõe de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus;

Considerando a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 2020;

Considerando o DECRETO NORMATIVO DECRETO Nº 15.393, DE 17 DE MARÇO DE 2020, que acrescenta o art. 2º-A ao Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2), no território sul-mato-grossense, onde foram suspensas as aulas no período de 23 de março a 6 de abril de 2020;

Considerando especialmente DECRETO ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL Nº 15.396, DE 19 DE MARÇO DE 2020, por meio do qual se DECLAROU no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, situação de emergência em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 (Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE 1.5.1.1.0);

Considerando o reconhecimento da situação de calamidade pública havida pelo Governo Federal diante da pandemia de coronavírus, já

reconhecida pela Câmara dos Deputados em apreciação pelo Senado Federal;

Considerando a necessidade de intensificar as medidas de prevenção para evitar a proliferação do coronavírus;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suspenso, temporariamente, até o dia 06 de abril de 2020, o atendimento presencial ao público na sede da prefeitura municipal e nos órgãos públicos municipais, podendo haver trabalho interno nos setores onde seja necessária a continuidade de suas atividades, sendo todos os servidores públicos municipais durante este período dispensados do ponto eletrônico.

Parágrafo único. A determinação contida no caput deste artigo é excepcionada quanto ao Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, às ESF - Estratégias de Saúde da Família, José Gisfredo e Nair Fernandes Alves, bem como à Farmácia Básica, cujos órgãos manterão suas atividades normalmente para o atendimento da população.

Art. 2º - Ficam proibidos reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, aí incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos, atividades realizadas em igrejas, sociedades, centros, reuniões, ficando terminantemente suspensos em todo o território municipal até o dia 06 de abril de 2020, sendo proibida qualquer espécie de atividade congênere que importe em aglomeração de pessoas no âmbito do Município.

Art. 3º - As receitas médicas passam a ter validade por 90 dias.

Art. 4º - Fica estabelecida a restrição das visitas no âmbito do Complexo Hospitalar Municipal, sendo permitida uma pessoa por dia para cada paciente em horário pré-estabelecido, conforme a diretriz da unidade hospitalar dispor.

§1º A troca de acompanhante em caso de pacientes que necessitam de acompanhamento serão feitas em horário de visita, sem exceção, e na forma estabelecida no respectivo regulamento;

§2º Fica proibido o consumo e compartilhamento de tererê e chimarrão e congêneres ou semelhantes em ambientes públicos e privados, assim como o compartilhamento de utensílios de uso pessoal, como copos, garrafas, talheres, como forma de evitar a proliferação do vírus;

§3º Os exames laboratoriais ficam restritos à urgência e emergência enquanto vigorar a situação de emergência em saúde pública;

§4º Todos os exames, consultas eletivas e atendimentos não emergenciais, ficam suspensos.

Art. 5º - As Instituições de Longa Permanência aplicam-se os mesmos critérios de visitação estabelecidos para o Hospitalar Municipal, e serão fiscalizadas pela Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH.

Art. 6º - O atendimento e o registro de manifestações ou solicitações de ouvidoria e pedidos de acesso à informação poderão ser realizados por meio telefônico ou eletrônico, e ficam disponíveis nos canais de atendimento do Município, notadamente e-mails, telefone e ouvidoria, disponíveis no site deste Município. (<https://www.santaritadopardo.ms.gov.br> - <https://www.santaritadopardo.ms.gov.br/contato/> - <http://www.xsic.com.br/santaritadopardo/ouvidoria.php>)

Art. 7º - Para o enfrentamento da emergência de saúde decorrente do coronavírus, ficam suspensos:

I - todas as atividades simuladas em galerias ou pólos comerciais;

II - todas as atividades em clubes, academias, boates, associações, agremiações, sedes sociais, salões, e qualquer atividade congênere ou locais em que haja aglomeração de pessoas;

III - demais estabelecimentos dedicados à realização de festas, eventos ou recepções e congêneres;

§1º. As atividades em feiras, inclusive feiras livres, poderão ser mantidas, devendo ser observada a não aglomeração de pessoas, devendo ser também mantida distância de pelo menos 2,00m (dois) metros entre um e outro comerciante, de modo a evitar a propagação do vírus;

§2º. Os bares e restaurantes, assim como estabelecimentos de hospedagem, para atendimento exclusivo dos hóspedes, deverão observar, na organização de suas mesas, a distância mínima de dois metros entre elas.

§3º. Os supermercados, mercados, mercearias, açougues, peixarias, hortifrutigranjeiros, quitandas e centros de abastecimento de alimentos e demais estabelecimentos congêneres, deverão limitar o quantitativo de itens de um mesmo produto por pessoa, conforme sua capacidade de estoque, garantindo o acesso ao maior número de pessoas possível aos produtos, sendo sujeitos à fiscalização do Município.

Art. 8º Aos estabelecimentos afetados pelas medidas coletivas neste decreto abre-se a possibilidade de concessão de férias coletivas nos termos do decreto-lei nº 5.452, de 1º de Janeiro de 1943 (CLT).

Art. 9º. Fica determinado o fechamento, por tempo indeterminado, dos parques municipais, notadamente da "Área de Lazer AFRÂNIO DE GUSMÃO CASTELO BRANCO", dos parques infantis, e do "Ginásio de Esportes FLAVIO DERZI".

Art. 10. Ficam suspensas as licitações até dia 06 de abril, devendo serem realizadas apenas aquelas que tenham por objeto a aquisição de bens e serviços destinados à contenção do coronavírus.

Art. 11. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 20 de março de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito

GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA

Secretária Municipal de Saúde Pública - SESF

KATIA CRISTINA DA SILVA

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL

DULCE APARECIDA MARQUES

Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH

Editor Geral: Osmar da Silva Mello - DRT/MS 091 - Diagramação Noemi Silva

Jornalista Responsável: Osmar da Silva Mello - DRT/MS 091

Endereço: Rua João Ferreira da Silva, 1265 - Centro - CEP 79.690-000

Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

Periodicidade: Semanal - Tiragem: 1500 exemplares

E-mail: jornaldacidade@uol.com.br - contatojornaldacidade@gmail.com

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus idealizadores.

Contatos:

(67) 98143-9894

(67) 99682-4675

THE HISTORY OF THE UNITED STATES

The history of the United States is a complex and multifaceted story, spanning centuries and encompassing a wide range of events, people, and ideas. It is a story of exploration, discovery, and the pursuit of a better life. The early years of the United States were marked by the struggles of the colonists against British rule, and the eventual achievement of independence. This was followed by a period of rapid growth and expansion, as the United States spread across the continent. The Civil War was a pivotal moment in the nation's history, as it resolved the issue of slavery and preserved the Union. The Reconstruction era that followed was a period of great challenge and opportunity, as the nation sought to rebuild and reunite. The late 19th and early 20th centuries were characterized by industrialization, urbanization, and the rise of new political movements. The United States emerged as a global power, and its influence was felt around the world. The mid-20th century saw the United States become a superpower, and its role in the world became even more prominent. The Vietnam War and the Civil Rights Movement were two of the most significant events of this period. The late 20th and early 21st centuries have been marked by rapid technological change, globalization, and the challenges of the 21st century. The United States continues to play a central role in the world, and its history remains a source of inspiration and guidance for the future.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls. 28

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A Rubrica
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETO Nº 067/2020, DE 23 DE MARÇO DE 2.020.

Dispõe de medidas complementares destinadas ao enfrentamento da pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando competir ao Município combater às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

Considerando que as ações preventivas e de acompanhamento também devem ser entendidas como de emergência;

Considerando que a Administração Municipal deve se antecipar e prever ações que continuem a evitar o contágio da população pelo coronavírus - covid-19;

Considerando a necessidade de intensificar as medidas de prevenção para evitar a proliferação do coronavírus;

DECRETA:

Art. 1º - Fica proibida a realização de velórios em residências, igrejas, clubes de serviço, associações de bairro, ou qualquer outro local que não o destinado pelo Município para esse fim, devendo os velórios ocorrerem exclusivamente no local autorizado pelo Município - Casa de Velório.

Parágrafo Único. Os velórios serão realizados apenas no período diurno, com duração não superior a 8 horas e com sepultamento imediato, respeitado o horário de funcionamento do Cemitério Municipal.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls. 29

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A Rubrica
FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Art. 2º - Os sepultamentos, no cemitério, devem ser imediatos, sendo vedada a abertura de caixões para despedidas finais, como forma de evitar a disseminação do vírus.

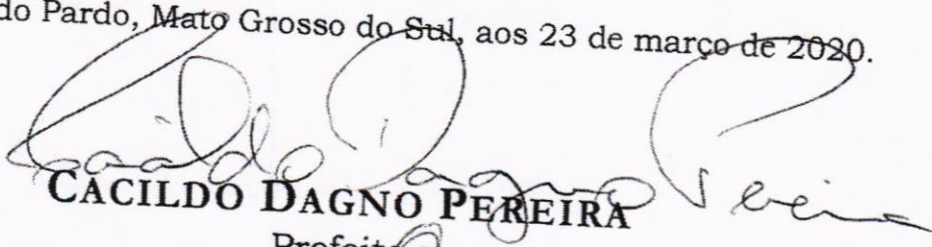
Art. 3º - É permitido no máximo 05(cinco) pessoas, simultaneamente, na sala/câmara de velório onde se localiza o corpo e a respectiva urna funerária, devendo a família ou responsável pelo velório organizar o revezamento de modo a evitar a aglomeração de pessoas, bem como ser mantida distância mínima de 2,00m (dois metros) entre as pessoas que estiverem dentro do recinto onde ocorra o velório, e, na parte de fora da casa de velório, igualmente, deve ser respeitada a distância de segurança mínima de 2,00m (dois metros) entre as pessoas que aguardam para adentrar ao recinto fechado.

Art. 4º - Fica proibido o fornecimento de chás, cafés, chimarrão, tererés ou quaisquer bebidas, bem como a alimentação, nos velórios, como forma de evitar a proliferação do vírus.

Art. 5º. -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 23 de março de 2020.


CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito


GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA
Secretária Municipal de Saúde Pública - SESP


DULCE APARECIDA MARQUES
Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

DECRETO Nº 067/2020, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe de medidas complementares destinadas ao enfrentamento da pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever de executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando competir ao Município combater as moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

Considerando que as ações preventivas e de acompanhamento também devem ser entendidas como de emergência;

Considerando que a Administração Municipal deve se antecipar e prever ações que continuem a evitar o contágio da população pelo coronavírus - covid-19;

Considerando a necessidade de intensificar as medidas de prevenção para evitar a proliferação do coronavírus;

DECRETO:

Art. 1º - Fica proibida a realização de velórios em residências, igrejas, clubes de serviço, associações de bairro, ou qualquer outro local que não o destinado pelo Município para esse fim, devendo os velórios ocorrerem exclusivamente no local autorizado pelo Município - Casa de Velório.

Parágrafo Único. Os velórios serão realizados apenas no período diurno, com duração não superior a 8 horas e com sepultamento imediato, respeitado o horário de funcionamento do Cemitério Municipal.

Art. 2º - Os sepultamentos, no cemitério, devem ser imediatos, sendo vedada abertura de caixões para despedidas finais, como forma de evitar a disseminação do vírus.

Art. 3º - É permitido no máximo 05 (cinco) pessoas, simultaneamente, na sala/câmara de velório onde se localiza o corpo e a respectiva urna funerária, devendo a família ou responsável pelo velório organizar o revezamento de modo a evitar a aglomeração de pessoas, bem como ser mantida distância mínima de 2,00m (dois metros) entre as pessoas que estiverem dentro do recinto onde ocorre o velório, e, na parte de fora da casa de velório, igualmente, deve ser respeitada a distância de segurança mínima de 2,00m (dois metros) entre as pessoas que aguardam para adentrar ao recinto fechado.

Art. 4º - Fica proibido o fornecimento de chás, cafés, chimarrão, torres ou quaisquer bebidas, bem como a alimentação, nos velórios, como forma de evitar a proliferação do vírus.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cuzeira-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 23 de março de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito

GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA

Secretária Municipal de Saúde Pública - SES

DULCE APARECIDA MARQUES

Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo/MS, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados o seguinte resultado:

PROCESSO Nº: 0033/2020

MODALIDADE Nº: DISP Nº 0011/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DETECTOR FETAL DE MESA PARA ATEN-

DER AS NECESSIDADES DOS CONSULTÓRIOS MÉDICOS DA UMS NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO.

Vencedor(es): MC PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA - ME, no Anexo I/Lote 0001 - item: 1, totalizando R\$ 2.330,00 (dois mil e trezentos e trinta reais);

Santa Rita do Pardo/MS, 23 de março de 2020.

Maiany Santos da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo retro epigrafado, e diante do resultado classificatório apresentado pela CPL, HOMOLOGO o presente certame, adjudicando o objeto desta licitação a(s) empresa(s) vencedora(s) supra-relacionada(s).

Santa Rita do Pardo/MS, 23 de março de 2020.

Cacildo Dagno Pereira

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo/MS, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados o seguinte resultado:

PROCESSO Nº: 0035/2020

MODALIDADE Nº: DISP Nº 0011/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM KIT MÓDULO DE INJEÇÃO ELETRÔNICA DO VEÍCULO FIAT DUCATO, PARA ATENDE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EM SANTA RITA DO PARDO-MS.

Vencedor(es): RAFAEL E IBARA - ME, no Anexo I/Lote 0001 - item: 1, totalizando R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais);

Santa Rita do Pardo/MS, 23 de março de 2020.

MAIANY SANTOS DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo retro epigrafado, e diante do resultado classificatório apresentado pela CPL, HOMOLOGO o presente certame, adjudicando o objeto desta licitação a(s) empresa(s) vencedora(s) supra-relacionada(s).

Santa Rita do Pardo/MS, 23 de março de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo/MS, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados o seguinte resultado:

PROCESSO Nº: 0034/2020

MODALIDADE Nº: DISP Nº 0012/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO PONTO ELETRÔNICO SECULLUM4 OU MARCA SUPERIOR.

Vencedor(es): VANESSA PARIS PIRONI PRESIDENTE PRUDENTE - ME, no Anexo I/Lote 0001 - item: 1, totalizando R\$ 5.436,00 (cinco mil e quatrocentos e trinta e seis reais);

Santa Rita do Pardo/MS, 23 de março de 2020.

Maiany Santos da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo retro epigrafado, e diante do resultado classificatório apresentado pela CPL, HOMOLOGO o presente certame, adjudicando o objeto desta licitação a(s) empresa(s) vencedora(s) supra-relacionada(s).

Santa Rita do Pardo/MS, 23 de março de 2020.

Cacildo Dagno Pereira

Prefeito Municipal



Comunicado

A Coordenadoria de Contratos do Município de Santa Rita do Pardo/MS, comunica que a partir do dia 23/03/2020 estará reduzindo a carga horária de trabalho até as 14hs (BR). O motivo é pela pandemia que está em nosso país e no mundo, de tal modo preservar a saúde de nossos funcionários e a quem atendemos. Mas nos colocamos a disposição através dos telefones Valdir (Didi) (67) 9.9687-4548, Alani (67) 9.9879-2948, Cássia (67) 9.99954-1091 e José (67) 9.9935-4944.

Atenciosamente,

Valdir Porfírio - Coordenador de Contratos

Horti Fruti Otsubo

Agro Comercial Otsubo Ltda.



Frutas e Verduras, Açougue, Padaria, Bebidas, Latarias em Geral



(67) 3541-1200

Rua Itanhagá, 133 - Centro - CEP 79.780-000 - Bataguassu-MS



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls 31

Rubrica

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETO Nº 070/2020, DE 02 DE ABRIL DE 2.020.

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas complementares, temporárias e ações emergenciais em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando competir ao Município combater às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

Considerando que as ações preventivas e de acompanhamento também devem ser entendidas como de emergência;

Considerando que a Administração Municipal deve se antecipar e prever ações que continuem a evitar o contágio da população pelo coronavírus - covid-19;

Considerando que grande parte da população Santaritense transita pelos Municípios vizinhos, quer seja a trabalho, estudo ou passeio, locais estes em que já foram confirmados casos desta espécie, como Campo Grande, Presidente Prudente e demais cidades do entorno;

Considerando a notícia de primeiro óbito confirmados em razão do vírus coronavírus (COVID-19) no Brasil ocorrido na data de 16/03/2020;

Considerando a confirmação científica de que o vírus coronavírus (COVID-19) transita livremente no território brasileiro;



PROCESO DE ORGANIZACION DEL MUNICIPIO DE SANJA RITA

El presente documento tiene como finalidad informar a la comunidad sobre el proceso de organizacion del municipio de Sanja Rita, el cual se encuentra en desarrollo. El proceso se iniciara en el mes de mayo del presente año, con la realizacion de una asamblea comunal para la eleccion de los miembros del consejo municipal. Los interesados en participar en este proceso deben acercarse a la oficina de la municipalidad para obtener la informacion necesaria.

El proceso de organizacion del municipio de Sanja Rita se encuentra en desarrollo. El proceso se iniciara en el mes de mayo del presente año, con la realizacion de una asamblea comunal para la eleccion de los miembros del consejo municipal. Los interesados en participar en este proceso deben acercarse a la oficina de la municipalidad para obtener la informacion necesaria.

El proceso de organizacion del municipio de Sanja Rita se encuentra en desarrollo. El proceso se iniciara en el mes de mayo del presente año, con la realizacion de una asamblea comunal para la eleccion de los miembros del consejo municipal. Los interesados en participar en este proceso deben acercarse a la oficina de la municipalidad para obtener la informacion necesaria.

El proceso de organizacion del municipio de Sanja Rita se encuentra en desarrollo. El proceso se iniciara en el mes de mayo del presente año, con la realizacion de una asamblea comunal para la eleccion de los miembros del consejo municipal. Los interesados en participar en este proceso deben acercarse a la oficina de la municipalidad para obtener la informacion necesaria.

El proceso de organizacion del municipio de Sanja Rita se encuentra en desarrollo. El proceso se iniciara en el mes de mayo del presente año, con la realizacion de una asamblea comunal para la eleccion de los miembros del consejo municipal. Los interesados en participar en este proceso deben acercarse a la oficina de la municipalidad para obtener la informacion necesaria.

El proceso de organizacion del municipio de Sanja Rita se encuentra en desarrollo. El proceso se iniciara en el mes de mayo del presente año, con la realizacion de una asamblea comunal para la eleccion de los miembros del consejo municipal. Los interesados en participar en este proceso deben acercarse a la oficina de la municipalidad para obtener la informacion necesaria.

El proceso de organizacion del municipio de Sanja Rita se encuentra en desarrollo. El proceso se iniciara en el mes de mayo del presente año, con la realizacion de una asamblea comunal para la eleccion de los miembros del consejo municipal. Los interesados en participar en este proceso deben acercarse a la oficina de la municipalidad para obtener la informacion necesaria.

El proceso de organizacion del municipio de Sanja Rita se encuentra en desarrollo. El proceso se iniciara en el mes de mayo del presente año, con la realizacion de una asamblea comunal para la eleccion de los miembros del consejo municipal. Los interesados en participar en este proceso deben acercarse a la oficina de la municipalidad para obtener la informacion necesaria.

El proceso de organizacion del municipio de Sanja Rita se encuentra en desarrollo. El proceso se iniciara en el mes de mayo del presente año, con la realizacion de una asamblea comunal para la eleccion de los miembros del consejo municipal. Los interesados en participar en este proceso deben acercarse a la oficina de la municipalidad para obtener la informacion necesaria.

El proceso de organizacion del municipio de Sanja Rita se encuentra en desarrollo. El proceso se iniciara en el mes de mayo del presente año, con la realizacion de una asamblea comunal para la eleccion de los miembros del consejo municipal. Los interesados en participar en este proceso deben acercarse a la oficina de la municipalidad para obtener la informacion necesaria.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls 32

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Rubrica

Considerando a necessidade de serem tomadas decisões e adotadas ações urgentes, no sentido de se prevenir e tratar oportunamente tal enfermidade no âmbito da Municipalidade;

Considerando a necessidade de mobilização dos meios de preservação da saúde e de recursos não previstos no orçamento municipal;

Considerando a imperiosa necessidade de integrar recursos humanos, técnicos e financeiros com os governos Estaduais e Federais;

Considerando que a promoção da saúde e a prevenção dos riscos são inegavelmente as melhores formas de combate ao vírus da *coronavírus (COVID-19)*;

Considerando que o *coronavírus (COVID-19)* é mais prejudicial às pessoas que já sofrem de outras enfermidades e grupos de risco (idosos, obesos, gestantes e crianças com menos de dois anos de idade, diabéticos, hipertensos, pessoas portadoras de doenças respiratórias, portadoras de cardiopatias, fumantes, pessoas em tratamento como quimioterapias ou terapias que importam na baixa da imunidade, insuficiência renal crônica, entre outras);

Considerando que o atual período de outono/inverno estimula o abrigo de pessoas em locais fechados, ainda que contra as regras de combate ao vírus, e que o vírus tem aptidão de permanecer vivo em locais e ambientes mais frios;

Considerando que a atual estrutura física do pronto atendimento não comporta o aumento da demanda de atendimentos gerada;

Considerando a confirmação a nível mundial de pandemia provocada pelo *coronavírus (COVID-19)*;

Considerando estar o Município desprovido de instrumentos e materiais exigidos para ambientes fechados, especialmente escolas e transporte escolar;

Considerando especialmente a **Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020**, em decorrência da Infecção Humana pelo novo *coronavírus (COVID-19)*;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que **Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin)** pelo Ministério da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo *coronavírus (COVID-19)*;

Considerando a **Lei Federal nº 13.979, de 2020**, que dispõe de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do *coronavírus*;



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls 33

Rubrica

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A

FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Considerando a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 2020;

Considerando o DECRETO NORMATIVO DECRETO Nº 15.393, DE 17 DE MARÇO DE 2020, que acrescenta o art. 2º-A ao Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARSCoV-2), no território sul-mato-grossense, onde foram suspensas as aulas no período de 23 de março a 6 de abril de 2020;

Considerando especialmente DECRETO ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL DE Nº 15.396, DE 19 DE MARÇO DE 2020, por meio do qual se **DECLAROU** no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, **situação de emergência** em razão da **pandemia** por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 (Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE 1.5.1.1.0);

Considerando o reconhecimento da situação de calamidade pública havida pelo Governo Federal e pelo Congresso Nacional diante da pandemia de coronavírus;

Considerando a necessidade de intensificar as medidas de prevenção para evitar a proliferação do coronavírus;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando o quanto disposto no Decreto Municipal nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2020, que declara **Situação de Emergência em Saúde Pública** no Município de Santa Rita do Pardo/MS, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória - COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus;

Considerando, ainda, a necessidade de estabelecimento da medida de acordo com as recomendações das autoridades sanitárias a nível nacional e internacional;

e

Considerando que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls. 34

Rubrica

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído "**TOQUE DE RECOLHER**" no âmbito do Município de Santa Rita do Pardo, a partir de 02 de abril, até o dia 03 de maio de 2020, das 22h00 às 05h00 - Horário Oficial de Brasília / 21h00 às 04h00 - Horário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo Único. A circulação de pessoas durante o horário estabelecido no caput deste artigo somente será permitido para profissionais de saúde em deslocamento para o trabalho, pessoas que busquem atendimento de urgência na rede de saúde, profissionais vinculados às demais atividades consideradas essenciais e trabalhadores em deslocamento para as atividades cujo funcionamento estiver permitido durante o período de Emergência em Saúde Pública decorrente do novo Coronavírus (COVID 19), ou deslocamentos devidamente justificados.

Art. 2º. Durante o período do "toque de recolher", deve ocorrer em tempo integral o **confinamento domiciliar obrigatório** em todo o território da sede do Município, ficando terminantemente proibida a circulação de pessoas na sede do Município, suas ruas, parques, praças, espaços públicos, vias de circulação e trânsito, exceto a circulação necessária para acesso aos serviços essenciais e sua prestação na forma prevista neste Decreto e salvo nos casos de comprovada necessidade ou urgência, devendo esta ser realizada pelo indivíduo "preferencialmente" de maneira individual (sem acompanhantes), e sem aglomeração, de modo a evitar o contato entre as pessoas.

Art. 3º. Poderá ocorrer apreensão de veículos e condução forçada de pessoas, pelas autoridades municipais ou de polícia, em decorrência do descumprimento do disposto no caput deste artigo e nos demais artigos deste Decreto.

Art. 4º. Serão adotadas providências legais para responsabilização criminal em relação aos casos de descumprimento das normas excepcionais previstas neste Decreto, e sujeitará o infrator às sanções previstas em Lei, especialmente o disposto no artigo 10 da Lei Federal n. 6.437, de 20 de agosto de 1977¹, e notadamente nos artigos 267 e 268², e também 330³ do Código Penal Brasileiro, devendo a autoridade competente, verificado o descumprimento do presente Decreto, comunicar às polícias militar e polícia civil para lavratura do flagrante delito, bem como, sendo o caso, ao Ministério Público do Estado para tomada das medidas cabíveis, sem prejuízo da tipificação das medidas sanitárias aplicáveis.

¹ Art. 10 - São infrações sanitárias: ...

² Epidemia

Art. 267 - Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos:

Pena - reclusão, de dez a quinze anos. (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990)

§ 1º - Se do fato resulta morte, a pena é aplicada em dobro.

§ 2º - No caso de culpa, a pena é de detenção, de um a dois anos, ou, se resulta morte, de dois a quatro anos.

Infração de medida sanitária preventiva

Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa.

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se o agente é funcionário da saúde pública ou exerce a profissão de médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro.

³ Desobediência

Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público:

Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls. 35

Rubrica

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Art. 5º. A Polícia Militar e fiscais da prefeitura municipal, fiscalizarão o cumprimento deste decreto, sem prejuízo das demais autoridades investidas de suas prerrogativas e respectivas funções de fiscalização e execução da lei.

Art. 6º. Os bares, restaurantes, lanchonetes, conveniências, espetinhos, trailers, foodtrucks, carrinhos, ambulantes e afins e congêneres, bem como sorveterias e estabelecimentos congêneres, terão seu horário de funcionamento ao público limitado até as 22:00 horas do Horário Oficial de Brasília / 21:00 horas do Horário Oficial de Mato Grosso do Sul, devendo ser fechados a partir deste horário, não mais podendo continuar abertos, sendo vedado em absoluto após este horário o consumo de quaisquer produtos, bebidas, alimentação e afins em suas dependências ou defronte ou nos arredores de onde estejam estabelecidos, não podendo em hipótese alguma haver aglomeração de pessoas nestes estabelecimentos, podendo ser mantidas exclusivamente as atividades de delivery (entrega dos pedidos até a casa ou trabalho da pessoa), bem como podendo haver a retirada do pedido no estabelecimento, a qualquer horário, desde que observado uma pessoa por vez para cada atendimento de entrega e que seja guardado distância mínima de 2,00m (dois) metros de uma pessoa para outra na hipótese de coincidir a entrega.

Art. 7º. Ficam proibidas aglomerações de pessoas nas calçadas, logradouros públicos, terrenos, praças ou qualquer espaço público ou particular aberto no Município.

Art. 8º. A proibição prevista no caput estende-se ao consumo de bebidas, alimentação, ou compartilhamento de bens e objetos em frente e ao entorno de residências e ao comércio em geral, de modo a evitar qualquer espécie de possibilidade de aglomeração de pessoas.

Art. 9º. Salões de beleza, clínicas estéticas ou de saúde, estabelecimentos de saúde, manicure, pedicure, depilação, e demais estabelecimentos congêneres, somente podem realizar 01 (um) atendimento por vez, não sendo possível que os clientes/pacientes aguardem no próprio estabelecimento, devendo observarem preferencialmente o atendimento mediante agendamento, com medidas de profilaxia (uso de máscaras, álcool gel 70º, e demais utensílios e EPI's - equipamentos de proteção individual, ou a disponibilização de espaço com água corrente e sabão para a devida higienização) e assepsia (processo de limpeza após o atendimento, bem como limpeza diária do estabelecimento), de modo a evitar a proliferação do vírus.

Art. 10. Para o enfrentamento da emergência de saúde decorrente do novo coronavírus, poderão ser adotadas as seguintes medidas:

I - isolamento;

II - quarentena;

III - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

REPUBLICA DE SANTA RITA DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ

GOV. GERAL - JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA
GOV. DELEGADO - JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA
GOV. DELEGADO - JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA



Art. 1º - A presente lei tem por objeto a criação de uma comissão de estudos para a elaboração de um plano de desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná.

Art. 2º - A comissão de estudos será composta por representantes de todos os poderes do Estado, de instituições de ensino superior, de entidades de classe e de representantes da população em geral.

Art. 3º - A comissão de estudos terá como atribuições:

- a) estudar e propor medidas para o desenvolvimento econômico e social do Estado;
- b) acompanhar a execução das medidas propostas;
- c) apresentar relatórios periódicos ao Poder Executivo.

Art. 4º - A comissão de estudos será instalada no prazo de 30 dias, contados da data da publicação desta lei.

Art. 5º - A comissão de estudos terá o seu trabalho desenvolvido de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Poder Executivo.

Art. 6º - A comissão de estudos poderá solicitar a cooperação de órgãos e entidades do Estado e de outras instituições para a realização de seus trabalhos.

Art. 7º - A comissão de estudos poderá criar subcomissões para o estudo de assuntos específicos.

Art. 8º - A comissão de estudos poderá convocar para prestar depoimento pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 9º - A comissão de estudos poderá emitir pareceres e recomendações.

Art. 10 - A comissão de estudos será extinta quando cumprir a sua finalidade.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Esta lei não revoga e não é revogada por nenhuma outra lei.

- III - desenvolvimento de pesquisas e estudos de:
- a) estudos gerais;
 - b) estudos setoriais;
 - c) estudos de conjuntura econômica;
 - d) estudos de conjuntura social;
 - e) estudos de conjuntura política;
 - f) estudos de conjuntura cultural;
 - g) estudos de conjuntura ambiental;
 - h) estudos de conjuntura internacional;
 - i) estudos de conjuntura regional;
 - j) estudos de conjuntura local;
 - k) estudos de conjuntura municipal;
 - l) estudos de conjuntura distrital;
 - m) estudos de conjuntura estadual;
 - n) estudos de conjuntura nacional;
 - o) estudos de conjuntura internacional;
 - p) estudos de conjuntura global;
 - q) estudos de conjuntura universal;
 - r) estudos de conjuntura divina;
 - s) estudos de conjuntura eterna;
 - t) estudos de conjuntura infinita;
 - u) estudos de conjuntura absoluta;
 - v) estudos de conjuntura relativa;
 - w) estudos de conjuntura comparativa;
 - x) estudos de conjuntura contrastante;
 - y) estudos de conjuntura complementar;
 - z) estudos de conjuntura complementar.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls. 36

Rubrica

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

IV - estudo ou investigação epidemiológica;

V - exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver;

VI - Requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º - Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - Isolamento: separação de pessoas e bens contaminados, transportes e bagagens no âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus;

II - Quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou ainda bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, no âmbito de sua competência, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do novo coronavírus;

III - Eventos: todos os acontecimentos prévia e esporadicamente planejados, organizados e coordenados, de forma a contemplar o maior número de pessoas em um mesmo espaço físico e temporal.

§ 2º - A requisição administrativa, nos termos do Artigo 5º, inciso XXV da Constituição de 1988, do inciso XIII do art. 15 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, do inciso VII do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e de ato específico estadual a ser editado, envolverá, em especial:

a) estabelecimentos privados de saúde, independentemente da celebração de contratos administrativos;

b) profissionais de saúde, hipótese que não acarretará na formação de vínculo estatutário ou empregatício com a Administração Pública;

c) equipamentos de proteção individual, insumos, medicamentos e serviços.

Art. 11. O artigo 3º, caput, do **DECRETO Nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2.020**, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - Ficam suspensas as aulas presenciais nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino no período de 23 de março a 03 de maio de 2020, sendo que o período de 18 a 20 de março de 2020 será de adaptação para a comunidade escolar.

Art. 12. O artigo 12, caput, do **DECRETO Nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2.020**, passa a vigorar com a seguinte redação:

1. O presente documento tem por objetivo a

2. O presente documento tem por objetivo a

3. O presente documento tem por objetivo a

4. O presente documento tem por objetivo a

5. O presente documento tem por objetivo a

6. O presente documento tem por objetivo a

7. O presente documento tem por objetivo a

8. O presente documento tem por objetivo a

9. O presente documento tem por objetivo a

10. O presente documento tem por objetivo a

11. O presente documento tem por objetivo a

12. O presente documento tem por objetivo a

13. O presente documento tem por objetivo a

14. O presente documento tem por objetivo a

15. O presente documento tem por objetivo a



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls 37

Rubrica

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A

FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Art. 12 - Ficam suspensas até 03 de maio de 2020, as viagens com veículos oficiais do Município, para procedimentos eletivos, consultas não urgentes, bem como compromissos adiáveis, de modo a mitigar a possibilidade de transmissão do vírus.

Art. 13. O artigo 1º, do **DECRETO Nº 066/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2.020**, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica suspenso, temporariamente, até o dia 03 de maio de 2020, o atendimento presencial ao público na sede da prefeitura municipal e nos órgãos públicos municipais, podendo haver trabalho interno nos setores onde seja necessária a continuidade de suas atividades, sendo todos os servidores públicos municipais durante este período dispensados do ponto eletrônico, excepcionado o Poder Legislativo Municipal, que regulamentará suas atividades e seu funcionamento mediante regulamento e edição de regulamentos próprios, dispondo, portanto, de autonomia funcional e administrativa e competência para se autoregular.

§1º. A determinação contida no *caput* deste artigo é excepcionada quanto ao Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, às ESF - Estratégias de Saúde da Família, José Gisfredo e Nair Fernandes Alves, bem como à Farmácia Básica, assim como em relação à Unidade Básica de Saúde José Francisco Pereira, cujos órgãos manterão suas atividades normalmente para o atendimento da população.

§2º. A Unidade Básica de Saúde José Francisco Pereira, por meio de seus profissionais de saúde, deverão estabelecer mediante avaliação criteriosa, os casos de urgência que devem continuar a receber atendimento, devendo no atendimento de urgência ou emergência, serem observadas as normas de atendimento individualizado, ou seja, uma pessoa para cada atendimento, devendo a circulação de pessoas no interior e nos arredores da unidade igualmente observar a distância mínima de 2,00m (dois) metros de uma pessoa para outra, sendo determinado que seja estabelecido cronograma de agendamentos tanto quanto possível, de modo a que não exista aglomeração de pessoas ou pacientes, além da adoção das medidas de profilaxia e assepsia essenciais à não disseminação do vírus.

Art. 14. O artigo 2º, do **DECRETO Nº 066/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2.020**, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - Ficam proibidos reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, aí incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos, atividades realizadas em igrejas, sociedades, centros, reuniões, ficando terminantemente suspensos em todo o território municipal até o dia 03 de maio de 2020, sendo proibida qualquer espécie de atividade congênere que importe em aglomeração de pessoas no âmbito do Município, ou até a revogação da situação de emergência em saúde pública.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Fls. 38

Rubrica

Art. 15. As disposições dos Decretos nº 061/2020, de 17 de março de 2020, Decreto nº 066/2020, de 20 de março de 2020, e Decreto nº 067/2020, DE 23 de março de 2020, estendem-se até o dia 03 de maio de 2020, salvo disposição em contrário.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

Publique-se. Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

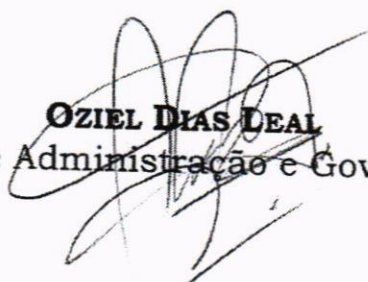
Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 02 de abril de 2020.


CACILDO DAGNO PEREIRA
Prefeito


DULCE APARECIDA MARQUES
Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH


GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA
Secretária Municipal de Saúde Pública - SESP


KÁTIA CRISTINA DA SILVA
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL


OZIEL DIAS DEAL
Secretaria de Administração e Governo - SEAG



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls. 39

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A

FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Rubrica

DECRETO Nº 078/2020, DE 14 DE ABRIL DE 2.020.

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas complementares, temporárias e ações emergenciais em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando especialmente a **Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020**, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que **Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin)** pelo Ministério da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a **Lei Federal nº 13.979, de 2020**, que dispõe de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus;

Considerando o **DECRETO NORMATIVO Nº 15.393, DE 17 DE MARÇO DE 2020**, que acrescenta o art. 2º-A ao Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARSCoV-2), no território sul-mato-grossense, onde foram suspensas as aulas no período de 23 de março a 6 de abril de 2020;

Considerando especialmente **DECRETO ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL Nº 15.396, DE 19 DE MARÇO DE 2020**, por meio do qual se **DECLAROU** no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, **situação de emergência em razão da pandemia** por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 (Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE 1.5.1.1.0);

10

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

DEPARTMENT OF CHEMISTRY

LABORATORY OF ORGANIC CHEMISTRY

CHICAGO, ILLINOIS

RECEIVED

1950

1950

1950

1950

1950

1950

1950

1950

1950

1950

1950



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls. 40

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A

FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Considerando o reconhecimento da situação de calamidade pública havida pelo Governo Federal e pelo Congresso Nacional diante da pandemia de coronavírus;

Considerando a necessidade de intensificar as medidas de prevenção para evitar a proliferação do coronavírus;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando o quanto disposto no Decreto Municipal nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2020, que declara **Situação de Emergência em Saúde Pública** no Município de Santa Rita do Pardo/MS, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória - COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus;

Considerando, ainda, as disposições do **DECRETO Nº 10.292, DE 25 DE MARÇO DE 2020**, que altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais, havido pela Presidência da República;

E,

Considerando que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;

DECRETA:

Art. 1º. O caput do artigo 2º, acrescido do parágrafo único, do **DECRETO Nº 066/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2020**, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - Ficam proibidos reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, aí incluídas excursões, cursos presenciais, ficando terminantemente suspensos em todo o território municipal até o dia 03 de maio de 2020, sendo proibida qualquer espécie de atividade congênere que importe em aglomeração de pessoas no âmbito do Município, ou até a revogação da situação de emergência em saúde pública.

Parágrafo único. Excepcionam-se das disposições do caput deste artigo as atividades religiosas de qualquer natureza, como missas, cultos religiosos, atividades realizadas em igrejas, sociedades, centros, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde do Município, devendo haver sempre o respeito de distanciamento de 2 em 2 metros entre os fieis, assim como entre os dirigentes dos atos religiosos e todos os que estiverem presentes no interior do templo ou na localidade onde se realize a atividade religiosa, e, igualmente, haver o uso de máscaras por todos os presentes.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Fls. 41
Rubrica

Art. 2º. O artigo 7º, inciso II, do **DECRETO Nº 066/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2.020**, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º - Para o enfrentamento da emergência de saúde decorrente do *coronavírus*, ficam suspensos:

...

II - todas as atividades em clubes, boates, associações, agremiações, sedes sociais, salões, e qualquer atividade congênere ou locais em que haja aglomeração de pessoas, sendo que as academias, *studios* de pilates, ioga, ginástica, atividades físicas e afins, poderão funcionar desde que respeitem o máximo de 05(cinco) alunos ou frequentadores por aula ou turno, bem como desde que haja a higienização, a cada aula ou cada turno e sempre quando do início das atividades, das superfícies de toque (portas, trinco das portas de acesso de pessoas, equipamentos, aparelhos, pesos, alteres, estações de musculação, esteiras, bicicletas, acessórios e todo e qualquer equipamentos, afins, e etc.), preferencialmente com álcool 70% (setenta por cento) e/ou água sanitária, e, também, higienizar, preferencialmente após cada utilização ou, no mínimo, a cada 3 (três) horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, os pisos, paredes e banheiro, preferencialmente com álcool 70% (setenta por cento) e/ou água sanitária, devendo, igualmente, ser mantido à disposição dos frequentadores e em locais estratégicos, álcool em gel 70% (setenta por cento), para utilização dos clientes e funcionários do local, devendo também serem mantidos nos locais onde funcionam as janelas e portas abertas, bem como os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos), contribuindo para a renovação de ar, em especial ventilação natural dos respectivos locais, sendo proibidos nas atividades previstas neste inciso maiores de 60 anos e pessoas imunossuprimidas, devendo também haver a distância de dois metros entre os frequentadores, não podendo serem admitidos alunos não residentes nesta cidade ou município de Santa Rita do Pardo-MS, e, também, haver pelos alunos e professores ou instrutores e/ou equivalentes o uso em tempo integral de máscaras como o fito de evitar a disseminação ou o contágio do vírus;

[Assinatura]

[Assinatura]



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Fls 42

Rubrica

Art. 3º. O artigo 6º, do **DECRETO Nº 070/2020, DE 02 DE ABRIL DE 2.020**, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º. Os bares, restaurantes, lanchonetes, conveniências, espetinhos, trailers, foodtrucks, carrinhos, ambulantes e afins e congêneres, bem como sorveterias e estabelecimentos congêneres, terão seu horário de funcionamento ao público limitado até às 21:00 horas do Horário Oficial de Brasília / 20:00 horas do Horário Oficial de Mato Grosso do Sul, devendo serem fechados a partir deste horário, não mais podendo continuar abertos, sendo vedado em absoluto após este horário o consumo de quaisquer produtos, bebidas, alimentação e afins em suas dependências ou defronte ou nos arredores de onde estejam estabelecidos, não podendo em hipótese alguma haver aglomeração de pessoas nestes estabelecimentos, podendo serem mantidas exclusivamente as atividades de delivery (entrega dos pedidos até a casa ou trabalho da pessoa), bem como podendo haver a retirada do pedido no estabelecimento, a qualquer horário, desde que observado uma pessoa por vez para cada atendimento de entrega e que seja guardado distância mínima de 2,00m (dois metros) de uma pessoa para outra na hipótese de coincidir a entrega, e, onde haja mesa(s), não poderá estar sentada mais de uma pessoa por mesa, devendo as mesas e os clientes estarem guardando distância mínima de 2,00m (dois metros) entre um e outro, como forma de evitar o contágio do vírus.

Dos Restaurantes, Bares e Lancherias

Art. 4º Os estabelecimentos restaurantes, bares, lancherias deverão adotar as seguintes medidas, cumulativas:

- I - higienizar, após cada uso, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, as superfícies de toque (cadeiras, maçanetas, cardápios, mesas e bancadas), preferencialmente com álcool 70% (setenta por cento);
- II - higienizar, preferencialmente após cada utilização ou, no mínimo, a cada 3 (três) horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, os pisos, paredes e forro, preferencialmente com água sanitária;
- III - higienizar, a cada 3 (três) horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, os pisos, paredes, forro e banheiro, preferencialmente com água sanitária;
- IV - manter à disposição, na entrada no estabelecimento e em lugar estratégico, álcool em gel 70% (setenta por cento), para utilização dos clientes e funcionários do local;
- V - os atendimentos devem ser feitos por colaboradores ou responsáveis pelos estabelecimentos fazendo sempre uso de máscara eficiente, como forma de combate ao contágio ou disseminação do vírus;

[Handwritten signatures and initials]



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls 43

Rubrica

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

- VI - Manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar;
VII - manter disponível kit completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes e funcionários, utilizando sabonete líquido, álcool em gel 70% (setenta por cento) e toalhas de papel não reciclado;
VIII - manter os talheres higienizados e devidamente individualizados de forma a evitar a contaminação cruzada;
IX - Diminuir o número de mesas no estabelecimento de forma a aumentar a separação entre as mesmas, diminuindo o número de pessoas no local e buscando guardar a distância mínima recomendada de 2 m (dois metros) lineares entre os consumidores;
X - Fazer a utilização, se necessário, do uso de senhas ou outro sistema eficaz, a fim de evitar a aglomeração de pessoas dentro do estabelecimento, aguardando mesa.
XI - intensificar os protocolos de higiene estabelecidos para o combate do corona vírus covid19.

Art. 5º. Todos os estabelecimentos comerciais, escritórios, atividades empreendedoras privadas ou associativas, bem como todo e qualquer estabelecimento que esteja a funcionar, no âmbito do Município de Santa Rita do Pardo - MS, nos setores ou nos espaços onde haja atendimento ao público, deverão ter os colaboradores ou atendentes fazendo uso de máscara em tempo integral, como medida de evitar a disseminação ou o contágio do coronavírus.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

Publique-se. Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 14 de abril de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA
Prefeito

Dulce Aparecida Marques
Secretaria de Assistência Social

Gabriela Maria Rodrigues de Lima
Secretaria Municipal de Saúde Pública

KÁTIA CRISTINA DA SILVA
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL

OZIEL DIAS LEAL
Secretaria de Administração e Governo - SEAG

2000

Fis 44

(CADRE) :

BRASIL, 07/2020 DE 14 DE ABRIL DE 2.000.

Alencar, M. A. S. Santos da Silva



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fis. 45
Rubrica

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A

FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETO Nº 081/2020, DE 20 DE ABRIL DE 2.020.

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas complementares, temporárias e ações emergenciais em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando a necessidade de equilíbrio entre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) e o compromisso da Administração Pública Municipal de garantir que cidadãos e empresas ultrapassem esse período com recursos suficientes para sobreviver com qualidade de vida durante a quarentena;

Considerando a retomada de algumas atividades econômicas no Estado de Mato Grosso do Sul, e em nosso Município;

Considerando o posicionamento recente da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, sobre o uso comunitário de máscaras como estratégia para diminuir o contágio em massa pelo COVID-19 e Nota Informativa nº 03/2020 do Ministério da Saúde;

Considerando o posicionamento recente da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, sobre o uso comunitário de máscaras como estratégia para diminuir o contágio em massa pelo COVID-19 e Nota Informativa nº 03/2020 do Ministério da Saúde;



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Fis. 46
Rubrica

Considerando que compete ao poder público implementar medidas com o intuito de assegurar aos cidadãos proteção à saúde;

Considerando o guia técnico intitulado "Advice on the use of masks in the context of COVID-19", da Organização Mundial de Saúde, com orientações sobre a utilização de máscaras no contexto da COVID-19;

Considerando a Nota Informativa nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS do Ministério da Saúde, segundo a qual se recomendou a priorização do uso de máscaras cirúrgicas e N95/PFF2 para os profissionais de saúde, bem como a utilização de máscaras caseiras pelos demais cidadãos como método para impedir "a disseminação de gotículas expelidas do nariz ou da boca do usuário no ambiente, garantindo uma barreira física que vem auxiliando na mudança de comportamento da população e diminuição de casos";

Considerando a Nota Técnica da Sociedade Brasileira de Infectologia, de 02/04/2020, na qual se recomendou para a população a utilização de máscara de pano como uma forma de barreira mecânica;

Considerando a recente confirmação nos municípios vizinhos de Bataguassu e Três Lagoas, de casos de Covid-19; e

Considerando que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;

DECRETA:

Art. 1º.- Fica estabelecido o uso massivo de máscaras no âmbito do Município de Santa Rita do Pardo - MS, para evitar a transmissão comunitária da COVID - 19.

§1º - Será obrigatório o uso de máscaras, a partir de 22 de abril de 2020:

I-para embarque no transporte público coletivo, assim com nos coletivos em trânsito neste Município;

II-para uso de táxi ou qualquer espécie de transporte compartilhado de passageiros;

III-para acesso a todo e qualquer estabelecimento sediado no Município, essencialmente os estabelecimentos comerciais, industriais, e toda e qualquer atividade no âmbito do Município;

IV -para o desempenho das atividades em repartições públicas e privadas.

§2º - Poderão ser usadas máscaras de pano (tecido de algodão, tricoline, TNT ou outros tecidos, desde que desenhadas e higienizadas corretamente), conforme orientações do Ministério da Saúde (www.saude.gov.br).



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls. 42

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A

FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Rubrica

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

Publique-se. Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 20 de abril de 2020.


CACILDO DAGNO PEREIRA
Prefeito


Dulce Aparecida Marques
Secretaria de Assistência, Social, Trabalho e Habitação


Gabriela Maria Rodrigues de Lima
Secretária de Saúde Pública


Kátia Cristina da Silva
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer


OZIEL DIAS LEAL
Secretaria de Administração e Governo - SEAG

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

DECRETO Nº 001/2020, DE 20 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas complementares, temporárias e ações emergenciais em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente da ocorrência responsável pelo surto de 2019/2020, no Município e de outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais.

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, Incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever de executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando a necessidade de equilíbrio entre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) e o comprometimento da Administração Pública Municipal de garantir que cidadãos e empresas ultrapassem este período com recursos suficientes para sobreviver com qualidade de vida durante a quarentena;

Considerando a retomada de algumas atividades econômicas no Estado de Mato Grosso do Sul, em nosso Município;

Considerando o posicionamento recente da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, sobre o uso comunitário de máscaras como estratégia para diminuir o contágio em massa pela COVID-19 e Nota Informativa nº 03/2020 do Ministério da Saúde;

Considerando o posicionamento recente da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, sobre o uso comunitário de máscaras como estratégia para diminuir o contágio em massa pela COVID-19 e Nota Informativa nº 03/2020 do Ministério da Saúde;

Considerando que compete ao poder público implementar medidas com o intuito de assegurar aos cidadãos proteção à saúde;

Considerando o guia técnico intitulado "Advice on the use of masks in the context of COVID-19", da Organização Mundial da Saúde, com orientações sobre a utilização de máscaras no contexto da COVID-19;

Considerando a Nota Informativa nº 3/2020-CGGADP/SP/SAPS/MS do Ministério da Saúde, segundo a qual se recomenda a priorização do uso de máscaras cirúrgicas e N95/PFF2 para os profissionais de saúde, bem como a utilização de máscaras caseiras pelos demais cidadãos com o intuito de impedir "a disseminação de gotículas expelidas do nariz ou da boca do usuário no ambiente, garantindo uma barreira física que venha auxiliando na mudança de comportamento da população e diminuição de casos";

Considerando a Nota Técnica da Sociedade Brasileira de Infectologia, de 02/04/2020, na qual se recomenda para a população a utilização de máscaras de pano como uma forma de barreira mecânica;

Considerando a recente confirmação nos municípios vizinhos de Bataguassá e Três Lagoas, de

casos de Covid-19;

Considerando que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade de adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica estabelecido o uso massivo de máscaras no âmbito do Município de Santa Rita do Pardo - MS, para evitar a transmissão comunitária da COVID - 19.

§1º - Serão obrigatório o uso de máscaras, a partir de 22 de abril de 2020;

§2º - Para embarque no transporte público coletivo, assim como nos coletivos em trânsito neste Município;

§3º - Para uso de taxi ou qualquer espécie de transporte compartilhado de passageiros;

§4º - Para acesso a todo e qualquer estabelecimento sediado no Município, especialmente os estabelecimentos comerciais, industriais, e toda e qualquer atividade no âmbito do Município;

§5º - Poderão ser usadas máscaras de pano (tecido de algodão, tricotado, TNT ou outros tecidos, desde que desenhadas e higienizadas corretamente), conforme orientações do Ministério da Saúde (www.saude.gov.br).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

Publique-se, Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 20 de abril de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito

Dulce Aparecida Marques

Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Gabriela Maria Rodrigues de Lima

Secretaria de Saúde Pública

Kátia Cristina da Silva

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

OZIEL DIAS LEAL

Secretaria de Administração e Governo - SEAG

CEPSS

"COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO"

Nº 02/2020

Edital 032/2020 - Inscrições

O Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Saúde Pública do Município de Santa Rita do Pardo - MS, instituída pelo Decreto nº 069/2020 de 01 de abril de 2020, publicado no diário oficial do município, Jornal da Cidade, edição nº 1.883 de 02 de abril de 2020 tem publico, para conhecimento dos interessados a relação geral dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Saúde Pública, edital SESP 02/2020, conforme anexo I deste Edital.

I - os candidatos que constarem na relação com eventuais erros cadastrais (nome, número de

inscrição, Número do RG) ou ausência na relação de inscritos, terão o prazo de 2 (dois) dias úteis para a retificação dos dados, a contar da data de publicação deste Edital, conforme procedimentos abaixo:

1) para a retificação dos dados, o candidato deverá enviar um e-mail para sauze.ms@gmail.com, solicitando a alteração do dado incorreto juntamente com uma cópia do RG (quando for o nome ou o número do RG) e uma cópia do comprovante de inscrição (quando for o número de inscrição) e o dado incorreto ou ausência do candidato na relação de inscritos.

II - a retificação será validada mediante a publicação de ofício próprio em diário oficial.

III - O candidato será responsável pela revisão e alteração, quando for o caso, dos dados constantes na relação dos candidatos inscritos.

Santa Rita do Pardo, 20 de abril de 2020.

Mediane Sampaio Martins

Presidente CEPSS

Decreto nº 069/2020

Anexo I ao Edital 032/2020

Inscritos no Processo Seletivo Simplificado 02/2020

Nível Superior

Natércia Reis

Inscrição NOME RG

01 Argélia Sauri Martins Uida 46.554.777-8 SSP/SP

Nível Médio

Inscrição NOME RG

01 Gustavo Henrique de Freitas Braga 63.162.757-1 SSP/MS

02 Fernanda da Silva 001.577.892 SSP/MS

03 Elizete Vieira 001.721.537 SSP/MS

04 Sora Gualberto Nogueira 2.230.526 SSP/MS

05 Denner Ribeiro Santos 545.640.164 SSP/SP

06 Sérgio Roberto Faquini Pereira Filho 2.364.142 SSP/MS

07 Tassian Henrique Orlando Passarin 001.123.769 SSP/MS

Agente Comunitário de Saúde - ACS

Inscrição NOME

01 Tassian Henrique Orlando Passarin 001.123.769 SSP/MS

02 Ledyne Lima Delcort 37.8940.569-X SSP/SP

03 Deylinda Martinez Gifredo 2.073.669 SSP/MS

04 Beatriz Mendes da Silva 50.008.373-0 SSP-SP

05 Natália Fernanda de Castro 60.769.416-6 SSP-SP

06 Tatiana Lima da Silva 001.038.852 SSP/MS

07 Edaiele Lima Ocilio de Moraes 2.371.900 SSP/MS

08 Suzarail Mafael Gregório Uchôa 57.157.117-7 SSP-SP

09 Ana Laura Nascimento Novais 1.934.359 SSP/MS

10 Rafael de Lima Souza 001.601.220 SSP/MS

11 Juliano Souza dos Santos 001.622.933 SSP/MS

Fis 48

Rubrica

46.554.777-8 SSP/SP

abclente
INTERNET 100MB LARGA

Até 50 Mb

0800 - 772 3010 (018) 99708 1491

abclente 24h

FUNERÁRIA PAX VIDA

"Sempre cuidando de você e de sua família"

Rua Wilson de Arruda, 807
Centro - Brasilândia/MS
Fone: (67) 3546-1647

Faça uma Poupança Sioredi a partir de R\$ 20,00
Toda família tem um Poupedi dos seus sonhos.

Poupedi Sioredi

GENTE QUE COOPERA CRESCE

Com a participação de todos é que fortalecemos a nossa democracia.

Exerça a sua cidadania e participe das Sessões Ordinárias toda 2ª feira às 8h.

Câmara Municipal de Brasilândia

www.cmbras.ms.gov.br



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls 49

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A Rubrica
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETO Nº 082/2020, DE 23 DE ABRIL DE 2.020.

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas complementares em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando especialmente a **Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020**, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando o quanto disposto no Decreto Municipal nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2.020, que declara **Situação de Emergência em Saúde Pública** no Município de Santa Rita do Pardo/MS, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória - COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus;

Considerando, ainda, as disposições do **DECRETO Nº 10.292, DE 25 DE MARÇO DE 2020**, que altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais, havido pela Presidência da República;

e,

Considerando que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fis. 50

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A Rubrica
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETA:

Art. 1º. O artigo 1º, *caput*, do **DECRETO Nº 066/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2.020**, passa a vigorar com a seguinte redação:

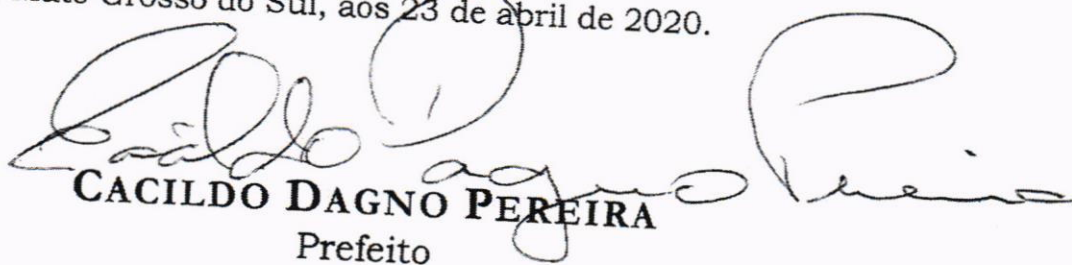
Art. 1º - Fica suspenso, temporariamente, até o dia 03 de maio de 2020, o atendimento presencial ao público na sede da prefeitura municipal e nos órgãos públicos municipais, sendo restabelecidos os trabalhos internos nos órgãos que integram o poder executivo municipal, sendo restabelecida a exigência do ponto eletrônico, devendo todos servidores e as pessoas que adentrarem ao Paço Municipal, obrigatoriamente, fazerem uso de máscara enquanto estiverem nas dependências dos órgãos públicos municipais, excepcionado o Poder Legislativo Municipal quanto ao seu funcionamento, que regulamentará suas atividades e seu funcionamento mediante regulamento e edição de regulamentos próprios, dispondo, portanto, de autonomia funcional e administrativa e competência para se autoregular.

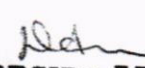
Art. 2º. Ficam mantidas as demais disposições acerca do estado excepcional de emergência em saúde pública, nos termos dos decretos e instrumentos normativos já editados.

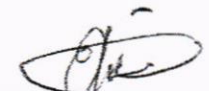
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de 27 de Abril de 2.020, revogadas disposições eventuais em contrário.

Publique-se. Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 23 de abril de 2020.


CACILDO DAGNO PEREIRA
Prefeito


DULCE APARECIDA MARQUES
Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH


ELIAS SIB DA SILVA LIMA
Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico - SEIMADE



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fis. 51

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A Rubrica

FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

EMERSON PERALTA FIGUEIREDO
Secretário de Finanças e Planejamento - SEFIP


GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA
Secretária Municipal de Saúde Pública - SESP


KÁTIA CRISTINA DA SILVA
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL


OZIEL DIAS LEAL
Secretaria de Administração e Governo - SEAG

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

Fis 52

Rubrica

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 038/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 013/2017

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS.

CONTRATADA: Morano Coloca e Engenharia Ambiental Ltda.

OBJETO: Consultoria Técnica - Fica prorrogado por mais 09 (nove) meses, o prazo, a vigência contratual, estabelecida na Cláusula Primeira do Quarto Termo Aditivo do Instrumento Original, sobretudo elevando o vencimento previsto de 07 de Abril de 2020 para 07 de Janeiro de 2021.

VALOR: R\$ 628.171,50 (seiscientos vinte e oito mil cento e setenta e um reais e cinquenta e seis centavos)

DATA: 06 de Abril de 2020.

FORO: Comarca de Itaquaquecetuba - MS.

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacião Dagnó Pereira pela Contratante.

Sr. Jose Rubens Pinto pela Contratada.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 039/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 014/2017

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS.

CONTRATADA: Logos Consultoria Ltda. - ME.

OBJETO: Consultoria Técnica - Fica prorrogado por mais 09 (nove) meses, o prazo, a vigência contratual, estabelecida na Cláusula Primeira do Quinto Termo Aditivo do Instrumento Original, sobretudo elevando o vencimento previsto de 07 de Abril de 2020 para 07 de Janeiro de 2021.

VALOR: R\$ 44.116,56 (quarenta e quatro mil cento e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos)

DATA: 05 de Abril de 2020.

FORO: Comarca de Itaquaquecetuba - MS.

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacião Dagnó Pereira pela Contratante.

Sr. Leonardo de Barros Freitas pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO 073/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 111/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS.

CONTRATADA: Marlene Rosa dos Jesus Presidente Proctor - ME.

OBJETO: Prestação de Serviço de Plotagem com fornecimento de Máquina Plotter em regime de comodato, incluindo manutenção e treinamento, para atender a Administração Pública, conforme preceitos contidos na Lei nº. 021/2019.

VIGÊNCIA: 20 de Abril de 2020 a 20 de Outubro de 2020.

DOAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

01 - Poder Executivo

02 - Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

15.452.0017.2.635 - Manutenção de Equipamentos de Informática e Eletrônicos

33.99.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

VALOR: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)

DATA: 16 de Abril de 2020

FORO: Comarca de Itaquaquecetuba - MS.

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacião Dagnó Pereira pela Contratante.

Sr. Elmar Sibi da Silva pela Contratada.

Sr. Marcos Antonio Mariano de Jesus pela Contratada.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 143/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 144/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS.

CONTRATADA: Sra. Elana Barbosa da Silva e Sr. Edmilson Barbosa da Silva.

OBJETO: Consultoria Técnica - Fica prorrogado por mais 05 (cinco) meses, o prazo, a vigência contratual, estabelecida na Cláusula Primeira do Segundo Termo Aditivo do Instrumento Original, sobretudo elevando o vencimento previsto de 22 de Abril de 2020 para 22 de Julho de 2020.

VALOR: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

DATA: 05 de Abril de 2020

FORO: Comarca de Itaquaquecetuba - MS.

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacião Dagnó Pereira pela Contratante.

Sra. Elana Barbosa da Silva pela Contratada.

Sr. Edmilson Barbosa da Silva pela Contratada.

DECRETO Nº 089/2020, DE 24 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe, no âmbito de administração pública municipal e da comunidade de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas complementares em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município e em outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelos artigos 23, inciso II, § 3º, inciso I, e artigos 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais.

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e preservar a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 173, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, inciso I, II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever de zelar pela saúde pública, sanitária e epidemiológica, sendo necessário a adoção de medidas preventivas quando alcançam riscos e danos ao patrimônio municipal e a saúde da população;

Considerando especialmente a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 11 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pelo Organização Mundial da Saúde, em 11 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 10 de janeiro de 2020;

Considerando o quanto disposto no Decreto Municipal nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2020, que declara Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Santa Rita do Pardo/MS, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória - COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus;

Considerando, ainda, as disposições do DECRETO Nº 10.212, DE 23 DE MARÇO DE 2020, que altera o Decreto nº 10.212, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 26 de fevereiro de 2020, para disciplinar os serviços públicos e as atividades essenciais, havido pela Presidência da República;

Considerando que as ações e os procedimentos devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade de atuação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas, visando a contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;

DECRETA:

Art. 1º - A partir da data da publicação deste Decreto, fica estabelecido por tempo indeterminado, a suspensão de expedientes ou autorização a suspensão das atividades ou atividades essenciais, bem como temporariamente proibida a atividade e o acesso ao ambiente para as reuniões realizadas em locais públicos no Município de Santa Rita do Pardo - MS, com o objetivo de conter e evitar a contaminação e propagação das doenças virais.

Art. 2º - Ficam anuladas as demais disposições acerca do estado excepcional de emergência em saúde pública, nos termos dos decretos e instrumentos normativos já citados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Circule-se. Cuiabá, 24 de abril de 2020.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, em 24 de abril de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA
Prefeito

DULCE APARELIDA MARQUES
Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH

ELIAS SIB DA SILVA LIMA
Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico - SEIMADE

EMERSON PERALTA FIGUEIREDO
Secretaria de Finanças e Planejamento - SEFIP

III - os resultados dos recursos, interpostos pelos candidatos, serão publicados no DIÁRIO

OFICIAL DO MUNICÍPIO,
Santa Rita do Pardo - MS, 23 de abril de 2020.

Morano Coloca e Engenharia Ambiental Ltda.
Presidente CEPSS

Processo Administrativo nº 099/2020
Anexo 1, Edital nº 01/2020.

RESULTADO
Processo Seletivo Simplificado Edital SESP 02/2020

Nível Superior
Matrícula

Inscrição NOME RG Pontuação

01 Angelica Salati Martins Lima 40.554.773-8 SSP/SP 44

Nível Médio
Inscrição NOME RG Pontuação

01 Sara Guedes Nogueira 2.130.526 SSP/MS 12

02 Sérgio Roberto Fagundes Pereira Filho 2.364.142 SSP/MS 4

03 Tarciso Henrique Oliveira Passari 901.123.789 SSP/MS 0*

04 Fernando da Silva 901.123.789 SSP/MS 0*

05 Elayne Vieira 901.123.789 SSP/MS 0*

06 Denner Ribeiro Santos 543.846.164 SSP/SP 0*

07 Gustavo Henrique de Freitas Braga 83.611.737-1 SSP/MS 0*

Agente Comunitário de Saúde - ACS
Inscrição NOME Pontuação

01 Rafael de Lima Souza 001.691.220 SSP/MS 28

02 Suelmi Mikael Gregório Uchida 57.157.117-7 SSP/SP 21

03 Nádia Fernandes de Castro 60.769.416-6 SSP/SP 10

04 Tatiane Lira da Silva 901.038.852 SSP/MS 0*

05 Taisa Henrique Olandi Passari 901.123.789 SSP/MS 0*

06 Juliana Soares dos Santos 901.123.789 SSP/MS 0*

07 Deidiane Martinez Gontijo 2.071.659 SSP/MS 0*

08 Beatriz Mendes da Silva 56.908.178-6 SSP/SP 0*

09 Edineia Lima Coelho de Moraes 2.171.900 SSP/MS 0*

10 Ana Laura Nascimento Novais 1.934.359 SSP/MS 0*

11 Lúcia Lúcia Dedecker 37.864.516-9 SSP/SP 0*

* 6. Critério de Desempate
6.1 Verificação de ocorrência de empate em relação às notas recebidas por dois ou mais candidatos, para preferência na ordem classificatória, sucessivamente, o candidato que apresentar maior nota em prova.

DECRETO Nº 082/2020, DE 23 DE ABRIL DE 2020.
Dispõe, no âmbito de administração pública municipal e da comunidade de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas complementares em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município e em outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelos artigos 23, inciso II, § 3º, inciso I, e artigos 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais.

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e preservar a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 173, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, inciso I, II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever de zelar pela saúde pública, sanitária e epidemiológica, sendo necessário a adoção de medidas preventivas quando alcançam riscos e danos ao patrimônio municipal e a saúde da população;

Considerando especialmente a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 11 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pelo Organização Mundial da Saúde, em 11 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 10 de janeiro de 2020;

Considerando o quanto disposto no Decreto Municipal nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2020, que declara Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Santa Rita do Pardo/MS, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória - COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus;

Considerando, ainda, as disposições do DECRETO Nº 10.212, DE 23 DE MARÇO DE 2020, que altera o Decreto nº 10.212, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 26 de fevereiro de 2020, para disciplinar os serviços públicos e as atividades essenciais, havido pela Presidência da República;

Considerando que as ações e os procedimentos devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade de atuação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas, visando a contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;

DECRETA:

Publicação, Registro, Circulação, Circulação.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, em 24 de abril de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA - Prefeito

DULCE APARELIDA MARQUES
Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH

ELIAS SIB DA SILVA LIMA
Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico - SEIMADE

EMERSON PERALTA FIGUEIREDO
Secretaria de Finanças e Planejamento - SEFIP

GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA
Secretaria Municipal de Saúde Pública - SISP

KATIA CRISTINA DA SILVA
Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL

OZIEL DIAS LEAL
Secretaria de Administração e Governo - SEAG

TERMO DE ADOÇÃO DE CLÁUSULA DE PRELÂMBULO
CONTRATO UNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

INTRODUÇÃO
BANCO DO BRASIL S.A.
Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ nº 00.393.000/0001-68

Endereço: Av. Adolpho Moreira, 307 - Centro
Cidade: Itaquaquecetuba - SP - CEP: 07500-000

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO - MS
CNPJ nº 00.393.000/0001-68

CONTRATADA: BANCO DO BRASIL S.A.
CNPJ nº 00.393.000/0001-68

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos de informática e eletrônicos, sob a forma de comodato, incluindo manutenção e treinamento, para atender a Administração Pública, conforme preceitos contidos na Lei nº. 021/2019.

VALOR: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)

DATA: 16 de Abril de 2020

FORO: Comarca de Itaquaquecetuba - MS.

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacião Dagnó Pereira pela Contratante.

Sr. Elmar Sibi da Silva pela Contratada.

Sr. Marcos Antonio Mariano de Jesus pela Contratada.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 143/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 144/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS.

CONTRATADA: Sra. Elana Barbosa da Silva e Sr. Edmilson Barbosa da Silva.

OBJETO: Consultoria Técnica - Fica prorrogado por mais 05 (cinco) meses, o prazo, a vigência contratual, estabelecida na Cláusula Primeira do Segundo Termo Aditivo do Instrumento Original, sobretudo elevando o vencimento previsto de 22 de Abril de 2020 para 22 de Julho de 2020.

VALOR: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

DATA: 05 de Abril de 2020

FORO: Comarca de Itaquaquecetuba - MS.

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacião Dagnó Pereira pela Contratante.

Sra. Elana Barbosa da Silva pela Contratada.

Sr. Edmilson Barbosa da Silva pela Contratada.

DECRETO Nº 089/2020, DE 24 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe, no âmbito de administração pública municipal e da comunidade de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas complementares em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município e em outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelos artigos 23, inciso II, § 3º, inciso I, e artigos 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais.

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e preservar a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 173, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, inciso I, II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever de zelar pela saúde pública, sanitária e epidemiológica, sendo necessário a adoção de medidas preventivas quando alcançam riscos e danos ao patrimônio municipal e a saúde da população;

Considerando especialmente a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 11 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pelo Organização Mundial da Saúde, em 11 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 10 de janeiro de 2020;



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls. 53

Rubrica

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETO Nº 084/2020, DE 24 DE ABRIL DE 2.020.

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas complementares em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando especialmente a **Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020**, em decorrência da Infecção Humana pelo novo *coronavírus (COVID-19)*;

Considerando o quanto disposto no Decreto Municipal nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2.020, que declara **Situação de Emergência em Saúde Pública** no Município de Santa Rita do Pardo/MS, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória - COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus;

DECRETA:

Art. 1º. A partir da data da publicação deste Decreto, fica estabelecido por tempo indeterminado, a suspensão de expedição de alvarás ou autorização, a suspensão dos alvarás ou autorizações já concedidas, bem como terminantemente proibida a atividade eventual ou ambulante para não residentes/domiciliados no Município de Santa Rita do Pardo - MS, com o objetivo de conter e evitar a contaminação e propagação do coronavírus.

Art. 2º. Ficam mantidas as demais disposições acerca do estado excepcional de emergência em saúde pública, nos termos dos decretos e instrumentos normativos já editados.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.



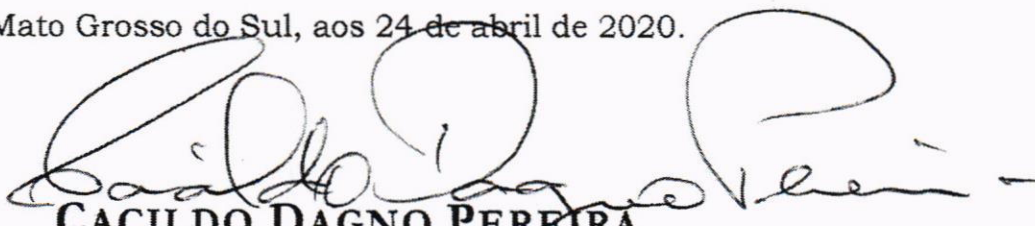
MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls. 54

Rubrica

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 24 de abril de 2020.


CACILDO DAGNO PEREIRA
Prefeito


DULCE APARECIDA MARQUES
Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH


ELIAS SIB DA SILVA LIMA
Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico - SEIMADE


EMERSON PERALTA FIGUEIREDO
Secretário de Finanças e Planejamento - SEFIP


GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA
Secretária Municipal de Saúde Pública - SESP


KÁTIA CRISTINA DA SILVA
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL


OZIEL DIAS LEAL
Secretaria de Administração e Governo - SEAG



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls. 56

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A

Rubrica

FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETO Nº 085/2020, DE 29 DE ABRIL DE 2.020.

Dispõe sobre a antecipação do recesso escolar do ano letivo de 2020, nas escolas da rede municipal de ensino, decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município de SANTA RITA DO PARDO, e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando competir ao Município combater às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

Considerando a necessidade de mitigação de disseminação da doença em face dos elevados riscos de saúde pública;

Considerando a necessidade de ampliação das medidas de prevenção do contágio da doença COVID-19, e as recomendações do Centro Operacional de Emergências; e

Considerando o disposto no art. 18 e 32, da Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996,



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls. 57

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A

Rubrica

FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETA:

Artigo 1º. Alteram-se os calendários das escolas municipais do Município de Santa Rita do Pardo-MS, aprovados pelos Decretos nº 022/2020, de 27/01/2020, nº 023/2020, de 27/01/2020, nº 025/2020, de 27/01/2020, e nº 026/2020, de 27/01/2020.

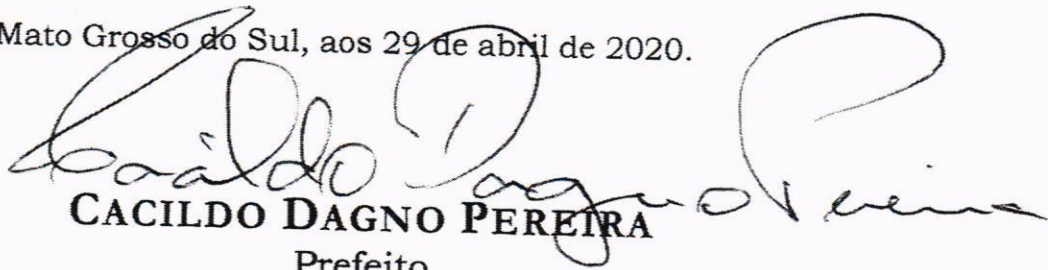
Artigo. 2º. O recesso de 15 dias, previsto no art. 82, da LC nº 012/2007, para os profissionais da Educação Básica nas funções de docência, excepcionalmente, neste exercício letivo, terá início em 04 de maio, e estender-se-á até 18 de maio de 2020.

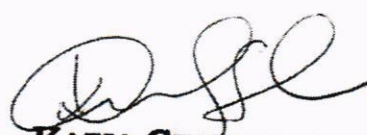
Artigo 3º. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, adotará medidas complementares para a adequação do Calendário Escolar para o ano letivo de 2020.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência por 90 (noventa) dias, podendo ser renovado, por igual período, caso persista a epidemia.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 29 de abril de 2020.


CACILDO DAGNO PEREIRA
Prefeito


KATIA CRISTINA DA SILVA
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SECEL



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls 59

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Rubrica

DECRETO Nº 087/2020, DE 30 DE ABRIL DE 2.020.

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas complementares em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando especialmente a **Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020**, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando o quanto disposto no Decreto Municipal nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2.020, que declara **Situação de Emergência em Saúde Pública** no Município de Santa Rita do Pardo/MS, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória - COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus;

Considerando, ainda, as disposições do **DECRETO Nº 10.292, DE 25 DE MARÇO DE 2020**, que altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais, havido pela Presidência da República;

e,

Considerando que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Fls. 60

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Rubrica

DECRETA:

Art. 1º. O artigo 1º, *caput*, do **DECRETO Nº 066/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2.020**, passa a vigorar com a seguinte redação:

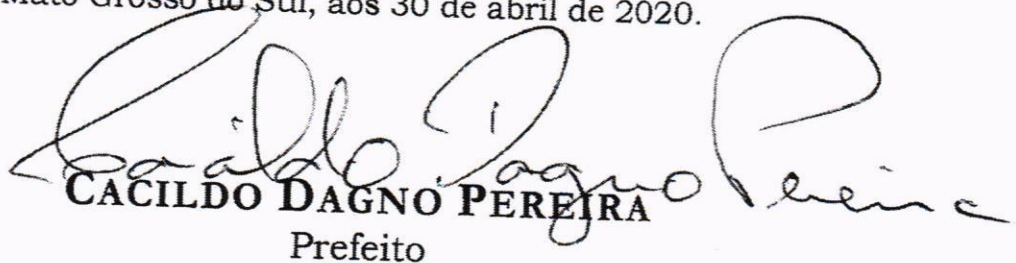
Art. 1º - Fica suspenso, temporariamente, até o dia 15 de maio de 2020, o atendimento presencial ao público na sede da prefeitura municipal e nos órgãos públicos municipais, sendo restabelecidos os trabalhos internos nos órgãos que integram o poder executivo municipal, sendo restabelecida a exigência do ponto eletrônico, devendo todos servidores e as pessoas que adentrarem ao Paço Municipal, obrigatoriamente, fazerem uso de máscara enquanto estiverem nas dependências dos órgãos públicos municipais, excepcionado o Poder Legislativo Municipal quanto ao seu funcionamento, que regulamentará suas atividades e seu funcionamento mediante regulamento e edição de regulamentos próprios, dispondo, portanto, de autonomia funcional e administrativa e competência para se autoregular.

Art. 2º. Ficam mantidas as demais disposições acerca do estado excepcional de emergência em saúde pública, nos termos dos decretos e instrumentos normativos já editados.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

Publique-se. Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 30 de abril de 2020.


CACILDO DAGNO PEREIRA
Prefeito


DULCE APARECIDA MARQUES
Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH


ELIAS SIB DA SILVA LIMA
Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico - SEIMADE



247

1. The first part of the document is a letter from the President of the United States to the Congress, dated January 1, 1801. It is a very important document, as it is the first time that the President has addressed the Congress since the establishment of the office.

2. The second part of the document is a report from the Secretary of the Treasury, dated January 1, 1801. It contains information about the state of the nation's finances, and is a very important document for understanding the economic situation of the country at that time.

3. The third part of the document is a report from the Secretary of the Navy, dated January 1, 1801. It contains information about the state of the navy, and is a very important document for understanding the military situation of the country at that time.

4. The fourth part of the document is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1801. It contains information about the state of the army, and is a very important document for understanding the military situation of the country at that time.

5. The fifth part of the document is a report from the Secretary of the Interior, dated January 1, 1801. It contains information about the state of the interior, and is a very important document for understanding the political situation of the country at that time.

6. The sixth part of the document is a report from the Secretary of the State, dated January 1, 1801. It contains information about the state of the world, and is a very important document for understanding the international situation of the country at that time.

7. The seventh part of the document is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1801. It contains information about the state of the army, and is a very important document for understanding the military situation of the country at that time.

8. The eighth part of the document is a report from the Secretary of the Navy, dated January 1, 1801. It contains information about the state of the navy, and is a very important document for understanding the military situation of the country at that time.

9. The ninth part of the document is a report from the Secretary of the Treasury, dated January 1, 1801. It contains information about the state of the nation's finances, and is a very important document for understanding the economic situation of the country at that time.

10. The tenth part of the document is a report from the Secretary of the Interior, dated January 1, 1801. It contains information about the state of the interior, and is a very important document for understanding the political situation of the country at that time.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fis 61

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A

FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000

- SANTA RITA DO PARDO - MS

Rubrica

EMERSON PERALTA FIGUEIREDO

Secretário de Finanças e Planejamento - SEFIP

GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA

Secretária Municipal de Saúde Pública - SESP

KÁTIA CRISTINA DA SILVA

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL

OZIEL DIAS LEAL

Secretaria de Administração e Governo - SEAG

Município de Santa Rita do Pardo - MS

DECRETO Nº. 008/2020, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

"Dispõe sobre a homologação do resultado final do processo seletivo."

CACILDO DAGO PEREIRA, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, considerando a publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado NºSP 002/2020.

DECRETO:

ARTIGO 1º - Homologar em todos os seus termos o resultado do Processo Seletivo Simplificado NºSP 002/2020 publicado através do edital de resultado final 005/2020, de 29 de abril de 2020.

ARTIGO 2º - O prazo de vigência do referido processo será de 05 (cinco) anos a contar da data da homologação, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, a critério exclusivo do Prefeito Municipal.

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de abril de 2020.

CACILDO DAGO PEREIRA

Preito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração e Governo na data acima e afixado no local de costume. Publicado na imprensa oficial do Município.

OZIEL DIAS LEAL

Secretário de Administração e Governo

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1243/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 029/2019 proc 187/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADA: DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição de material de consumo Hospitalar e correlatos para uso na Unidade mista de saúde do Município de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.302.0014-2.054 Bloco médio e Alta Complexidade - Mac

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR: R\$ 4.181,90 (Quatro mil cento e oitenta e um reais e noventa centavos)

DATA: 24 de abril de 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dago Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1241/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 029/2019 proc 187/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADA: DU BOM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICO HOSP

OBJETO: Aquisição de material de consumo Hospitalar e correlatos para uso na Unidade mista de saúde do Município de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.302.0014-2.054 Bloco médio e Alta Complexidade - Mac

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR: R\$ 2.465,50 (Dois mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos)

DATA: 24 de abril de 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dago Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1242/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 029/2019 proc 187/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADA: DU BOM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICO HOSP

OBJETO: Aquisição de material de consumo Hospitalar e correlatos para uso na Unidade mista de saúde do Município de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.302.0014-2.054 Bloco médio e Alta Complexidade - Mac

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR: R\$ 3.046,00 (Três mil e quarenta e seis reais)

DATA: 24 de abril de 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dago Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1238/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 029/2019 proc 187/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADA: MED VITA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Aquisição de material de consumo Hospitalar e correlatos para uso na Unidade mista de saúde do Município de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.302.0014-2.054 Bloco médio e Alta Complexidade - Mac

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR: R\$ 1.082,50 (Um mil e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)

DATA: 24 de abril de 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dago Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1240/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 029/2019 proc 187/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADA: C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

OBJETO: Aquisição de material de consumo Hospitalar e correlatos para uso na Unidade mista de saúde do Município de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.302.0014-2.054 Bloco médio e Alta Complexidade - Mac

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR: R\$ 4.210,30 (Quatro mil duzentos e sessenta e seis reais e dez centavos)

DATA: 24 de abril de 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dago Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1239/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 029/2019 proc 187/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADA: CIRURGICA PARANAVAI EIRELI

OBJETO: Aquisição de material de consumo Hospitalar e correlatos para uso na Unidade mista de saúde do Município de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.302.0014-2.054 Bloco médio e Alta Complexidade - Mac

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR: R\$ 2.691,00 (Dois mil seiscentos e noventa e um reais)

DATA: 24 de abril de 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dago Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 91/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 011/2019 proc 77/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA A.C. DE ELETRDOMESTICOS LTDA

OBJETO: Aquisição de material apagadores para quadro branco para atender as escolas de rede de ensino do Município de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

04.11 - Gerência de Educação Cultura Esporte e Lazer- FUNDEB

12.361.0062-2.023 Despesas com a Manutenção do Ensino Fundamental - 40%

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR: R\$ 320,10 (Trezentos e vinte reais)

DATA: 29 de abril de 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dago Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 92/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 011/2019 proc 77/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADA: ADALBERTO DISPENCIERI DRACENA ME

OBJETO: Aquisição de material apagadores para quadro branco para atender as escolas de rede de ensino do Município de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

04.10 - Gerência de Educação Cultura Esporte e Lazer- FUNDEB

12.361.0062-2.023 Despesas com a Manutenção do Ensino Fundamental - 40%

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR: R\$ 656,50 (Seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos)

DATA: 29 de abril de 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dago Pereira pela Contratante.

EXTRATO DO CONTRATO 074/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 063/2020

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADA: J.F. Pires Ramal - ME

OBJETO: Implantação e Manutenção do programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO), do programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA) e do laudo técnico das condições ambientais no trabalho (LTCAT), e aplicação de tratamento de pessoal para saúde secretária.

VIGÊNCIA: 22 de Abril de 2020 a 22 de Fevereiro de 2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02 - Poder Executivo

02.04 - Secretaria de Administração e Governo

14.122.0002-2.004 - Manut. Ativ. Secretaria de Controle e Gestão

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

VALOR: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais)

DATA: 22 de Abril de 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dago Pereira pela Contratante.

Sr. Oziel Dias Leal pela Contratante.

Sr. Ivan Francisco Pires Ramal pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO 075/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 066/2020

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADA: T.R. Santana Ltda - ME

OBJETO: Prestação de Serviços de Manutenção de Máquinas de Alta Pressão e Termal nas Praças para atender a Manutenção de Máquinas Pesadas da Estrada Vicinal e Desenvolvimento Econômico.

VIGÊNCIA: 23 de Abril de 2020 a 23 de Dezembro de 2020.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02 - Poder Executivo

02.12 - Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

15.452.0017-2.035 - Manut. Ativ. Gerência Desenv. Urb. Estr. Vicinais

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

VALOR: R\$ 16.043,00 (dezesseis mil e quarenta e três reais)

DATA: 22 de Abril de 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dago Pereira pela Contratante.

Sr. Elias Silveira da Silva pela Contratante.

Sr. Tatiane Raposo Santana pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO 076/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 065/2020

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADA: Juliana Ribeiro de Mattos 194245104

OBJETO: Fomento e Plantio de Grama em Praças.

VIGÊNCIA: 23 de Abril de 2020 a 23 de Dezembro de 2020.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02 - Poder Executivo

02.12 - Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

15.452.0017-2.035 - Manut. Ativ. Gerência Desenv. Urb. Estr. Vicinais

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

VALOR: R\$ 17.325,00 (dezessete mil trezentos e vinte e cinco reais)

DATA: 23 de Abril de 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dago Pereira pela Contratante.

Sr. Elias Silveira da Silva pela Contratante.

Sr. Juliana Ribeiro de Mattos pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 077/2020

CREDECIMENTO Nº. 001/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 002/2020

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADA: Andrade & Andrade Clínica Médica S S Ltda.

OBJETO: Coordenar Empresas especializadas na Prestação de Serviço Médico Clínico-odontológico, Prestação de Serviço Médico Psiquiátrico, Prestação de Serviço Médico Anestesiologista e Serviço Médico Radiologista (Ultrassonografia Obstétrica e Ultrassonografia Geral), para atendimento as gestantes cadastradas pela rede municipal de saúde de Santa Rita do Pardo.

VALOR: R\$ 528.533,04 (quinhentos e vinte e oito mil e quinhentos e trinta e três reais e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 28 de Abril de 2020 a 28 de Abril de 2021

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2 - Fundo Municipal de Saúde

03 - Fundo Municipal de Saúde

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.122.0014-2.052 Bloco Gestão SUS

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

DATA: 28 de Abril de 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dago Pereira pela Contratante.

Srta. Gabriela Maria Rodrigues de Lima pela Contratante

Sr. José Sebastião de Andrade Junior pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 078/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 071/2020

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADA: Cayres & Cayres Assistência Médica S S

Objeto: Contratação de profissionais especializados sem qualquer exclusividade para prestação de serviços Hospitalares na Prestação de Serviços de Plantões 24 (vinte e quatro horas) e de 12 (doze horas), sendo "presencial", a serem prestados na Unidade Mista de Saúde Nossa Senhora do Perpétuo Socorro Hospital Municipal, e o acompanhamento médico, caso necessário, do paciente, em transportes de urgência para outros municípios, em escolas e turnos de horários a serem definidos pela Secretaria de Saúde Pública.

VALOR: R\$ 147.000, (cento e quarenta e sete mil reais)

VIGÊNCIA: 01 de Maio de 2020 a 05 de Novembro de 2020

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03 - Fundo Municipal de Saúde

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.302.0014-2.054 - Bloco Médio e Alta Complexidade - MAC

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

DATA: 28 de Abril de 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dago Pereira pela Contratante

Srta. Gabriela Maria Rodrigues de Lima pela Contratante

Sr. Fabiano Mendes Cayres pela Contratada

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 079/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 073/2020

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADA: Walcheck Clínica Médica Ltda.

Objeto: Contratação de profissionais especializados sem qualquer exclusividade para prestação de serviços Hospitalares na Prestação de Serviços de Plantões 24 (vinte e quatro horas) e de 12 (doze horas), sendo "presencial", a serem prestados na Unidade Mista de Saúde Nossa Senhora do Perpétuo Socorro Hospital Municipal, e o acompanhamento médico, caso necessário, do paciente, em transportes de urgência para outros municípios, em escolas e turnos de horários a serem definidos pela Secretaria de Saúde Pública.

VALOR: R\$ 147.000, (cento e quarenta e sete mil reais)

VIGÊNCIA: 01 de Maio de 2020 a 05 de Novembro de 2020

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03 - Fundo Municipal de Saúde

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.302.0014-2.054 - Bloco Médio e Alta Complexidade - MAC

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

DATA: 28 de Abril de 2020



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Fls. 63

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Rubrica

DECRETO Nº 090/2020, DE 04 DE MAIO DE 2.020.

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas complementares em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando especialmente a **Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020**, em decorrência da Infecção Humana pelo novo *coronavírus* (COVID-19);

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando o quanto disposto no Decreto Municipal nº **061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2.020**, que declara **Situação de Emergência em Saúde Pública** no Município de Santa Rita do Pardo/MS, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória - COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus;

Considerando, ainda, as disposições do **DECRETO Nº 10.292, DE 25 DE MARÇO DE 2020**, que altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais, havido pela Presidência da República;

e,

Considerando que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo *coronavírus* e objetivando a proteção da coletividade;



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fis 64

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A

FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Rúbrica

DECRETA:

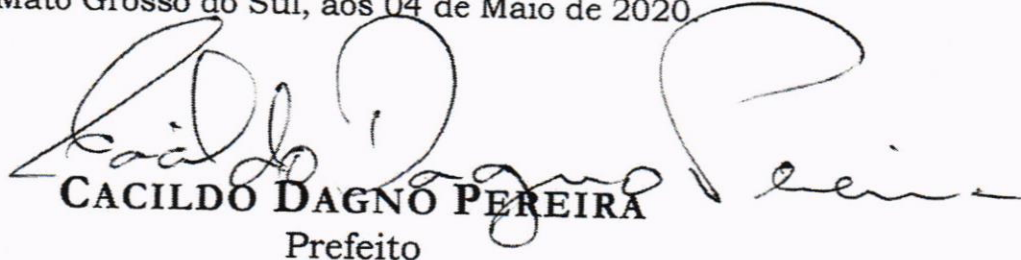
Art. 1º. Ficam estendidas até o dia 15 de maio de 2020, as disposições do **DECRETO Nº 070/2020, DE 02 DE ABRIL DE 2.020**, assim como dos demais decretos que dispõem sobre a situação excepcional em saúde pública instituídos neste Município, no que se refere às datas de restrição à circulação de pessoas e atividades no âmbito desta Municipalidade.

Art. 2º. Ficam mantidas as demais disposições acerca do estado excepcional de emergência em saúde pública, nos termos dos decretos e instrumentos normativos já editados.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

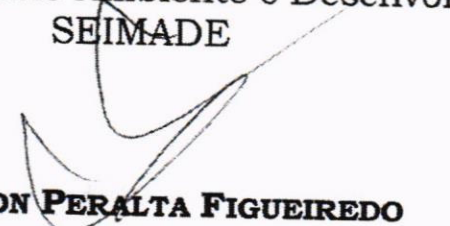
Publique-se. Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 04 de Maio de 2020


CACILDO DAGNÓ PEREIRA
Prefeito


DULCE APARECIDA MARQUES
Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH


ELIAS SIB DA SILVA LIMA
Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico - SEIMADE


EMERSON PERALTA FIGUEIREDO
Secretário de Finanças e Planejamento - SEFIP





MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls 65

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A

FONE (067) 3591-1123

Rubrica

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA
Secretária Municipal de Saúde Pública - SESP

KÁTIA CRISTINA DA SILVA
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL

OZIEL DIAS LEAL
Secretaria de Administração e Governo - SEAG

Detm



Memorando N°. 300/2020

De: Gabriela Maria Rodrigues de Lima – Secretaria Municipal de Saúde Pública.

Para: Mary Campos Silva- Almoxarifado

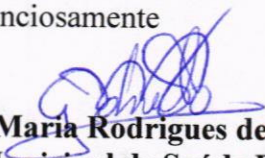
Assunto: Solicitação

Data: 03/04/2020

Venho através deste, encaminhar a Vossa Senhoria o memorando de solicitação de compras de EPIs nº 127/2020 da UMS , conforme anexo.

Sem mais para o momento, agradecemos à atenção a nós dispensada e colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos que julgar necessário.

Atenciosamente


Gabriela Maria Rodrigues de Lima
Secretária Municipal de Saúde Pública.



Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo - MS
Gerência de Saúde Pública, Saneamento e Higiene
Hospital Municipal – Unidade Mista de Saúde
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”
Telefone (67) – 3591-1378 / FAX – (67) – 3591-2200
E-mail: hospitalmunicipalsrp@hotmail.com

Fls. 68
Rubrica



Memorando nº 127 /2020 /UMS.
A Srª Gabriela Maria Rodrigues de Lima
Assunto: Solicitação EPIS

Santa Rita do Pardo, 30 de Março de 2020.

Venho através desta solicitar a VS senhoria os materiais descritos abaixo, para atender esta unidade.

- 400- Aventais descartável manga longa 20 gramas
- 40- Óculos de protetor incolor
- 40- Protetores Facial
- 02- Avental Cirúrgico Estéril TAM GG
- 02- Avental Cirúrgico Estéril TAM G
- 02-Avental Cirúrgico Estéril TAM M
- 02-Avental Cirúrgico Estéril TAM P
- 80- Macacão Protetor TAM P
- 250- Macacão Protetor TAM M
- 250- Macacão Protetor TAM G
- 80- Macacão Protetor TAM GG


Aline Cristina de Souza Silva

Diretora Administrativa

HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO
R.: PRUDENTE DE MORAES, Nº 1148-CENTRO-SANTA RITA DO PARDO-MS
TELEFONE: 3591-1378 E-MAIL: hospitalmunicipalsrp@hotmail.com

Recebido em
30/03/2020
21h50min
Gabriela
Recebido em
30-03-2020
HLL

ESTUDO PRELIMINAR

Fis 69
Rubrica

SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

GESTOR DO CONTRATO: GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA

FISCAIS DO CONTRATO: Titular: Débora Ramos Dias

Suplente: Cristiane Maria Badaró

1- OBJETO: AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO

A contratação de empresa para o fornecimento de materiais de consumo , hospitalar para atender a Unidade Mista de Saúde (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro), bem como as unidades básicas de saúde, Em atenção ao decreto de nº. 061/2020 (situação emergencial em Saúde Pública).

2- DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria de saúde Pública, no sentido de assegurar os direitos dos usuários dos serviços de Saúde no Hospital. Em atenção ao decreto de nº. 061/2020 (situação emergencial em Saúde Pública) vê a necessidade de aquisição de material, para prestar melhor assistência aos usuários dos serviços da saúde no âmbito – SUS, atendendo assim a demanda informada.

Conforme preconiza o art.196 da constituição, que diz: A Saúde é direito de todos e dever do estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem á redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário a ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

3- DOS QUANTITATIVOS

O quantitativo estabelecido é adequado á necessidade do requisitante obtido de acordo com o planejamento interno do órgão uma vez que, o material não foi licitado anteriormente, mas devido a demanda e o surgimento e pandemia do **COVID 19** surge-se a necessidade do material de consumo, conforme informado pela secretária de saúde através do memorando.

4- DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES

Não houve contratações anteriores referente ao presente objeto.

5- DAS ESTIMATIVAS

Com base nas estimativas de preço junto a fornecedores, verificamos um valor referencial em torno de \$35,85 a UNIDADE DO AVENTAL DESCARTAVEL MANGA LONGA, \$26,00 A UNIDADE DE ÓCULOS DE PROTEÇÃO, \$16,91 A UNIDADE DE PROTETOR FACIAL E \$79,55 A UNIDADE DE DO MACACÃO PROTETOR, \$19,80 para a mascara n95 e \$ 3,73 para a mascara cirúrgica descartável com filtro com totalizando um valor referencial de \$100.851,05 . todos os IPIS, conforme em anexo o espelho (da empresa MULTILASER, recebida via email) com data do dia 01/ 04/2020.

6- DOS GERENCIAMENTOS DE RISCOS

O atraso na entrega do material acarreta desabastecimento no deposito e falta de material nas unidades precarizando o atendimento aos usuários no âmbito – SUS, além da entrega de material com Prazo de validade próximo ao vencimento são fatores que negligencia o atendimento de qualidade.

OBS: Das ações de contingências (constar dos Termos de Referencia) as obrigações do fornecedor.

7- DA DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DO CONTATO.

8

A Lei 8.666/93, no seu artigo 67, caput, exige que a execução do contrato administrativo seja fiscalizada e acompanhada por um representante da administração formalmente designado.

Na oportunidade foram pelo gestor responsáveis designados os servidores abaixo relacionados:

Titular: Débora Ramos Dias

Suplente: Cristiane Maria Badaró

para exercer a função de Fiscal de contrato.

8- DO RELATÓRIO DE VIABILIDADE

Considerando os estudos preliminares efetivados pela equipe de planejamento subscrita acerca do objeto em apreço, constatou-se quanto da **viabilidade técnica e econômica** para a aquisição de material de consumo no exercício de 2020, pela forma orientada no presente relatório.

Santa Rita do Pardo, 02 de Abril de 2020



Gabriela Maria Rodrigues de Lima

Secretária de Saúde Pública

A la fecha de la presente se ha acordado que el presente documento se
elabora en la forma que se indica a continuación para un mejor entendimiento de
los términos y condiciones de la presente.

Los términos y condiciones de la presente se establecen en los siguientes
términos:

1. El presente documento se elabora en la forma que se indica a continuación.

2. El presente documento se elabora en la forma que se indica a continuación.

3. El presente documento se elabora en la forma que se indica a continuación.

ARTÍCULO 1.º

El presente documento se elabora en la forma que se indica a continuación para un
mejor entendimiento de los términos y condiciones de la presente. El presente
documento se elabora en la forma que se indica a continuación para un mejor
entendimiento de los términos y condiciones de la presente. El presente
documento se elabora en la forma que se indica a continuación para un mejor
entendimiento de los términos y condiciones de la presente.

En la fecha de la presente se ha acordado que el presente documento se
elabora en la forma que se indica a continuación para un mejor entendimiento de
los términos y condiciones de la presente.

En la fecha de la presente se ha acordado que el presente documento se
elabora en la forma que se indica a continuación para un mejor entendimiento de
los términos y condiciones de la presente.

En la fecha de la presente se ha acordado que el presente documento se
elabora en la forma que se indica a continuación para un mejor entendimiento de
los términos y condiciones de la presente.



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1 – Aquisições de material de consumo hospitalar, para atender as demandas das unidades Básicas de saúde, bem como da Unidade Mista de Saúde (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro). Em atenção ao Decreto de nº. 0612020 (situação de emergência em Saúde Pública)

2 - DA JUSTIFICATIVA

2.1 – A aquisição se faz necessária para suprir as necessidades das unidades Básicas de saúde e do hospital (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro), uma vez que não temos o material licitado, porém com o surgimento da epidemia do **covid 19** se torna de extrema necessidade a aquisição do material mencionado.

3 - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS – BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

3.1 - As especificações e quantitativos dos produtos a serem adquiridos são:

Item	Especificação	Unidade	QTIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	AVENTAL DESC.MANGA LONGA 20GR C/10	UN	400	\$ 79,55
2	ÓCULOS PROTEÇÃO INCOLOR	UN	40	\$ 26,00
3	MACACÃO PROTETOR TAM P	UN	50	79,55

Santa Rita do Pardo – MS
Estado de Mato Grosso do Sul
Rua Joaquim Cecílio de Lima, 1507
Fone/Fax (067) 3591-1621; CEP 79690-000
saude.srp.ms@gmail.com



Q



4	MACACÃO PROTETOR TAM M	UN	211	79,55
5	MACACÃO PROTETOR TAM G	UN	130	79,55
6	MACACÃO PROTETOR TAM GG	UN	10	79,55
7	MASCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA N95	UN	300	19,80

4- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PROTEÇÃO BÁSICA

O desembolso se fará mediante as rubricas da dotação orçamentária 03.13 - Secretaria Municipal de Saúde Pública SESP – 10.301.0014 Administração Geral – Projeto Atividade 2047 – Bloco Gestão BASICA

3 - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS – BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MAC

Item	Especificação	Unidade	QTIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	ÓCULOS PROTEÇÃO INCOLOR	UN	10	\$ 26,00
2	PROTETOR FACIAL	UN	40	\$ 16,91
3	AVENTAL CIRURGICO ESTÉRIL TAM GG	UN	50	\$ 35,85
4	AVENTAL CIRURGICO ESTERIL TAM G	UN	100	\$ 35,85
5	AVENTAL CIRUGICO ESTERIL TAM M	UN	40	\$ 35,85
6	AVENTAL CIRURGICO ESTERIL TAM P	UN	10	\$ 35,85
7	MACACÃO PROTETOR TAM P	UN	30	79,55
8	MACACÃO PROTETOR TAM M	UN	39	79,55
9	MACACÃO PROTETOR TAM G	UN	30	79,55
10	MACACÃO PROTETOR TAM GG	UN	70	79,55
11	MASCARA DESCARTÁVEL PROTEÇÃO COM FILTRO	UN	500	3,73

4- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PROTEÇÃO DE ALTA E MEDIA COMPLEXIDADE.

Santa Rita do Pardo – MS
Estado de Mato Grosso do Sul
Rua Joaquim Cecílio de Lima, 1507
Fone/Fax (067) 3591-1621; CEP 79690-000
saude.srp.ms@gmail.com



8

O desembolso se fará mediante as rubricas da dotação orçamentária 03.13 - Secretaria de Saúde Pública SESP- -10.302.0014
Assistência hospitalar Ambulatorial- 20-.054 BLOCO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE.

5 - DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

5.1 - Com base nas estimativas de preço junto a fornecedores, verificamos um valor em torno de \$77.337,85 para a Proteção Básica \$23.513,20 para a Proteção Media e alta complexidade, totalizando um valor estimável de \$100.851,05 de todos os IPIS, conforme em anexo o espelho (da empresa MULTILASER, recebida via email).

6 - DO LOCAL DE ENTREGA, DO ACEITE E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

6.1 - Os produtos deverão ser entregues em local a ser designado no pedido de compras, através de requisições emitidas pela contratada.

6.2 - Somente serão aceitos os produtos que estiverem de acordo com as especificações contidas nas requisições e neste Termo de Referência.

6.3 - Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e da

Santa Rita do Pardo – MS
Estado de Mato Grosso do Sul
Rua Joaquim Cecílio de Lima, 1507
Fone/Fax (067) 3591-1621; CEP 79690-000
saude.srp.ms@gmail.com



9

proposta de preço, devendo ser substituídos no prazo de 05 dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7 - DO PAGAMENTO

7.1 - Os pagamentos devidos à Contratada serão depositados em conta corrente, em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos, de acordo com os quantitativos entregue, e mediante a apresentação das notas fiscais/faturas devidamente conferidas e atestadas por servidor desta Prefeitura.

7.2 - Será condição para o pagamento a devida comprovação pela contratada de que não possui irregularidades fiscais, devendo anexar à cada Nota Fiscal as Certidões Negativas (Municipal, Estadual, Federal, FGTS e Trabalhista), conforme rege a Resolução 088/2019 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8 - DA CONTRATAÇÃO

8.1 - Será firmado contrato ou instrumento equivalente com a licitante vencedora com base nos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93.

9 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Santa Rita do Pardo – MS
Estado de Mato Grosso do Sul
Rua Joaquim Cecílio de Lima, 1507
Fone/Fax (067) 3591-1621; CEP 79690-000
saude.srp.ms@gmail.com



g

9.1 - A fiscalização será exercida pela CONTRATANTE, através de servidor designado pela SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA com a entrega dos produtos de acordo com as especificações e quantidades descritas no Termo de Referência e proposta de preços.

10 - DAS INFORMAÇÕES

10.1 - As informações poderão ser obtidas, pelos interessados, junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura de Santa Rita Do Pardo/MS, estando disponível para atendimento de Segunda a Sexta-feira, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, horário oficial do Estado, na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 910, telefone (0xx67) 3591-1123.

11 - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

11.1 - A empresa contratada deverá cumprir integralmente com as exigências estabelecidas no Termo de Referência e Contrato elaborado pelo setor de licitações e contratos.

12.2 - A SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA fica concedida com poderes de embargo à contratada quando for constatada desobediência ostensiva as especificações, quando constatar incompatibilidade comprovada no fornecimento dos serviços e produtos ou comportamento inconveniente.

Santa Rita do Pardo – MS
Estado de Mato Grosso do Sul
Rua Joaquim Cecílio de Lima, 1507
Fone/Fax (067) 3591-1621; CEP 79690-000
saude.srp.ms@gmail.com



98



Santa Rita do Pardo/MS, 02 de Abril de 2020.

Gabriela Maria de Lima Rodrigues
Secretária Municipal de Saúde Pública.

Santa Rita do Pardo – MS
Estado de Mato Grosso do Sul
Rua Joaquim Cecílio de Lima, 1507
Fone/Fax (067) 3591-1621; CEP 79690-000
saude.srp.ms@gmail.com





Santa Rita do Pardo/MS, 02 de Abril de 2020.

38
Rubrica

TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

Eu, Débora Ramos Dias, funcionária do Município de Santa Rita do Pardo/MS, portador da carteira de identidade RG sob nº. 1.756.083 SSP/MS e do CPF nº 033.374.381.48, declaro estar ciente e me comprometo acompanhar a fiscalização do contrato referente aquisição de AVENTAL DESCARTAVEL MANGA LONGA, ÓCULOS DE PROTEÇÃO, E PROTETOR FACIAL, para atender a Unidade Mista de Saúde (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro). Ciente da importância de fiscalizar e acompanhar a prestação de serviços do objeto licitante como designa o Art. 67 da Lei de Licitações - Lei 8666/93, entre eles o inciso:

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Sendo só, assino logo abaixo

Débora Ramos Dias

Fiscal Titular



Santa Rita do Pardo/MS, 02 de Abril de 2020.

TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

Eu, Cristiane Maria Badaró, funcionária do Município de Santa Rita do Pardo/MS, portador da carteira de identidade RG sob nº. 001501.731-55 SSP/MS e do CPF nº 025.234.921-05, declaro estar ciente e me comprometo acompanhar a fiscalização do contrato referente aquisição de AVENTAL DESCARTAVEL MANGA LONGA, ÓCULOS DE PROTEÇÃO, E PROTETOR FACIAL, para atender a Unidade Mista de Saúde (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro). Ciente da importância de fiscalizar e acompanhar a prestação de serviços do objeto licitante como designa o Art. 67 da Lei de Licitações - Lei 8666/93, entre eles o inciso:

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Sendo só, assino logo abaixo

CRISTIANE MARIA BADARÓ

Fiscal Titular

Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de três dias úteis.

Ano 2020	Tipo de consulta Fundo a Fundo	Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS
CPF/CNPJ 12.022.274/0001-60	Grupo CORONAVÍRUS (COVID-19)	Ação ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)
Ação Detalhada CORONAVÍRUS (COVID-19)	UF MS	Município SANTA RITA DO PARDO
Código IBGE 500755	População 7.851 habitantes	Ano Censo 2019
Prefeito(a) CACILDO DAGNO PEREIRA	Data Inicial Gestão 01/01/2013	Secretário(a) GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA
Presidente Conselho ROBERTO GOMES DA SILVA		

Comp.	Nº OB	Data OB	Tipo Repasse	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor Total	Valor Desconto	Valor Líquido	Motivo Rejeição	Nº Proposta	Nº Portaria	Ações
Única em 2020	805489	30/03/2020	MUNICIPAL	001	040886	0000094838	22.307,05	0,00	22.307,05		25000.043886/2020-69		
Total							22.307,05	0,00	22.307,05				

FNS 80
Rônica

São Paulo, 02 de abril de 2020

Aquisição em caráter Emergencial do material médico hospitalar: EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI, PARA O COMBATE DA DISSEMINAÇÃO DO COVID-19

DADOS DA EMPRESA

Razão Social: Multilaser Industrial S/A

CNPJ: 59.717.553/0006-17

Inscr. Estadual: 251.347.417.00-45

Endereço: Rua Josefa Gomes de Souza, 382 – Bairro dos Pires

Cidade: Extrema / MG – 37.640-000

Contato do RESPONSÁVEL em MS e MT:

Elimar Santos Email: elimar@proinfoenergia.com.br

Tel.: (67) 98115-4788

DADOS DO PROPRIETÁRIO (ASSINATURA DE CONTRATOS)

Marcel Reno

Tel.: (11) 97310-5952 – marcel.reno@multilaser.com.br

Economista

Casado - Brasileiro

Rua Brigadeiro Faria Lima, 1811, 12º andar – Jardim Paulistano - São Paulo / SP – CEP: 01452-001

RG: 34.664.766-6

CPF/MF: 299.883.998-39

DADOS BANCÁRIOS

Banco do Brasil Agência 1912-7 Conta Corrente 101667-9.

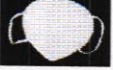
Prazo de entrega: Conforme Planilha anexo. (Podendo ocorrer variações devido as reduções de Voos em território Nacional e Internacional.

Locais de Entrega: Conforme Autorização de compra (Todo Território Nacional).

Validade: Conforme planilha anexo.

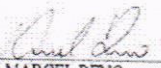
Condições de pagamento: Ato da entrega ou 28DDL ou Empenho.

PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL

ITEM	OBJETO	UND	QTD (Pedido mínimo por item)	MARCA	Foto Ilustrativa	MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	Prazo de entrega	Pedido Mínimo	Volume Mensal de Produção
1	SAPATILHA / Protetor Sapato DESCARTÁVEL Gramatura 25g/m2 • Altura 18 cm • Largura 35 cm	PR	200	Multilaser		HC229	R\$ 0,73	R\$ 145,52	15 A 30 Dias	Caixa com 200 pares.	1.000.000
2	MACACÃO PROTETOR PARA QUIMIOTERAPIA Material SMS • Gramatura 50g/m2 • Cores disponíveis: Branco, azul, azul escuro, etc. • Tamanho do P - XGG	UN.	50	Multilaser		HC227-P	R\$ 79,55	R\$ 3.977,73	15 A 30 Dias	Caixa com 50 unidades.	250.000
2.1		UN.	50	Multilaser		HC227-M	R\$ 79,55	R\$ 3.977,73	15 A 30 Dias		250.000
2.2		UN.	50	Multilaser		HC227-G	R\$ 79,55	R\$ 3.977,73	15 A 30 Dias		250.000
2.3		UN.	50	Multilaser		HC227-GG	R\$ 79,55	R\$ 3.977,73	15 A 30 Dias		250.000
3	TOUCA HOSPITALAR DESCARTÁVEL Material não tecido • Gramatura 20 g/m2	UN.	100	Multilaser		HC228	R\$ 1,71	R\$ 171,20	15 A 30 Dias	Caixa com 100 unidades.	250.000
4	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL ANTIEMBAÇAANTE. ARMAÇÃO EM POLICARBONATO, LENTE EM POLICARBONATO COM APOIO NASAL E PROTEÇÃO LATERAL.	UN.	200	Multilaser		HC226	R\$ 26,00	R\$ 5.200,20	15 A 30 Dias	Caixa com 200 unidades	500.000
5	PROTECTOR FACIAL COM VÍSEIRA FLEXÍVEL Display Transparente • Altura 28 cm • Largura 19 cm	UN.	200	Multilaser		HC224	R\$ 16,91	R\$ 3.381,20	15 A 30 Dias	Caixa com 200 unidades.	500.000
6	AVENTAL/CAPOTE CIRÚRGICO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, Avental cirúrgico estéril, descartável, tamanho médio (comprimento mínimo 110cm e largura mínima 140cm) • Material PP • Gramatura 25 g/m2 • Tamanho P - XG	UN.	50	Multilaser		HC225-P	R\$ 35,85	R\$ 1.792,25	15 A 30 Dias	Caixa com 50 unidades.	125.000
6.1		UN.	50	Multilaser		HC225-M	R\$ 35,85	R\$ 1.792,25	15 A 30 Dias		125.000
6.2		UN.	50	Multilaser		HC225-G	R\$ 35,85	R\$ 1.792,25	15 A 30 Dias		125.000
6.3		UN.	50	Multilaser		HC225-GG	R\$ 35,85	R\$ 1.792,25	15 A 30 Dias		125.000
7	MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA PFF2 (N95) • Com filtro que bloqueia 95% das partículas • Com elásticos nas laterais • Com material 100% propileno • Uso individual e reutilizável	UN.	1.000	Multilaser		HC124	R\$ 19,80	R\$ 19.795,00	10 a 20 Dias	Caixa com 10 ou 20 unidades.	3.000.000
8	MÁSCARA DESCARTÁVEL proteção com filtro • Com elásticos nas laterais e 3 pregas horizontais • Com material 100% propileno • Uso único e descartável	UN.	5.000	Multilaser		HC103	R\$ 3,73	R\$ 18.671,50	10 a 20 Dias	Caixa com 50 unidades.	5.000.000
9	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL Esterilizada • Tripla proteção com filtro • Com elásticos nas laterais e 3 pregas horizontais • Com material 100% propileno • Uso único e descartável	UN.	5.000	Multilaser		HC117	R\$ 3,92	R\$ 19.605,08	10 a 20 Dias	Caixa com 50 unidades.	5.000.000
10	Alcool em Gel Etílico Hidratado 70° INPM • Capacidade: 300ml • Com extrato de Aloe Vera	UN.	2.000	Multilaser		HC253	R\$ 17,42	R\$ 34.840,00	4 a 7 Dias	Caixa com 20 unidades.	2.000.000
11	Alcool em Gel Etílico Hidratado 70° INPM • Capacidade: 1 litro • Com extrato de Aloe Vera	UN.	1.000	Multilaser		HC256	R\$ 55,92	R\$ 55.920,00	4 a 7 Dias	Caixa com 10 unidades.	1.000.000
								R\$ 180.809,60			

São Paulo, 01 de abril de 2020.

Validade = 10 Dias


MARCEL RENO
Gerente de vendas - Governo / Corporativo
marcel.reno@multilaser.com.br
(11) 3076-3652 / 97310-3952

59.717.553/0006-17
MULTILASER INDUSTRIAL S/A
Rua Josefa Gomes de Souza, 383
Bairro dos Pires - CEP 37640-000
EXTREMA - MG



Tudo ▾

← FRENANDA SILVA



MC



Nova mensagem

↩ Responder ▾



Excluir



Arquivar



Lixo Eletrônico ▾



Favoritos



Caixa de Ent... 2875



Concursos no Br... 3

Adicionar aos favo...



Pastas



Caixa de Ent... 2875



Lixo Eletrônico 60



Rascunhos 40



Itens Enviados



Itens Excluídos



Arquivo Morto



Anotações

Histórico de Conv...

Nova pasta



Grupos

Novo grupo

Re: LISTA DE MATERIAIS

Boa Tarde !!

AVENTAL DESC MANGA LONGA 20GR C/10 marca:
PROTDESC (SOMENTE 10 PACOTES DISPONÍVEIS) R\$
45,00

OCULOS PROTECAO INCOLOR marca: LIBUS (SOMENTE
50 UNIDADES DISPONÍVEIS) R\$ 8,40

PROTETOR FACIAL marca: CARBOGRAFITE r\$ 68,50

Atenciosamente,**Fernanda Martins****Consultora de Vendas****C.A. Distribuidora de Produtos Hospitalares****Cel.:** (62) 9 8578-3616 (whatsapp) (62) 3983-2238 ramal
217**E-mail:** fernandams05.vendas@gmail.com**Skype:** fernandams05

Em ter., 31 de mar. de 2020 às 09:36, Mary Campos
<profemary2010@hotmail.com> escreveu:
Bom Dia!

Vamos precisar destes materiais:

30 pacotes de avental descartável

40 óculos de proteção

35 protetor facial

4 ventilador pulmonar adulto

2 ventilador pediátrico





Natália Dantas <nataliaprefeitura.srp@gmail.com>

REFERENTE A COTAÇÃO

Comercial2 Brhospitalar <comercial2@brhospitalar.com>
Para: Natália Dantas <nataliaprefeitura.srp@gmail.com>

14 de abril de 2020 15:28

Boa tarde

Fls 84

Rubrica

Não trabalhamos com os materiais solicitados.

Atenciosamente

**Maiana Barros**

Comercial

067 - 3326-8845 / 99614-3154

comercial2@brhospitalar.com

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Livre de vírus. www.avast.com.

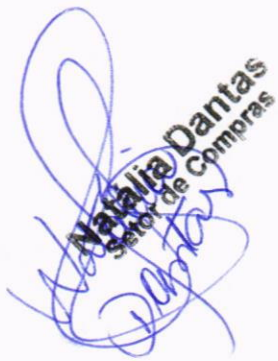
PRESENTE A COTAÇÃO

Para a aquisição de materiais e serviços, a empresa interessada deverá apresentar a proposta de preço e a documentação exigida no Edital, em envelope fechado, com o nome da empresa e o número da cotação, e entregar no local e na data indicados no Edital.

Local e data da entrega da proposta: _____

Assinatura do representante legal: _____

Assinatura do representante legal: _____


Natália Dantas
Setor de Compras



Natália Dantas <nataliaprefeitura.srp@gmail.com>

REFERENTE A COTAÇÃO

Gleidison Silva <gleidison_10@hotmail.com>

16 de abril de 2020 09:19

Para: Natália Dantas <nataliaprefeitura.srp@gmail.com>

Bom dia,

Nao temos no momento grato.

Enviado do Outlook Mobile

Fls 85
Rubrica

From: Natália Dantas <nataliaprefeitura.srp@gmail.com>**Sent:** Friday, April 3, 2020 9:03:56 AM**Subject:** REFERENTE A COTAÇÃO

[Texto das mensagens anteriores oculto]

ANEXO A COTAÇÃO

Este documento é parte integrante do processo de licitação e deve ser mantido em sigilo.

Assinatura

Assinatura do representante legal

Assinatura do representante legal


Natalia Dantas
Diretor de Compras



COMPRAS PREFEITURA <setorcomprasdesantarita@gmail.com>

Santa Rita do Pardo - Justificativa

1 mensagem

Comercial <comercial@cadistribuidora.com>

13 de abril de 2020 10:38

Para: setorcomprasdesantarita@gmail.com, Kiossane Cristina <faturamento@cadistribuidora.com>, compras@cadistribuidora.com

Bom dia,

Informamos que estamos com falta dos produtos PROPÉ (ANADONA) e da MASCARA nº 9.5 (DESCARPACK). Em contato com os fornecedores fomos informados da falta de entrega dos produtos para nos Distribuidores por tempo indeterminado.

Salientamos, que a falta do fornecedor, impossibilita a REQUERENTE atender imediato V. Sas., haja vista que somos apenas distribuidores, sendo totalmente dependente dos Fabricantes.

Tais fatos se devem, diante do cenário atual (manifestações e paralisações), que em virtude das dificuldades comerciais no fornecimento dos produtos perante as Indústrias, onde o avanço da Pandemia do Coronavírus - Covid-19 pelo mundo têm gerado muitas preocupações sobre o impacto no abastecimento de produtos, principalmente os fabricados e importados da China e outros países da Ásia. Causando grande consumo mundial dos produtos, tornando a demanda alta e pouca oferta.

Certo da Vossa atenção ao tempo que nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessária.

De: **COMPRAS PREFEITURA** <setorcomprasdesantarita@gmail.com>

Date: sex., 3 de abr. de 2020 às 09:26

Subject: pedido

To: <faturamento@cadistribuidora.com>

SEGUE EM ANEXO PEDIDO , AS NOTAS PODERA SER EMITIDA APOS 06/04/2020 POIS VAMOS EMPENHAR E PUBLICAR

--
Att,**Obrigada!****Setor de compras: Keren Alves / Weslei Farias****Fones: (67) 3591 - 2174****POR FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTA EMAIL**--
Att,**Obrigada!****Setor de compras: Keren Alves / Weslei Farias****Fones: (67) 3591 - 2174****POR FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTA EMAIL**

Page 1 of 1

1. The first part of the document is a letter from the President of the United States to the Congress, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it sets out the President's policy for the new year. The President states that he is pleased to see the Congress assembled, and that he is confident that the country is in a good position to meet the challenges of the future.

2. The second part of the document is a report from the Secretary of the Treasury, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it sets out the Secretary's policy for the new year. The Secretary states that he is pleased to see the Congress assembled, and that he is confident that the country is in a good position to meet the challenges of the future.

3. The third part of the document is a report from the Secretary of the Interior, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it sets out the Secretary's policy for the new year. The Secretary states that he is pleased to see the Congress assembled, and that he is confident that the country is in a good position to meet the challenges of the future.

4. The fourth part of the document is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it sets out the Secretary's policy for the new year. The Secretary states that he is pleased to see the Congress assembled, and that he is confident that the country is in a good position to meet the challenges of the future.

5. The fifth part of the document is a report from the Secretary of the Navy, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it sets out the Secretary's policy for the new year. The Secretary states that he is pleased to see the Congress assembled, and that he is confident that the country is in a good position to meet the challenges of the future.

6. The sixth part of the document is a report from the Secretary of the State, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it sets out the Secretary's policy for the new year. The Secretary states that he is pleased to see the Congress assembled, and that he is confident that the country is in a good position to meet the challenges of the future.

7. The seventh part of the document is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it sets out the Secretary's policy for the new year. The Secretary states that he is pleased to see the Congress assembled, and that he is confident that the country is in a good position to meet the challenges of the future.

8. The eighth part of the document is a report from the Secretary of the Navy, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it sets out the Secretary's policy for the new year. The Secretary states that he is pleased to see the Congress assembled, and that he is confident that the country is in a good position to meet the challenges of the future.

9. The ninth part of the document is a report from the Secretary of the State, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it sets out the Secretary's policy for the new year. The Secretary states that he is pleased to see the Congress assembled, and that he is confident that the country is in a good position to meet the challenges of the future.

2 anexos

 **REQ. 23329 C A DISTR 03-04.pdf**
5K

 **REQ. C.A DISTR 03-04.pdf**
5K

Fic 87
Rubrica



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Departamento de Licitações e Contratos

MÉDIA DE PREÇOS

Código/Nº
001673

Data
16/04/2020

Valor Total
R\$ 76.729,90

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA UNIDADE DE SAÚDE (NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO) DEVIDO A PANDEMIA DO COVID - 19, EM ATENÇÃO AO DECRETO MUNICIPAL N° 061/2020 (QUE DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA) E EMBASADO NA LEI FEDERAL 13.979, ART.4º, §1º.

ANEXO I -

LOTE	ITEM	CÓDIGO DO PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MULTILASER INDUSTRIAL S.A.	////	////	////	////	////	////	////	PREÇO MÉDIO	TOTAL
0001	01	51302	AVENTAL CIRURGICO ESTERIL TAM G	UN	100,000	35,85	////	////	////	////	////	////	////	35,85	3.585,00
0001	02	51301	AVENTAL CIRURGICO ESTERIL TAM GG	UN	50,000	35,85	////	////	////	////	////	////	////	35,85	1.792,50
0001	03	51305	AVENTAL CIRURGICO ESTERIL TAM M	UN	40,000	35,85	////	////	////	////	////	////	////	35,85	1.434,00
0001	04	51303	AVENTAL CIRURGICO ESTERIL TAM P	UN	10,000	35,85	////	////	////	////	////	////	////	35,85	358,50
0001	05	51292	AVENTAL DESC.MANGA LONGA 20GR C /10	UN	400,000	35,85	////	////	////	////	////	////	////	35,85	14.340,00
0001	06	51297	MACACAO PROTETOR TAM G	UN	160,000	79,55	////	////	////	////	////	////	////	79,55	12.728,00
0001	07	51298	MACACAO PROTETOR TAM GG	UN	80,000	79,55	////	////	////	////	////	////	////	79,55	6.364,00
0001	08	51296	MACACAO PROTETOR TAM M	UN	250,000	79,55	////	////	////	////	////	////	////	79,55	19.887,50
0001	09	51294	MACACAO PROTETOR TAM P	UN	80,000	79,55	////	////	////	////	////	////	////	79,55	6.364,00
0001	10	51299	MASCARA DE PROTECAO RESPIRATORIA N 95	UN	300,000	19,80	////	////	////	////	////	////	////	19,80	5.940,00
0001	11	51304	MASCARA DESCARTAVEL PROTECAO COM FILTRO	UN	500,000	3,92	////	////	////	////	////	////	////	3,92	1.960,00
0001	12	51293	ÓCULOS PROTEÇÃO INCOLOR	UN	50,000	26,00	////	////	////	////	////	////	////	26,00	1.300,00
0001	13	51300	PROTETOR FACIAL	UN	40,000	16,91	////	////	////	////	////	////	////	16,91	676,40

VALOR TOTAL DO ANEXO: R\$ 76.729,90

MÉDIA DE PREÇOS Nº.: 001673



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Departamento de Licitações e Contratos

Fis 89
Rubrica

SOLICITAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS - SMS

CÓDIGO	DATA	UNIDADE SOLICITANTE
03050	16/04/2020	SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA UNIDADE DE SAÚDE (NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO) DEVIDO A PANDEMIA DO COVID - 19, EM ATENÇÃO AO DECRETO MUNICIPAL N ° 061/2020 (QUE DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA) E EMBASADO NA LEI FEDERAL 13.979, ART. 4º, §1º.

JUSTIFICATIVA

PARA ATENDER AS DEMANDAS DA UNIDADE DE SAÚDE (NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO) DEVIDO A PANDEMIA DO COVID - 19, EM ATENÇÃO AO DECRETO MUNICIPAL N ° 061/2020 (QUE DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA) E EMBASADO NA LEI FEDERAL 13.979, ART.4º, §1º.

DADOS DA DOTAÇÃO

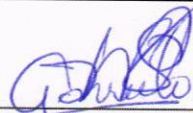
2 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.13 SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
10.301.0014-2.047 BLOCO ATENÇÃO BÁSICA
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
00.01.0002 00.01.0002

Ficha: 015

CENTRO DE CUSTO

1019 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNID.	QUANT.
1	51292	AVENTAL DESC.MANGA LONGA 20GR C /10	UN	400,000
2	51297	MACACAO PROTETOR TAM G	UN	130,000
3	51298	MACACAO PROTETOR TAM GG	UN	10,000
4	51296	MACACAO PROTETOR TAM M	UN	211,000
5	51294	MACACAO PROTETOR TAM P	UN	50,000
6	51299	MASCARA DE PROTECAO RESPIRATORIA N 95	UN	300,000
7	51293	ÓCULOS PROTEÇÃO INCOLOR	UN	40,000


GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Departamento de Licitações e Contratos

Fis 90

Rubrica

SOLICITAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS - SMS

CÓDIGO	DATA	UNIDADE SOLICITANTE
03050	16/04/2020	SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA UNIDADE DE SAÚDE (NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO) DEVIDO A PANDEMIA DO COVID - 19, EM ATENÇÃO AO DECRETO MUNICIPAL N ° 061/2020 (QUE DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA) E EMBASADO NA LEI FEDERAL 13.979, ART. 4º, §1º.

JUSTIFICATIVA

PARA ATENDER AS DEMANDAS DA UNIDADE DE SAÚDE (NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO) DEVIDO A PANDEMIA DO COVID - 19, EM ATENÇÃO AO DECRETO MUNICIPAL N ° 061/2020 (QUE DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA) E EMBASADO NA LEI FEDERAL 13.979, ART.4º, §1º.

DADOS DA DOTAÇÃO

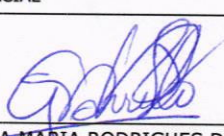
2 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.13 SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
10.302.0014-2.054 BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
00.01.0002 00.01.0002

Ficha: 052

CENTRO DE CUSTO

1019 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNID.	QUANT.
1	51302	AVENTAL CIRURGICO ESTERIL TAM G	UN	100,000
2	51301	AVENTAL CIRURGICO ESTERIL TAM GG	UN	50,000
3	51305	AVENTAL CIRURGICO ESTERIL TAM M	UN	40,000
4	51303	AVENTAL CIRURGICO ESTERIL TAM P	UN	10,000
5	51297	MACACAO PROTETOR TAM G	UN	30,000
6	51298	MACACAO PROTETOR TAM GG	UN	70,000
7	51296	MACACAO PROTETOR TAM M	UN	39,000
8	51294	MACACAO PROTETOR TAM P	UN	30,000
9	51304	MASCARA DESCARTAVEL PROTECAO COM FILTRO	UN	500,000
10	51293	ÓCULOS PROTEÇÃO INCOLOR	UN	10,000
11	51300	PROTETOR FACIAL	UN	40,000


GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fls. 91
Rubrica

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (67) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

PORTARIA N.º333/20 DE 18 DE MAIO DE 2.020.

CACILDO DAGNO PEREIRA, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CACILDO DAGNO PEREIRA, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições legais, especialmente nas atribuições constantes do artigo XX da Lei Orgânica do Município, e do artigo 67, de Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- **DESIGNAR** as servidoras **DÉBORA RAMOS DIAS**, inscrita no CPF sob nº 033.374.381-48, ocupante do Cargo de Enfermeira, **Como Titular** e **CRISTIANE MARIA BADARÓ MARTINES VELES**, inscrita no CPF sob nº 025.234.921-05, ocupante do Cargo de Recepcionista Hospitalar, **Como 2ª Suplente**, para fiscalizar e acompanhar a execução do Processo Administrativo N°075/2020 Dispensa de Licitação N° 037/2020, formalizados pelo Município, a execução congênere formalizado pelo Poder Executivo Municipal de Santa Rita do Pardo – MS, consoante disposição expressa do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

ARTIGO 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13/05/2020.

ARTIGO 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de Maio de 2.020.

CACILDO DAGNO PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração e Governo na data acima e afixado no local de costume.

OZIEL DIAS LEAL
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO

RUA VARELA Nº 1.000 - JARDIM BOTANICAL - SP-01
CEP 7.000-000 - JARDIM BOTANICAL - SP-01

PORTARIA Nº 1.000 DE 19 DE MARÇO DE 1984

CARLOS DIONISIO PEREIRA, Diretor Geral,
de acordo com o Parecer Jurídico nº 1.000/84,
e em face da Portaria nº 1.000/84, resolveu:

CARLOS DIONISIO PEREIRA, Diretor Geral,
de acordo com o Parecer Jurídico nº 1.000/84,
e em face da Portaria nº 1.000/84, resolveu:

RESOLUÇÃO

ARTIGO 1º

Conceder a Carlos Dionísio Pereira, Diretor Geral,
o cargo de Diretor Geral, em substituição ao Sr.
Carlos Dionísio Pereira, Diretor Geral, em virtude
da sua promoção para o cargo de Diretor Geral,
em virtude da Portaria nº 1.000/84, de 19 de março
de 1984, publicada no Diário Oficial do Estado de
São Paulo, de 20 de março de 1984, sob o nº 1.000/84.

ARTIGO 2º

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua
publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

ARTIGO 3º

Revogar a Portaria nº 1.000/84.

Assinado em 19 de março de 1984.


CARLOS DIONÍSIO PEREIRA
Diretor Geral

Registrado e Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 20 de março de 1984, sob o nº 1.000/84.


CARLOS DIONÍSIO PEREIRA
Diretor Geral

Como posso manter o foco em Cristo ?

No nosso mundo acelerado, é fácil perder de vista o nosso verdadeiro propósito na vida – adorar a Deus. Cada crente, ao se esforçar para permanecer focado em Deus, tem sua própria maneira de manter esse foco. As necessidades de cada indivíduo são diferentes.

Uma pessoa pode memorizar um versículo das Escrituras a cada semana; outra pode fazer um estudo bíblico todas as manhãs; outra pode ter o objetivo de compartilhar a mensagem do Evangelho com pelo menos uma pessoa por semana. Cada uma dessas coisas mantém Cristo na vanguarda da mente.

Além disso, cada uma dessas atividades tem algo em comum. Cada uma é algo que os crentes podem fazer para manter seu foco onde precisa estar. Isso é rendição – rendição a Jesus Cristo, a Deus. Entregando

Ele a vida inteira: necessidades, preocupações, dores, alegrias, louvores. Entregando o físico, o emocional, o mental e o espiritual.

Considere os seguintes versículos: Rm.12:1: "Rogo-vos, pois, irmãos, pelas misericórdias de Deus, que apresenteis o vosso corpo por sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso

culto racional." Ao pensar no que Ele fez por você, isso é demais para pedir? Lc 9:23-24: "Dizia a todos: Se alguém quer vir após mim, a si mesmo se negue, dia a dia tome a sua cruz e siga-me. Pois quem quiser salvar a sua vida

mas ofereci-vos a Deus, como ressurreitos dentre os mortos, e os vossos membros, a Deus, como instrumentos de justiça."

Fls 92

Uma rendição se trata de confiança. É confiar que Deus deseja o melhor pra você. É confiar que a Sua Palavra pode ser acreditada e estimada pelo seu valor real. É confiar que todas as suas necessidades serão atendidas.

A rendição tira o foco de si mesmo e coloca-o em Cristo, e é demonstrada pela obediência.

O pastor Rick Warren, da Igreja Saddleback, em Lake Forest, Califórnia, escreve: "A rendição não é a melhor maneira de viver, é a única maneira de viver. Nada mais funciona.

Todas as outras abordagens levam à frustração, desapontamento e auto-destruição". Não há melhor maneira de permanecer focado como um crente do que entregar completamente sua vida ao Senhor e ao



perdê-la-á; quem perder a vida por minha causa, esse a salvará." Rm.6:13: "nem ofereçais cada um os membros do seu corpo ao pecado, como instrumentos de iniquidade;

Salvador.

Fonte: GotQuestion
Por Litrazini

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

DECRETO Nº 109/2020 DE 19 DE MAIO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E INSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO - MS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito CACILDO DAGNO PEREIRA do Município de SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Artigo 1º: Constituir Comissão de Processo Seletivo Simplificado para designação e contratação temporária de Farmacêutico e Técnico de Enfermagem, qual ficará responsável pela execução do processo, compreendendo-se nessa competência todos os atos concernentes à sua realização, desde a convocação dos editais de inscrição até a divulgação dos resultados e convocação dos candidatos.

Artigo 2º: A Comissão terá a seguinte composição:

Presidente:

Isias Sampaio Muniz

miembro:

Karyn Priscilla de Inácio Rodrigues e Silva

Elizabeth Aparecida dos Santos

Artigo 3º: Os Membros da Comissão acompanharão toda a logística do Processo, desde as inscrições até a divulgação dos resultados e julgamento de recursos.

Artigo 4º: Todas as decisões referentes ao Processo Seletivo serão conduzidas pelos membros desta Comissão e aprovadas pelo Senhor Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo.

Artigo 5º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração e Governo na data acima e afixado no local de costume.

Gabinete do Prefeito 19 de maio de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito Municipal

OZIEL DIAS LEAL

Secretário de Administração e Governo

EDITAL Nº 006/2020

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS PERTENCENTES AO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO/MS CACILDO DAGNO PEREIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, comunica a Suspensão das Provas Escritas Objetivas do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargos pertencentes ao quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo/MS, conforme segue:

1. DA SUSPENSÃO:

1.1 Considerando os efeitos nefastos que o surto do Novo Coronavírus Covid-19, tem provocado na Saúde Pública Mundial, bem como a necessidade de implementação de medida imediata visando à preservação, controle e contenção

de riscos, de forma a evitar a disseminação da doença e em razão das recomendações expedidas pelos Governos do Estado, pelo Ministério da Saúde, bem como pela Secretaria de Saúde de Santa Rita do Pardo/MS, informa que as Provas Escritas (Objetivas) previstas para o dia 21 de junho de 2020, ficam suspensas e serão redefinidas após orientação do Ministério da Saúde e/ou da Secretaria de Saúde de Santa Rita do Pardo/MS.

1.2 As datas, horas e locais de realização das Provas Escritas (Objetivas), constarão através do Edital Específico que será publicado em Diário Oficial do Município e disponibilizado no endereço eletrônico: www.fapec.org/concursos e, facultativamente, em outros órgãos da imprensa.

2. DAS INSCRIÇÕES E ADIAMENTO DA PROVA:

2.1 Ficam mantidas as inscrições até às 23h59min do dia 07 DE JUNHO DE 2020.

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

3.1 Permanecem inalteradas as demais normas e instruções do Edital de Alteração e seus anexos (Edital nº. 001/2020, de 06/04/2020).

3.2 Os casos omissos e as dúvidas que surgirem na interpretação deste Edital serão apreciados pela Comissão de Concurso Público.

Santa Rita do Pardo/MS, 19 de maio de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo

PORTARIA Nº 332/20 DE 18 DE MAIO DE 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições legais, especialmente nas atribuições constantes do artigo XX da Lei Orgânica do Município, e do artigo 67, de Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

ARTIGO 1º: DESIGNAR as servidoras KARYN PRISCILLA INACIO RODRIGUES F SILVA, inscrita no CPF sob nº 040.198.981-43, ocupante do Cargo em Comissão de Coordenadora da Atenção Básica, Como Titular, ANA CAROLINA ROCHA BATISTA, inscrita no CPF sob nº 297.505.618-48, ocupante do Cargo em Comissão de Supervisão de Estratégia – E.S.F. (José Giffredo), Como 1º Suplente, e ELENIR MENDES DA SILVA, inscrita no CPF sob nº 003.120.481-30, ocupante do Cargo em Comissão de Assessor Técnico I, Como 2º Suplente, para fiscalizar e acompanhar a execução do Processo Administrativo Nº 041/2020 e Disposição de Licitação Nº 019/2020, formalizados pelo Município, a execução conjuntamente formalizada pelo Poder Executivo Municipal de Santa Rita do Pardo – MS, conforme disposição expressa do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13/05/2020.

ARTIGO 3º: Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de Maio de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração e Governo na data acima e afixado no local de costume.

OZIEL DIAS LEAL

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO

PORTARIA Nº 332/20 DE 18 DE MAIO DE 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições legais, especialmente nas atribuições constantes do artigo XX da Lei Orgânica do Município, e do artigo 67, de Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

ARTIGO 1º: DESIGNAR as servidoras DEBORA RAMOS DIAS, inscrita no CPF sob nº 033.374.381-48, ocupante do Cargo de Enfermeira, Como Titular e CRISTIANE MARIA BADARÓ MARTINS VELES, inscrita no CPF sob nº 025.234.921-05, ocupante do Cargo de Recepcionista Hospitalar, Como 2º Suplente, para fiscalizar e acompanhar a execução do Processo Administrativo Nº 075/2020 Dispensa de Licitação Nº 037/2020, formalizados pelo Município, a execução conjuntamente formalizada pelo Poder Executivo Municipal de Santa Rita do Pardo – MS, conforme disposição expressa do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13/05/2020.

ARTIGO 3º: Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de Maio de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração e Governo na data acima e afixado no local de costume.

OZIEL DIAS LEAL

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO

REPUBLICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO – ERRATA

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO 059/2020

Retificação de Edital, alusiva ao processo licitatório nº 059/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020. O objeto é o Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços de instalação e manutenção de aparelhos de ar-condicionado e refrigeração, juntamente com fornecimento de peças e materiais, para fins de suprir as necessidades das diversas Secretarias do Município de Santa Rita do Pardo. No que se refere à especificação ao resultado homologado.

Ones-se: EURICO SANTANA LIMA FILHO - MEI

Ones-se: EURICO SANTANA LIMA FILHO

Santa Rita do Pardo-MS, 20 de maio de 2020.

Signatário: Maiany Santos da Silva



PREFEITURA DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA MARECHAL FLORIANO PEDOTO, 930 - BLOCO A
FONE (67) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 009/2020

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela legislação em vigor, torna pública, para conhecimento dos interessados, que não houve inscrições para o Processo Seletivo aberto através do Edital n. 008/2020, para a contratação em caráter temporário de profissional de magistério não integrante do quadro permanente do magistério municipal para atuar em sala de aula, no Ensino Fundamental nos anos finais no componente curricular de Língua Portuguesa Escola Raimundo Candido de Araújo, no ano letivo de 2020.

Kalla Cristina de Silva
Fevereiro 2020/2020

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer



SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA JOAQUIM CECILIO DE LIMA, 1700 - CENTRO
CEP: 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS
TELEFONES: (67) 3591-1122 - 3591-1488
www.cms.santaritadopardo.ms.gov.br

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Antonio Carlos Costa, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Santa Rita do Pardo-MS, torna público e convoca a todos os cidadãos interessados, que fará realizar no dia 29 de maio de 2020, às 09:00 hs (MS), sala de reunião Vereador Sérgio Antonio Brochini da Câmara Municipal de Santa Rita do Pardo-MS, AUDIÊNCIA PÚBLICA, com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das Metas Fiscais do Município, referente ao primeiro quadrimestre de 2020, cumprindo o disposto da Lei de Responsabilidade Fiscal, Art.9 inciso 4.

Santa Rita do Pardo/MS, 19 de maio de 2020.

Antonio Carlos Costa
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

JORNAL DA CIDADE

Editor Geral: Osmar da Silva Mello - DRT/MS 091 - Diagramação Noemi Silva

Jornalista Responsável: Osmar da Silva Mello - DRT/MS 091

Endereço: Rua João Ferreira da Silva, 1265 - Centro - CEP 79.690-000

Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

Periodicidade: Bimestral - Tiragem: 1500 exemplares

E-mail: jornaldacidade.br@uol.com.br - contatojornaldacidade@gmail.com

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus idealizadores.

Contatos:

(67) 98143-9894

(67) 99682-4675

Como posso manter o foco em Cristo?

Quando estamos em uma situação de crise, é comum que nos desviemos do foco em Cristo. No entanto, há maneiras de manter o foco em Cristo mesmo em momentos difíceis. Vamos explorar algumas delas.

Primeiramente, é importante lembrar que Deus está conosco em todos os momentos. Ele é nosso Pai, nosso Senhor e nosso Salvador. Quando nos desviarmos do foco em Cristo, devemos voltar a lembrar-nos disso. Podemos fazer isso através da oração, da leitura da Bíblia e da participação em cultos religiosos.



Além disso, é importante que tenhamos uma comunidade de fé ao nosso redor. Quando estamos em uma situação de crise, é fácil nos isolarmos e nos desviarmos do foco em Cristo. No entanto, se temos uma comunidade de fé, podemos nos apoiar uns aos outros e manter o foco em Cristo.

Por fim, é importante que tenhamos uma visão clara de quem é Cristo para nós. Quando estamos em uma situação de crise, é fácil nos desviarmos do foco em Cristo. No entanto, se temos uma visão clara de quem é Cristo para nós, podemos manter o foco em Cristo mesmo em momentos difíceis.

Como posso manter o foco em Cristo?

Quando estamos em uma situação de crise, é comum que nos desviemos do foco em Cristo. No entanto, há maneiras de manter o foco em Cristo mesmo em momentos difíceis. Vamos explorar algumas delas.

Primeiramente, é importante lembrar que Deus está conosco em todos os momentos. Ele é nosso Pai, nosso Senhor e nosso Salvador. Quando nos desviarmos do foco em Cristo, devemos voltar a lembrar-nos disso. Podemos fazer isso através da oração, da leitura da Bíblia e da participação em cultos religiosos.

Além disso, é importante que tenhamos uma comunidade de fé ao nosso redor. Quando estamos em uma situação de crise, é fácil nos isolarmos e nos desviarmos do foco em Cristo. No entanto, se temos uma comunidade de fé, podemos nos apoiar uns aos outros e manter o foco em Cristo.

Por fim, é importante que tenhamos uma visão clara de quem é Cristo para nós. Quando estamos em uma situação de crise, é fácil nos desviarmos do foco em Cristo. No entanto, se temos uma visão clara de quem é Cristo para nós, podemos manter o foco em Cristo mesmo em momentos difíceis.

Quando estamos em uma situação de crise, é comum que nos desviemos do foco em Cristo. No entanto, há maneiras de manter o foco em Cristo mesmo em momentos difíceis. Vamos explorar algumas delas.

Primeiramente, é importante lembrar que Deus está conosco em todos os momentos. Ele é nosso Pai, nosso Senhor e nosso Salvador. Quando nos desviarmos do foco em Cristo, devemos voltar a lembrar-nos disso. Podemos fazer isso através da oração, da leitura da Bíblia e da participação em cultos religiosos.



Parecer Controle Interno 067/2020

ANALISE DOCUMENTAL FASE PREPARATÓRIA

Tratam os autos quanto da análise das peças preparatórias iniciais para posterior realização do processo Licitatório de acordo com a Lei 8.666/93 para "**Aquisição Emergencial de Materiais de Consumo período de Pandemia COVID 019**" com a finalidade de suprir as necessidades das equipes de Saúde nas diversas Unidades da Rede Pública de Saúde Municipal, principalmente da Unidade Hospitalar UMS Nossa Senhora do Perpetuo Socorro" (**situação emergencial de saúde a nível mundial**)

Observação: A Medida Provisória 926/20 dispensa licitação e outras formalidades para obras e compras de bens e serviços destinados ao enfrentamento do coronavírus. A MP 926/20 altera a lei aprovada em fevereiro com medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Lei 13.979/20) que já previa a dispensa de licitação apenas para compras de equipamentos de saúde. A regra agora vale para todas as compras e serviços, inclusive de engenharia, necessários ao enfrentamento da pandemia.

INTRODUÇÃO:

É através do procedimento administrativo denominado licitação que a Administração Pública objetiva selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de bens e serviços, denominados objeto da licitação, mediante contratação de seu interesse. Ao final deste procedimento, também denominado certame licitatório, estabelecer-se-á o vínculo negocial entre os interessados em contratar com o Ente Público, os quais disputarão de forma igualitária tal mister.

O procedimento licitatório, como processo administrativo que é, compõe-se de fases, ou como afirma MEIRELLES (1999, p. 246), "desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes".

DA FINALIDADE / OBJETO:

O objeto da licitação, ou seja, aquilo que vai ser contratado, adquire contorno especial neste trabalho." **Aquisição Emergencial de Materiais de Consumo período de Pandemia COVID 019**" com a finalidade de suprir as necessidades das equipes de Saúde nas diversas Unidades da Rede Pública de Saúde Municipal, principalmente da Unidade Hospitalar UMS Nossa Senhora do Perpetuo Socorro" (**situação emergencial / pandemia**).



Uma vez exigir especificação de forma clara, objetiva, convenientemente definida em edital afim de que os licitantes possam atender fielmente ao desejo do Poder Público, buscando exonerar as partes contratantes de descontentamentos e insatisfações, impedindo incertezas quanto à ideal formatação do objeto a ser contratado, devendo ser realizado para isso Estudo Técnico Preliminar e ainda Termo de Referência.

DOS REQUERIMENTOS:

- 1) Com origem na Secretaria Municipal de Saúde Publica onde através do Memorando nº 300/2.020 de 03 de abril de 2.020; foi então formalizado o pedido de **Aquisição Emergencial de Materiais de Consumo para atender as equipes de saúde da rede municipal ao longo do período de Pandemia COVID 019**

- 2) **“Do Estudo Técnico Preliminare - ETP e do Termo de Referência:**

*Conforme estabelece a Lei nº 8.666 Art. 6º, IX e ainda a Instrução Normativa nº 05/2017, publicada pelo antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão-MPDG, atual Ministério da Economia-ME, onde **verificamos** que **“Constam do processo os documentos:***

1) - ETP -Estudo Técnico Preliminares

A elaboração do estudo técnico preliminar constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar) e tem por objetivo:

- a) Assegurar a viabilidade técnica da contratação, bem como o tratamento de seu impacto.
- b) Embasar o termo de referência ou projeto básico, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável.



2) - Termo de Referência

Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o Objeto ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica.

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

Conforme estabelece a **Lei Complementar 101 Lei de Responsabilidade Fiscal**, que é uma lei complementar brasileira que visa impor o controle dos gastos da União, estados, Distrito Federal e municípios, condicionando-os à capacidade de arrecadação de tributos desses entes políticos, verificamos neste sentido o atendimento ao Art. 16 incisos I e II e ainda do Art.14 da lei de licitações 8.666 quanto da respectiva **Previsão Orçamentária, sendo:**

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA:

As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da(s) seguintes dotações:

03 Fundo Municipal de Saúde
03.13 **Secretaria de Saúde Pública SESP**
10.302.0014 Assistência hospitalar e Ambulatorial
2.054 Bloco de Média e alta Complexidade- MAC
0.30.00.00.00.00.00.01.0002 Material de Consumo

CONSIDERAÇÕES:

Constatada a existência dos elementos mínimos obrigatórios para o início do processo licitatório proposto, onde verificamos da presente análise que foram devidamente apresentadas as justificativas Técnicas, bem como o Objetivo Geral ; Específicos, através de documento Estudo Técnico Preliminar e ainda as demais informações necessárias, constantes do Termo de Referência acerca da viabilidade da referida, contratação. **(SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID 19)**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO

CONTROLE INTERNO

Fis. 96

Rubrica

Neste sentido sendo o nosso parecer favorável, verificadas a existência dos elementos básicos necessários / peças mínimas obrigatórias, para fins de instruir o posterior processo licitatório sendo:

1) Estudo Técnico Preliminar e 2) Termo de Referência

Recomendamos a devida apreciação do presente requerimento a assessoria jurídica desta municipalidade, bem como ainda, da necessidade de haver a aprovação do chefe do Executivo Municipal, para a devida autorização de abertura de processo licitatório, conforme estabelece a Lei 8.666.

Santa Rita do Pardo, 16 de abril de 2020.

Paulo Rogério Figueiredo
Diretor de controle interno
Matricula n 62.501



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Departamento de Licitações e Contratos

Fic 92
Rubrica

PEDIDO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA

DO: Departamento de Compras e Licitações
PARA: Secretario Municipal de Finanças

Senhor Secretário,

Considerando as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, solicitamos a autorização e reserva orçamentária para abertura e processo administrativo, a fim de atender a realização de licitação, conforme abaixo discriminado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR , PARA ATENDER AS DEMANDAS DA UNIDADE DE SAUDE (NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO) DEVIDO A PANDEMIA DO COVID - 19, EM ATENÇÃO AO DECRETO MUNICIPAL N º 061/2020 (QUE DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA) E EMBASADO NA LEI FEDERAL 13.979, ART.4º, §1º.

2 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.13 SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
10.301.0014-2.047 BLOCO ATENÇÃO BÁSICA
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
00.01.0002 00.01.0002

Ficha: **015**

R\$ 53.219,55 (cinquenta e três mil e duzentos e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos)

2 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.13 SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
10.302.0014-2.054 BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
00.01.0002 00.01.0002

Ficha: **052**

R\$ 23.510,35 (vinte e três mil e quinhentos e dez reais e trinta e cinco centavos)

Santa Rita do pardo/MS, 17 de Abril de 2020.


Fernando Luiz Minatti
Diretor de Compras

PERIODO DE REUNIAO DE GESTAO

PERIODO DE REUNIAO DE GESTAO
DEBATE SOBRE O PLANO DE TRABALHO

PERIODO DE REUNIAO DE GESTAO

PERIODO DE REUNIAO DE GESTAO
DEBATE SOBRE O PLANO DE TRABALHO
DEBATE SOBRE O PLANO DE TRABALHO

PERIODO DE REUNIAO DE GESTAO
DEBATE SOBRE O PLANO DE TRABALHO
DEBATE SOBRE O PLANO DE TRABALHO

PERIODO DE REUNIAO DE GESTAO
DEBATE SOBRE O PLANO DE TRABALHO
DEBATE SOBRE O PLANO DE TRABALHO

PERIODO DE REUNIAO DE GESTAO

PERIODO DE REUNIAO DE GESTAO
DEBATE SOBRE O PLANO DE TRABALHO
DEBATE SOBRE O PLANO DE TRABALHO

PERIODO DE REUNIAO DE GESTAO

PERIODO DE REUNIAO DE GESTAO

PERIODO DE REUNIAO DE GESTAO
DEBATE SOBRE O PLANO DE TRABALHO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Departamento de Licitações e Contratos

Fis. 28

Rubrica

RESERVA ORÇAMENTÁRIA

DO: Secretario Municipal de Finanças
PARA: Departamento de Compras e Licitações

Conforme solicitação, informamos que nesta data procedemos a Reserva Orçamentária para cobrir as despesas previstas, conforme abaixo discriminado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA UNIDADE DE SAÚDE (NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO) DEVIDO A PANDEMIA DO COVID - 19, EM ATENÇÃO AO DECRETO MUNICIPAL N.º 061/2020 (QUE DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA) E EMBASADO NA LEI FEDERAL 13.979, ART.4º, §1º.

Dotação: 2 - 03.03.13-10.301.0014-2.047-3.3.90.30.00-00.01.0002 Ficha: 015
R\$ 53.219,55 (cinquenta e três mil e duzentos e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos)

Dotação: 2 - 03.03.13-10.302.0014-2.054-3.3.90.30.00-00.01.0002 Ficha: 052
R\$ 23.510,35 (vinte e três mil e quinhentos e dez reais e trinta e cinco centavos)

Santa Rita do Pardo/MS, 17 de Abril de 2020.

Emerson Peralta Figueiredo
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Departamento de Licitações e Contratos

Flo 99
Rubrica

À Sua Excelência
o Senhor CACILDO DAGNO PEREIRA
Prefeito Municipal

Senhor Prefeito,

Em atenção às solicitações expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde Pública, cujo objeto é a aquisição de materiais de consumo hospitalar, para atender as demandas da Unidade de Saúde (Nossa Senhora do Perpetuo Socorro) devido à pandemia do COVID - 19 em atenção ao Decreto municipal n ° 061/2020 (que decreta situação de emergência em saúde pública) e embasado na lei federal 13.979, art.4º, §1º., cumpre-nos solicitar à Vossa Excelência a tramitação do Processo para a contratação solicitada.

Sem mais para o momento.

Santa Rita do Pardo/MS, 17 de Abril de 2020.



Fernando Luiz Minatti
Diretor de Compras



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Departamento de Licitações e Contratos

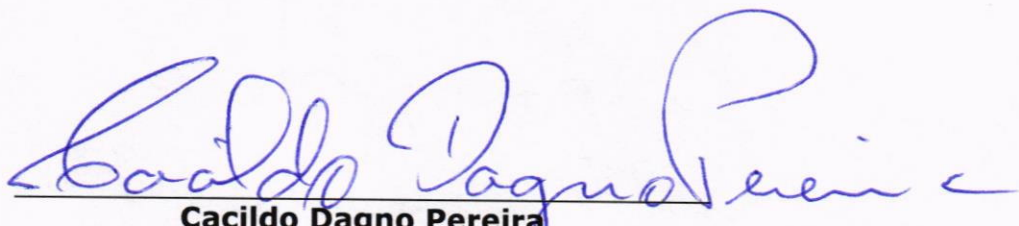
Fic 100

Rubrica

D E S P A C H O

Conforme solicitação do Núcleo de Compras e Licitações, juntamente com as solicitações realizadas pelas Secretarias Municipais, e estando devidamente cumpridas as formalidades do artigo 38, da Lei nº 8.666/93, AUTORIZO a abertura do procedimento licitatório para aquisição de materiais de consumo hospitalar, para atender as demandas da Unidade de Saúde (Nossa Senhora do Perpetuo Socorro) devido à pandemia do COVID - 19 em atenção ao Decreto municipal n º 061/2020 (que decreta situação de emergência em saúde pública) e embasado na lei federal 13.979, art.4º, §1º e encaminho o presente processo para as providências decorrentes.

Santa Rita do Pardo/MS, 17 de Abril de 2020.


Cacildo Dagno Pereira
Prefeito Municipal



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Fio 101
Rubrica

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **MULTILASER INDUSTRIAL S.A.**
CNPJ: **59.717.553/0001-02**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:17:34 do dia 07/02/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/08/2020.

Código de controle da certidão: **F5B8.6939.FC37.424A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

SECRET
NO. 100-100000

SECRET
NO. 100-100000

SECRET
NO. 100-100000

SECRET
NO. 100-100000

SECRET
NO. 100-100000

SECRET
NO. 100-100000

SECRET
NO. 100-100000

SECRET
NO. 100-100000

SECRET
NO. 100-100000

SECRET
NO. 100-100000

SECRET
NO. 100-100000

SECRET
NO. 100-100000

SECRET
NO. 100-100000

[Voltar](#)[Imprimir](#)Fis 102
Rubrica**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 59.717.553/0006-17
Razão Social: MULTILASER INDUSTRIAL SA
Endereço: RUA JOSEFA GOMES DE SOUZA 382 / DOS PIRES / EXTREMA / MG / 37640-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/03/2020 a 12/07/2020

Certificação Número: 2020031500413996390281

Informação obtida em 20/04/2020 11:35:54

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fis. 103
Rubrica

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 59.717.553/0006-17

Certidão nº: 9386183/2020

Expedição: 20/04/2020, às 11:36:30

Validade: 16/10/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MULTILASER INDUSTRIAL S.A.** (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº **59.717.553/0006-17**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



FIG 104
Rubrica

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

CERTIDÃO 2020/0000521

CERTIFICO: Para os devidos fins que:
MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

Devidamente Inscrito sob o CNPJ nº: 59.717.553/0006-17
JOSEPHA GOMES DE SOUZA, Nº 382, DOS PIRES, EXTREMA - MG, CEP 37640-000

Inscrições: 0009538
0011040

Que em nome do(s) requerente(s), até a presente data, não existe nesta repartição qualquer dívida referente a tributos municipais. Ressalvando o direito da Fazenda Municipal, de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, conforme artigo 299 da Lei nº 003/01 (Código Tributário Municipal).

Chave de validação da certidão: 20200000521

Validade 90 dias

Emitida Segunda-Feira, 9 de Março de 2020

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
12/02/2020CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
12/05/2020

NOME/NOME EMPRESARIAL: MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 251347417.00-45

CNPJ/CPF: 59.717.553/0006-17

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: RUA JOSEPHA GOMES DE SOUZA

NÚMERO: 382

COMPLEMENTO:

BAIRRO: DOS PIRES

CEP: 37640000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: EXTREMA

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2020000383079324



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Departamento de Licitações e Contratos

Fls 106

Rubrica

ATA DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº: 0068/2020

DISP. Nº 0032/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA UNIDADE DE SAÚDE (NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO) DEVIDO A PANDEMIA DO COVID - 19, EM ATENÇÃO AO DECRETO MUNICIPAL N º 061/2020 (QUE DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA) E EMBASADO NA LEI FEDERAL 13.979, ART.4º, §1º.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA SESSÃO: 20/04/2020 HORÁRIO: 14:00

Reuniu-se nesta data, em sessão pública, a Comissão Permanente de Licitação, para apreciar, analisar e julgar a licitação acima descriminada.

Requeru o Edital a(s) seguinte(s) empresa(s):

CNPJ/CPF	RAZÃO SOCIAL
59.717.553/0006-17	MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

Manifestou interesse na participação a(s) seguinte(s) empresa(s):

ME/EPP	CNPJ/CPF	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE	OBSERVAÇÕES
	59.717.553/0006-17	MULTILASER INDUSTRIAL S.A.		Apenas enviou os envelopes.

HABILITAÇÃO		
RAZÃO SOCIAL	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MULTILASER INDUSTRIAL S.A.	HABILITADO	

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.															
ANEXO	LOTE	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR
I	001	1	35,85	I	001	2	35,85	I	001	3	35,85	I	001	4	35,85
I	001	6	79,55	I	001	7	79,55	I	001	8	79,55	I	001	9	79,55
I	001	11	3,92	I	001	12	26,00	I	001	13	16,91	I	001	10	19,80

VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 76.729,90

Após o recebimento e julgamento da(s) proposta(s), a Comissão deliberou por unanimidade de seus membros CLASSIFICAR o objeto do presente certame conforme se segue:

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.														
ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR
I	1	35,85	I	2	35,85	I	3	35,85	I	4	35,85	I	5	35,85
I	6	79,55	I	7	79,55	I	8	79,55	I	9	79,55	I	10	19,80
I	11	3,92	I	12	26,00	I	13	16,91						

VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 76.729,90

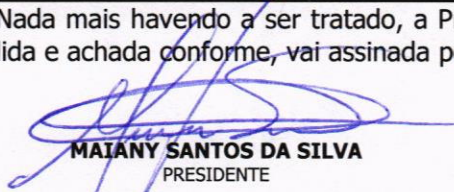
Valor Total: R\$ 76.729,90 (setenta e seis mil e setecentos e vinte e nove reais e noventa centavos).

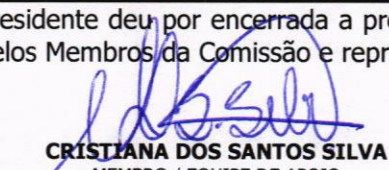


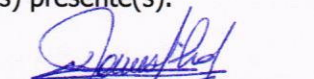
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Departamento de Licitações e Contratos

Fls 107
8
Rubrica

Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e representante(s) presente(s).


MAIANY SANTOS DA SILVA
PRESIDENTE


CRISTIANA DOS SANTOS SILVA
MEMBRO / EQUIPE DE APOIO


ROBERTO GOMES DA SILVA
MEMBRO / EQUIPE DE APOIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Departamento de Licitações e Contratos

Fls 108

Rubrica

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Nº Processo **0068/2020** Modalidade/Nº **DISP. Nº 0032/2020** Data

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA UNIDADE DE SAÚDE (NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO) DEVIDO A PANDEMIA DO COVID - 19, EM ATENÇÃO AO DECRETO MUNICIPAL N.º 061/2020 (QUE DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA) E EMBASADO NA LEI FEDERAL 13.979, ART.4º, §1º.

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

ANEXO	LOTE	ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
I	0001	01	51302	AVENTAL CIRURGICO ESTERIL TAM G	UN	100,000		35,85	3.585,00
I	0001	02	51301	AVENTAL CIRURGICO ESTERIL TAM GG	UN	50,000		35,85	1.792,50
I	0001	03	51305	AVENTAL CIRURGICO ESTERIL TAM M	UN	40,000		35,85	1.434,00
I	0001	04	51303	AVENTAL CIRURGICO ESTERIL TAM P	UN	10,000		35,85	358,50
I	0001	05	51292	AVENTAL DESC.MANGA LONGA 20GR C /10	UN	400,000		35,85	14.340,00
I	0001	06	51297	MACACAO PROTETOR TAM G	UN	160,000		79,55	12.728,00
I	0001	07	51298	MACACAO PROTETOR TAM GG	UN	80,000		79,55	6.364,00
I	0001	08	51296	MACACAO PROTETOR TAM M	UN	250,000		79,55	19.887,50
I	0001	09	51294	MACACAO PROTETOR TAM P	UN	80,000		79,55	6.364,00
I	0001	10	51299	MASCARA DE PROTECAO RESPIRATORIA N 95	UN	300,000		19,80	5.940,00
I	0001	11	51304	MASCARA DESCARTAVEL PROTECAO COM FILTRO	UN	500,000		3,92	1.960,00
I	0001	12	51293	ÓCULOS PROTEÇÃO INCOLOR	UN	50,000		26,00	1.300,00
I	0001	13	51300	PROTETOR FACIAL	UN	40,000		16,91	676,40

VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: **R\$ 76.729,90**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Departamento de Licitações e Contratos

Fls. 109
Rubrica

Pedido de Empenho / RESULTADO

Nº Processo 0068/2020	Modalidade/Nº DISP. Nº 0032/2020	Data Homologação 20/04/2020
---------------------------------	--	---------------------------------------

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA UNIDADE DE SAÚDE (NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO) DEVIDO A PANDEMIA DO COVID - 19, EM ATENÇÃO AO DECRETO MUNICIPAL Nº 061/2020 (QUE DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA) E EMBASADO NA LEI FEDERAL 13.979, ART.4º, §1º.

Dados do Fornecedor/Contrato	
Razão Social: MULTILASER INDUSTRIAL S.A.	
CNPJ: 59.717.553/0006-17	End.: R JOSEPHA GOMES DE SOUZA N : 382
Bairro: DOIS PIRES	Cep: 37640-000 Cidade: EXTREMA/MG
Nº Contrato: 0000	Data da assinatura: 20/04/2020
Telefone/Fax: (11)3616-8600	
Vigência: 20/04/2020 A 20/07/2020	

DADOS DA DOTAÇÃO	
2 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
03.13 SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA	
10.302.0014-2.054 BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC	
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
00.01.0002 00.01.0002	
CNPJ: 00.000.000/0000-00	
Ficha: 052	

ANEXO	LOTE	ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
I	0001	01	51302	AVENTAL CIRURGICO ESTERIL TAM G	UN	100,000		35,85	3.585,00
I	0001	02	51301	AVENTAL CIRURGICO ESTERIL TAM GG	UN	50,000		35,85	1.792,50
I	0001	03	51305	AVENTAL CIRURGICO ESTERIL TAM M	UN	40,000		35,85	1.434,00
I	0001	04	51303	AVENTAL CIRURGICO ESTERIL TAM P	UN	10,000		35,85	358,50
I	0001	06	51297	MACACAO PROTETOR TAM G	UN	30,000		79,55	2.386,50
I	0001	07	51298	MACACAO PROTETOR TAM GG	UN	70,000		79,55	5.568,50
I	0001	08	51296	MACACAO PROTETOR TAM M	UN	39,000		79,55	3.102,45
I	0001	09	51294	MACACAO PROTETOR TAM P	UN	30,000		79,55	2.386,50
I	0001	11	51304	MASCARA DESCARTAVEL PROTECAO COM FILTRO	UN	500,000		3,92	1.960,00
I	0001	12	51293	ÓCULOS PROTEÇÃO INCOLOR	UN	10,000		26,00	260,00
I	0001	13	51300	PROTETOR FACIAL	UN	40,000		16,91	676,40

VALOR TOTAL DO FORNECEDOR **R\$ 23.510,35**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Departamento de Licitações e Contratos

Fls 110
Rubrica

Pedido de Empenho / RESULTADO

Nº Processo **0068/2020** Modalidade/Nº **DISP. Nº 0032/2020** Data Homologação **20/04/2020**

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA UNIDADE DE SAÚDE (NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO) DEVIDO A PANDEMIA DO COVID - 19, EM ATENÇÃO AO DECRETO MUNICIPAL Nº 061/2020 (QUE DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA) E EMBASADO NA LEI FEDERAL 13.979, ART.4º, §1º.

Dados do Fornecedor/Contrato
Razão Social: **MULTILASER INDUSTRIAL S.A.**
CNPJ: **59.717.553/0006-17** End.: R JOSEPHA GOMES DE SOUZA N : 382
Bairro: DOIS PIRES Cep: 37640-000 Cidade: EXTREMA/MG Telefone/Fax: (11)3616-8600
Nº Contrato: **0000** Data da assinatura: **20/04/2020** Vigência: **20/04/2020 A 20/07/2020**

DADOS DA DOTAÇÃO
2 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.13 SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
10.301.0014-2.047 BLOCO ATENÇÃO BÁSICA
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
00.01.0002 00.01.0002
CNPJ: 00.000.000/0000-00
Ficha: **015**

ANEXO	LOTE	ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
I	0001	05	51292	AVENTAL DESC.MANGA LONGA 20GR C /10	UN	400,000		35,85	14.340,00
I	0001	06	51297	MACACAO PROTETOR TAM G	UN	130,000		79,55	10.341,50
I	0001	07	51298	MACACAO PROTETOR TAM GG	UN	10,000		79,55	795,50
I	0001	08	51296	MACACAO PROTETOR TAM M	UN	211,000		79,55	16.785,05
I	0001	09	51294	MACACAO PROTETOR TAM P	UN	50,000		79,55	3.977,50
I	0001	10	51299	MASCARA DE PROTECAO RESPIRATORIA N 95	UN	300,000		19,80	5.940,00
I	0001	12	51293	ÓCULOS PROTEÇÃO INCOLOR	UN	40,000		26,00	1.040,00

VALOR TOTAL DO FORNECEDOR **R\$ 53.219,55**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Departamento de Licitações e Contratos

Fls AAA

Rubrica

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo/MS, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados o seguinte resultado:

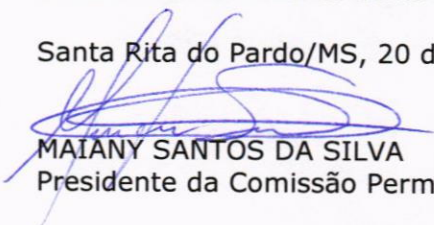
PROCESSO Nº: 0068/2020

MODALIDADE/Nº: DISP. Nº 0032/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA UNIDADE DE SAÚDE (NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO) DEVIDO A PANDEMIA DO COVID - 19, EM ATENÇÃO AO DECRETO MUNICIPAL N º 061/2020 (QUE DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA) E EMBASADO NA LEI FEDERAL 13.979, ART.4º, §1º.

Vencedor(es): MULTILASER INDUSTRIAL S.A., no Anexo I/Lote 0001 - itens: 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13, totalizando R\$ 76.729,90 (setenta e seis mil e setecentos e vinte e nove reais e noventa centavos);

Santa Rita do Pardo/MS, 20 de abril de 2020.

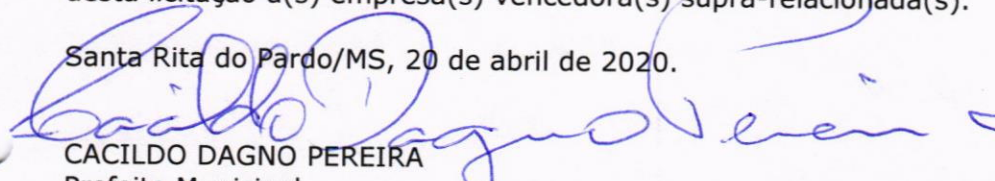

MAIANY SANTOS DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo retro epigrafado, e diante do resultado classificatórios apresentado pela CPL, HOMOLOGO o presente certame, adjudicando o objeto desta licitação a(s) empresa(s) vencedora(s) supra-relacionada(s).

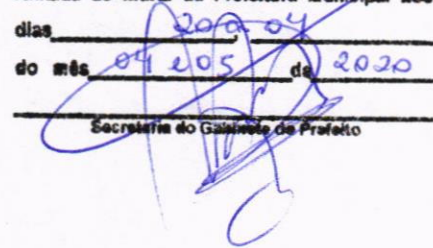
Santa Rita do Pardo/MS, 20 de abril de 2020.


CACILDO DAGNO PEREIRA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo - MS

Afinada ao mural da Prefeitura Municipal nos
dias 20 e 04

do mês 04 de 2020


Secretário do Gabinete do Prefeito

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Santa Rita do Pardo/MS, através da Presidente de Comissão de Processos de Credenciamento, torna público aos interessados o seguinte resultado:

PROCESSO Nº: 002/2020

MODALIDADE/Nº: CREDENCIAMENTO Nº 0001/2020

OBJETO: credenciamento sem exclusividade de pessoa jurídica (p) com corpo clínico especializado e equipado para prestação de serviços médicos nas especialidades de Ginecologia/Obstetrícia, Pediatria, Anestesiologia e Radiologia (Ultrassonografia Obstétrica e Ultrassonografia Geral), para atender as pacientes encaminhadas pela Rede Municipal de Saúde do Município de Santa Rita do Pardo.

Vencedor(es): Andrade & Andrade Clínica Médica S/S LTDA, CNPJ: 09.198.315/0001-60 no Anexo I/Lote 0001 - itens: 01.02.03.04.05.06.07.08, totalizando o valor anual registrado de R\$ 528.533,04 (Quinhentos e vinte e oito mil e quinhentos e trinta e três reais e quatro centavos), conforme procedimentos a serem realizados. Santa Rita do Pardo/MS, 20 de abril de 2020.

MESSIAS SAMPAIO MUNIN

Presidente

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Em decorrência do exposto no Processo Administrativo a mim apresentado, HOMOLOGO o resultado do julgamento da licitação em referência, devidamente adjudicado pela Presidente da Comissão de Processos de Credenciamentos.

Santa Rita do Pardo/MS, 20 de Abril de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Presidente Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo/MS, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados o seguinte resultado:

PROCESSO Nº: 0068/2020

MODALIDADE/Nº: DISP Nº 0032/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA UNIDADE DE SAÚDE (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro) DEVIDO A PANDEMIA DO COVID-19, EM ATENÇÃO AO DECRETO MUNICIPAL Nº 061/2020 (QUE DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGENCIA EM SAÚDE PÚBLICA) E EMBASADO NA LEI Nº 13.979, ART. 4º, §1º.

Vencedor(es): MULTILASER INDUSTRIAL S.A., no Anexo I/Lote 0001 - itens: 1.2.3.4.5.6.7.8.9.10.11.12.13, totalizando R\$ 76.729,90 (setenta e seis mil e setecentos e vinte e nove reais e noventa centavos); Santa Rita do Pardo/MS, 20 de abril de 2020.

MAIANY SANTOS DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo retro epígrafado, e diante do resultado classificatório apresentado pela CPL, HOMOLOGO o presente certame, adjudicando o objeto desta licitação a(s) empresa(s) vencedora(s) supra-relacionada(s).

Santa Rita do Pardo/MS, 20 de abril de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Presidente Municipal

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - ERICKIA

EDITAL

TOMADA DE PREÇO Nº 09/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO 050/2020

Retificação do edital alusivo ao processo licitatório nº 050/2020, Tomada de Preço Nº 09/2020. Cujos objetos a Contratação de empresa de engenharia para a construção do prédio para as polícias Civil e Militar do Município de Santa Rita do Pardo - MS. Data de abertura 05/05/2020 às 09:00horas (horário oficial do estado de Mato Grosso do Sul) no que se refere ao objeto de licitação, conforme adiante segue: Onde se lê O objeto desta licitação é a Contratação de empresa de engenharia para a construção do prédio para as polícias Civil e Militar do Município de Santa Rita do Pardo - MS.

Leia-se O objeto desta licitação é a Contratação de empresa de engenharia/arquiteta para a construção do prédio para as polícias Civil e Militar do Município de Santa Rita do Pardo - MS.

A data de abertura permanecerá a mesma

Santa Rita do Pardo/MS, 20 de abril de 2020.

Signatário: MAIANY SANTOS DA SILVA

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1059/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 012/2019 proc 83/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADAS:MALLONE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Aquisição de material de expediente diversos para manutenção das escolas do ensino fundamental do Município de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.10 - Secretaria de Educação Cultura Esporte e Lazer

12.361.0010-2.018 Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR:758,70(Setecentos e cinquenta e oito reais e setenta centavos)

DATA: 01 Abrilde 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. CacildoDagno Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1060/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 012/2019 proc 83/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADAS:SONIA MARIA DA SILVA PAPELARIA ME

OBJETO: Aquisição de material de expediente diversos para manutenção das escolas do ensino fundamental do Município de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.10 - Secretaria de Educação Cultura Esporte e Lazer

12.361.0010-2.018 Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR:475,60(Quatrocentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos)

DATA: 01 Abrilde 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. CacildoDagno Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1012/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 012/2020 proc 083/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADAS:MALLONE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Aquisição de material de expediente diversos para manutenção da Vigilância em SaúdeMunicípio de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.304.0014-2.057BlocoVigilância em Saúde

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR:90,00(Noventa Reais)

DATA: 01 Abrilde 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. CacildoDagno Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1013/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 012/2020 proc 083/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADAS:MALLONE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Aquisição de material de expediente diversos para manutenção da Vigilância em SaúdeMunicípio de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.304.0014-2.057BlocoVigilância em Saúde

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR:90,00(Noventa Reais)

DATA: 01 Abrilde 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. CacildoDagno Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1013/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 012/2020 proc 083/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADAS:MALLONE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Aquisição de material de expediente diversos para manutenção da Vigilância em SaúdeMunicípio de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.304.0014-2.057BlocoVigilância em Saúde

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR:90,00(Noventa Reais)

DATA: 01 Abrilde 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. CacildoDagno Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1013/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 012/2020 proc 083/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADAS:MALLONE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Aquisição de material de expediente diversos para manutenção da Vigilância em SaúdeMunicípio de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.304.0014-2.057BlocoVigilância em Saúde

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR:90,00(Noventa Reais)

DATA: 01 Abrilde 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. CacildoDagno Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1013/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 012/2020 proc 083/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADAS:MALLONE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Aquisição de material de expediente diversos para manutenção da Vigilância em SaúdeMunicípio de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.304.0014-2.057BlocoVigilância em Saúde

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR:90,00(Noventa Reais)

DATA: 01 Abrilde 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. CacildoDagno Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1013/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 012/2020 proc 083/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADAS:MALLONE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Aquisição de material de expediente diversos para manutenção da Vigilância em SaúdeMunicípio de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.304.0014-2.057BlocoVigilância em Saúde

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR:90,00(Noventa Reais)

DATA: 01 Abrilde 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. CacildoDagno Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1013/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 012/2020 proc 083/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADAS:MALLONE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Aquisição de material de expediente diversos para manutenção da Vigilância em SaúdeMunicípio de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.304.0014-2.057BlocoVigilância em Saúde

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR:90,00(Noventa Reais)

DATA: 01 Abrilde 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. CacildoDagno Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1013/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 012/2020 proc 083/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADAS:MALLONE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Aquisição de material de expediente diversos para manutenção da Vigilância em SaúdeMunicípio de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.304.0014-2.057BlocoVigilância em Saúde

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR:90,00(Noventa Reais)

DATA: 01 Abrilde 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. CacildoDagno Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1013/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 012/2020 proc 083/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADAS:MALLONE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Aquisição de material de expediente diversos para manutenção da Vigilância em SaúdeMunicípio de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.304.0014-2.057BlocoVigilância em Saúde

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR:90,00(Noventa Reais)

DATA: 01 Abrilde 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. CacildoDagno Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1013/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 012/2020 proc 083/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADAS:MALLONE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Aquisição de material de expediente diversos para manutenção da Vigilância em SaúdeMunicípio de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.304.0014-2.057BlocoVigilância em Saúde

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR:90,00(Noventa Reais)

DATA: 01 Abrilde 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. CacildoDagno Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1013/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 012/2020 proc 083/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADAS:MALLONE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Aquisição de material de expediente diversos para manutenção da Vigilância em SaúdeMunicípio de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.304.0014-2.057BlocoVigilância em Saúde

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR:90,00(Noventa Reais)

DATA: 01 Abrilde 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. CacildoDagno Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1013/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 012/2020 proc 083/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADAS:MALLONE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Aquisição de material de expediente diversos para manutenção da Vigilância em SaúdeMunicípio de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Pública

10.304.0014-2.057BlocoVigilância em Saúde

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR:90,00(Noventa Reais)

DATA: 01 Abrilde 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. CacildoDagno Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 1013/2020

Handwritten notes on a lined page

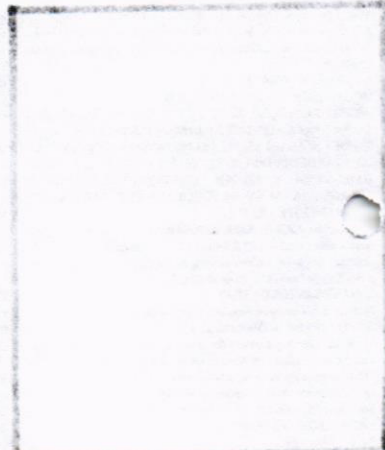


In the second section, the author describes the methodology used for data collection. This involves a series of controlled experiments designed to isolate the variables being studied. The results of these experiments are then compared against theoretical models to assess their validity.

The third section provides a detailed analysis of the data obtained. The author identifies several trends and patterns that are consistent with the initial hypotheses. However, there are also some discrepancies that require further investigation. The author suggests that these anomalies may be due to external factors or limitations in the experimental setup.

The final section of the document summarizes the findings and offers conclusions based on the evidence presented. The author concludes that the data strongly supports the initial hypotheses, but also highlights the need for continued research to address the remaining questions. The document ends with a list of references and a bibliography.



The following section details the specific steps taken during the data collection process. It includes a list of the equipment used, the locations of the experiments, and the specific conditions under which the data was gathered. The author also provides a timeline of the project, showing the progression from the initial planning stage to the final analysis.

In the next section, the author discusses the challenges encountered during the project. These include issues with data recording, equipment malfunctions, and unexpected environmental factors. The author explains how these challenges were overcome and how they affected the final results.

The final section of the document is a conclusion that summarizes the main findings of the study. The author states that the data collected is highly reliable and that the results are consistent with the theoretical models. The author also suggests that the findings have important implications for the field of study and that further research is needed to explore these implications further.

The document concludes with a list of references and a bibliography. The references include books, articles, and other sources that were consulted during the research process. The bibliography lists the specific pages and sections of the document that are relevant to each reference.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Departamento de Licitações e Contratos

FIC 113
Rubrica

EXTRATO DE CONTRATO

Dispensa nº 0032/2020

Processo nº 0068/2020

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO/MS e a empresa MULTILASER INDUSTRIAL S.A.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA UNIDADE DE SAÚDE (NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO) DEVIDO A PANDEMIA DO COVID - 19, EM ATENÇÃO AO DECRETO MUNICIPAL N° 061/2020 (QUE DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA) E EMBASADO NA LEI FEDERAL 13.979, ART.4º, §1º.

Dotação Orçamentária: 2 - 03.03.13-10.301.0014-2.047-3.3.90.30.00-00.01.0002 - Ficha: 015

2 - 03.03.13-10.302.0014-2.054-3.3.90.30.00-00.01.0002 - Ficha: 052

Valor: R\$ 76.729,90 (setenta e seis mil e setecentos e vinte e nove reais e noventa centavos)

Vigência: 20/04/2020 à 20/04/2020

Data da Assinatura: 20/04/2020

Fundamento Legal: LEI FEDERAL 13.979, ART.4º, §1º e DECRETO MUNICIPAL N° 061/2020.

Assinam: CACILDO DAGNO PEREIRA, pela contratante e MULTILASER INDUSTRIAL S.A., pela contratada.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo MS
Afixada ao mural da Prefeitura Municipal nos
dias 20 de 04
do mês de 2020
Secretaria do Gabinete do Prefeito



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Fic. 114
Rubrica

ASSESSORIA JURÍDICA - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO - MS

Parecer Jurídico

MODALIDADE DISPENSA Nº 032/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 068/2020

OBJETO: Parecer Jurídico Revogação Processo

**EMENTA: LICITAÇÃO. PARECER ARTIGO 40 DA
LEI FEDERAL Nº 8.666/93.**

RELATÓRIO

Vem ao exame desta Assessoria Jurídica, o presente processo administrativo epigrafoado, tendo por objeto o descrito no preâmbulo desta, de maneira que, em observância às disposições contidas na Lei nº 8.666/93, emitimos parecer acerca do procedimento em alusão, notadamente de sua revogação.

PARECER

A proposição tem por objetivo a **REVOGAÇÃO** da licitação para prestação de serviços epigrafoados.

Vem ao exame desta Assessoria Jurídica o processo administrativo epigrafoado, objetivando a revogação pelos motivos que levaram à tomada desta decisão.

DO DIREITO

Estabelece a Lei Federal nº 8666/93, que a Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Art. 3º. Lei 8666/93).

A licitação se materializa no mundo fenomênico através daquilo que se chama processo licitatório administrativo.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Fic. 115

Rubrica

Por processo, se entende o meio material através do qual se registra os procedimentos que precedem o ato final, entendendo-se concomitantemente o procedimento como a sucessão de atos preparatórios que devem obrigatoriamente preceder a prática do ato final.

Logo, por procedimento licitatório, se entende o devido procedimento legal licitatório, observando os dispositivos legais vigentes, fazendo um paralelo com o devido processo legal, cuja figura jurídica é uma conquista do pensamento jurídico, pelo qual, através de uma série de atos preparatórios do ato final, se busca o fim objetivado pela Administração, qual seja, as finalidades públicas essenciais à manutenção do Estado, até a adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

No caso dos autos, o processo licitatório fora validamente instaurado, tendo, igualmente, tramitado sem vícios, no nosso entendimento.

Todavia, em razão de que o Edital necessita ser alterado, de modo a que haja a especificação devida do que se pretende licitar, bem como necessitando serem alterados os demais itens que se inserem nos atos internos e preparatórios do certame, o que somente se verificou após tramitado o processo, a Administração, segundo se coligi dos autos, necessita revogar o certame.

Portanto, parte-se do pressuposto de que os atos administrativos do referido processo licitatório foram legítimos e perfeitamente válidos, e, em virtude de que somente neste momento se verifica o equívoco editalício, se o considera como **motivo de verificação superveniente**, pelo qual não há que se falar de anulação, mas sim em REVOGAÇÃO.

O ato revogável é aquele que a Administração, e somente ela, pode invalidar por motivos de conveniência, oportunidade ou justiça (mérito administrativo).

Fato é que nesses atos devem ser respeitados todos os efeitos já produzidos, porque decorrem de manifestação válida da Administração, gerando a revogação efeitos *ex nunc*.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Em princípio, todo ato administrativo é revogável até que se torne irretratável para a Administração, quer por ter exaurido seus efeitos ou seus recursos, quer por ter gerado direito subjetivo para o beneficiário ou parte interessada na sua manutenção.

Assim, a **REVOGAÇÃO** é a **supressão** de um ato administrativo legítimo e eficaz, realizada pela Administração - e somente por ela - **por não mais lhe convir sua existência**.

Dita faculdade encontra fundamento jurídico no **poder discricionário** de que dispõe a Administração para **rever** sua atividade interna e encaminhá-la, adequadamente, à realização de seus fins específicos. A revogação opera efeitos *ex nunc*, ou seja, os efeitos que a precederam, esses permanecem de pé.

Outrossim, a revogação de um ato administrativo é realizada pelo próprio órgão que o criou ou pelo superior hierárquico, cabendo exclusivamente à Administração o instituto da revogação.

Assim, desde que o Administrador possa revogar a ato inconveniente, sua invalidação não obrigará o Poder Público a indenizar quaisquer prejuízos presentes ou futuros que a revogação eventualmente ocasione, porque a obrigação da Administração é apenas a de manter os efeitos passados do ato revogado.

Destarte, a revogação existe e está condicionada à **conveniência** e **oportunidade** da Administração, conforme prescrição legal do artigo 49 da Lei nº 8.666/93. A motivação da revogação já fora expendida, é o fundamento para a revogação.

Acerca dos direitos dos Licitantes que já tenham apresentado proposta ou despendido custos para participar do certame, tal não gera direito à contratação. É que no dizer da doutrina mais abalizada, o adjudicatário tem **mera EXPECTATIVA de direito de contratar e direito adquirido de não ser preterido em hipótese de contratação.**



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A *Rubrica*
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Em idêntico talvez sedimenta-se a orientação jurisprudencial:

Pode a Administração revogar a licitação por interesse público e deve anular, inclusive, os atos homologatórios, por ilegalidade. Induvidoso o prejuízo do Estado. Evidenciada a existência de ilegalidade ou dos vícios graves que levaram a essa constatação, a anulação se impunha, mesmo depois de homologada a concorrência em favor de um dos licitantes, pois o vencedor é titular de simples expectativa de direito à contratação. Exige-se, porém, que o ato de invalidação esteja plenamente justificado e que não resulte no benefício de outro concorrente, em detrimento do vencedor...¹

Logo, havendo os pressupostos da **conveniência e oportunidade** e observância dos **princípios** da administração, notadamente da eficiência e da economicidade, não há lesão ao bem jurídico ou interesse de terceiros, inexistindo nos autos o dever de indenização a terceiros, mas apenas e exclusivamente a preservação do interesse público, pelo que, há campo fértil à revogação da licitação.

Dessa maneira, segundo a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, *possui competência para revogar o ato, por motivos de conveniência e oportunidade, aquele que o praticou.*

O artigo 49, caput, da Lei 8.666/93, estabelece que a autoridade competente para a aprovação do procedimento poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, adiante invocado:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

¹ STJ, ROMS 1717/PR, 2ª Turma, DJU 14/12/92.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Fls 118

Rubrica

A Suprema Corte da Justiça Brasileira, o STF, já entendeu que o poder público poderá revogar seus atos, motivados pela conveniência ou oportunidade, senão vejamos:

Súmula nº 473 do STF: "A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada em tais casos a apreciação judicial."

Nesse âmbito, outrossim, a mais autorizada jurisprudência:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INTERPRETAÇÃO ERRÔNEA DE CLÁUSULA DO EDITAL POR VÁRIOS LICITANTES. REVOGAÇÃO. LEGALIDADE. I – As normas do procedimento licitatório, veiculadas no edital, fazem lei entre as partes, não podendo a licitação, portanto, ser emendada para corrigir equívoco de vários licitantes na interpretação das normas editalícias. II – **A licitação pode ser revogada por motivo de conveniência ou oportunidade da Administração, a fim de proporcionar maior competitividade ao certame.** III – Apelação provida. Remessa oficial prejudicada." (TRF1ª R. - AMS 2001.38.00.032720-0/MG. Rel. Juíza Daniele Maranhão Costa Calixto. 5ª Turma. Maioria. DJ 2 de 21/02/2003.) (grifamos)

Igualmente, a revogação poderá ser praticada a qualquer tempo, tal qual assinalado pela mais autorizada doutrina, *verbis*:

A revogação pode ser praticada a qualquer tempo. ...

Poderá revogar a adjudicação e a homologação anteriores, evidenciando que a nova situação fática tornou inconveniente ao interesse coletivo ou supra-individual a manutenção do ato administrativo anterior.²

² JUNTEM FILHO, Marçal. In Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, Editora Dialética, 11ª Edição. São Paulo – SP. Págs. 461/462.

MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ



ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE 15 DE ABRIL DE 2010

A presente Ata de Reunião do Conselho Municipal de Educação, de 15 de Abril de 2010, foi elaborada por este Conselho Municipal de Educação, em conformidade com o que dispõe o Estatuto da Educação Municipal, de 15 de Abril de 2010.

Em 15 de Abril de 2010, às 14h30, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação, sob a presidência do Sr. Carlos Roberto de Souza, Presidente do Conselho. A reunião foi realizada no Auditório do Centro Cultural de Santa Rita do Paraná, sob a presidência do Sr. Carlos Roberto de Souza, Presidente do Conselho. A reunião foi aberta com o Hino Nacional e o Hino do Município de Santa Rita do Paraná. Em seguida, o Sr. Carlos Roberto de Souza, Presidente do Conselho, fez um breve relato sobre a atuação do Conselho Municipal de Educação no primeiro trimestre de 2010. Em seguida, foram discutidos os assuntos da ordem do dia, sendo aprovados os seguintes itens:

1. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O ANO DE 2010.

2. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

3. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

4. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

5. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

6. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

7. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

8. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

9. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

10. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

11. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

12. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

13. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

14. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

15. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

16. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

17. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

18. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

19. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

20. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

21. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

22. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).

23. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FUNDEF).



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

À luz do exposto, havendo o atendimento aos preceitos legais que regem a matéria, especialmente a **oportunidade e conveniência**, donde emerge o interesse público acerca da competitividade, sendo este pertinente e suficiente a justificar a revogação, opinamos pela possibilidade jurídica **REVOGAÇÃO** do procedimento em análise, nos termos do artigo 49 da lei 8.666/93, não havendo, assim, no entendimento deste adiante signatário, óbice jurídico à revogação.

É o parecer, o qual submetemos à apreciação superior.

Santa Rita do Pardo (MS), 27 de abril de 2020.

Everton Faleiro de Pádua

ASSESSORIA JURÍDICA MUNICÍPIO
OAB/PR 36.866
OAB/MS 10.757-A
Matrícula nº 541



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE (067) 3591-1123
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Fol. 120
Rubrica

DESPACHO

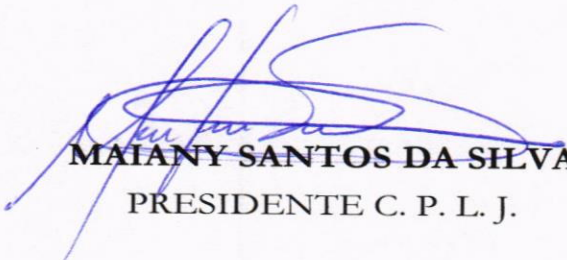
REVOGAÇÃO DE PROCESSO DISPENSA Nº 32/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2020

Despacho de **REVOGAÇÃO** do Processo do Pregão Presencial cujo objeto é a aquisição de materiais de consumo hospitalar, para atender as demandas da unidade de saúde (nossa senhora do perpetuo socorro) devido a pandemia do COVID - 19, em atenção ao decreto municipal n º 061/2020 (que decreta situação de emergência em saúde pública) e embasado na lei federal 13.979, art.4º, §1º.

A PRESIDENTE, no uso das suas atribuições, comunica a todos os interessados que promove e torna pública a **REVOGAÇÃO** do processo de dispensa epigrafado, destinado à aquisição de materiais de consumo hospitalar, para atender as demandas da unidade de saúde (nossa senhora do perpetuo socorro) devido a pandemia do COVID - 19, em atenção ao decreto municipal n º 061/2020 (que decreta situação de emergência em saúde pública) e embasado na lei federal 13.979, art.4º, §1º., por haver inconsistências nos quantitativos, o que faço com arrimo no artigo 49 da lei de licitações e contratos administrativos, e, também, nas Súmulas nº 346 e 473, do STF, Assim, fica REVOGADA a licitação epigrafada.

Santa Rita do Pardo - MS, 27 de abril de 2020.


MAIANY SANTOS DA SILVA
PRESIDENTE C. P. L. J.

TERMO DE FÉ

REVOGAÇÃO DE FÉ

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 12.345/2012

O presente termo de fê tem por objeto a revogação da fê nº 12.345/2012, emitida em 12 de março de 2012, que determinava a suspensão do processo administrativo nº 12.345/2012, em razão da falta de interesse do interessado em continuar a tramitação do processo.

A fê nº 12.345/2012 foi emitida em 12 de março de 2012, com base no artigo 17, inciso I, da Lei nº 12.345/2012, que dispõe sobre a tramitação dos processos administrativos. O presente termo de fê tem por objetivo a revogação da fê nº 12.345/2012, em razão da falta de interesse do interessado em continuar a tramitação do processo.

PROCURADORIA MUNICIPAL - N.º 12.345/2012

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

Fio 121

DECRETO Nº. 086/2020 DE 29 DE ABRIL DE 2020.

"ALTERA O DECRETO Nº 047/2020 DE 04 DE MARÇO DE 2020 QUE REGULAMENTA A ARRECAÇÃO DO IPTU NO LOTEAMENTO DA SEDE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DO LOTEAMENTO PORTO SEGURO, NO EXERCÍCIO FISCAL DE 2020, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO as disposições do Código Tributário do Município (Lei Complementar nº 007/2006);

CONSIDERANDO as disposições da Lei Complementar 005/2014;

CONSIDERANDO a Lei Orgânica do Município;

CACILDO DAGNO PEREIRA, Prefeito de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, no pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei DECRETA:

Artigo 1º. "O artigo 1º, caput, do DECRETO Nº 047/2020 DE 04 DE MARÇO DE 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 1º. "O imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, em observância aos princípios que informam a matéria, e, de acordo com a legislação vigente, poderá ser pago numa única parcela, com 30% (trinta por cento) de desconto na quota única, até o dia 30 de julho deste ano/exercício fiscal de 2020 ou, ainda, poderá ser parcelado em até 05 (cinco) vezes/parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento até o dia 30 de julho deste ano/exercício fiscal de 2020, sendo as demais parcelas com vencimento subsequente em 31 de Agosto, 30 de Setembro, 30 de Outubro e 30 de Novembro do corrente ano.

Artigo 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de abril de 2020.

Cacildo Dagno Pereira - Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração e Governo na data acima e afixado no local de costume. Publicado na imprensa oficial do Município.

Oziel Dias Leal - Secretário de Administração e Governo

CEPSS

"COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO"

SANTA RITA DO PARDO - MS.

Edital 052.020-Resultado Final

O Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Saúde Pública do Município de Santa Rita do Pardo - MS, instituída pelo Decreto nº 069/2.020 de 01 de abril de 2020, publicado no Diário Oficial do Município, Jornal da Cidade, edição nº 1.683 de 02 de abril de 2020 torna público, torna público, para conhecimento dos interessados, o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado SESP 02/2.020 da Secretaria Municipal de Saúde Pública, conforme anexo único deste edital.

Santa Rita do Pardo - MS, 29 de abril de 2020.

Ass: Sampaio Mimin - Presidente CEPSS

no nº 069/2.020

Edital 042.020.

RESULTADO FINAL

Processo Seletivo Simplificado Edital SESP 02/2.020

Nível Superior

Nutricionista

Inscrição NOME RG Pontuação

01 Angelica Sauri Martins Utida 40.554.777-8 SSP/SP 44

Nível Médio

Inscrição NOME RG Pontuação

01 Sara Guedes Nogueira 2.230.526 SSP/MS 12

02 Sérgio Roberto Fagundes Pereira Filho 2.364.142 SSP/MS 4

03 Taislan Henrique Orlandi Passarin 001.123.769 SSP/MS 0*

04 Fernanda da Silva 001.577.892 SSP/MS 0*

05 Elizete Vieira 001.721.537 SSP/MS 0*

06 Demer Ribeiro Santos 543.640.164 SSP/MS 0*

07 Gustavo Henrique de Freitas Braga 63.162.757-1 SSP/MS 0*

Agente Comunitário de Saúde - ACS.

Inscrição NOME Pontuação

01 Rafael de Lima Souza 001.601.220 SSP/MS 28

02 Scarlet Mikaela Gregório Uchida 57.157.117-7 SSP/SP 21

03 Nidia Fernanda de Castro 00.769.416-6 SSP/SP 10

04 Tatiana Lima da Silva 001.038.852 SSP/MS 0*

05 Taislan Henrique Orlandi Passarin 001.123.769 SSP/MS 0*

06 Juliana Souza dos Santos 001.622.953 SSP/MS 0*

07 Deolinda Martinez Giffredo 2.073.669 SSP/MS 0*

08 Beatriz Mendes da Silva 60.008.378-0 SSP/SP 0*

09 Edneia Lima Coelho de Moraes 2.371.900 SSP/MS 0*

10 Ana Laura Nascimento Novais 1.934.359 SSP/MS 0*

11 Lelys Lima Deleclero 37.8940.569-X SSP/SP 0*

* 6. Critério de Desempate

6.1 Verificando-se a ocorrência de empate em relação às notas recebidas por dois ou mais candidatos, terá preferência na ordem classificatória, sucessivamente, o candidato que apresentar idade mais avançada.

LEI COMPLEMENTAR Nº 007, DE 28 DE ABRIL DE 2020.

"Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção da Contribuição para o Custeio de Iluminação Pública (COSIP) aos contribuintes vinculados às unidades consumidoras enquadradas na Tarifa 6 e das outras providências".

O Prefeito de Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANÇIONA A SEQUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - No período de 1º de abril a 30 de junho de 2020, ficam isentos do pagamento da Contribuição para o Custeio de Iluminação Pública (COSIP), os contribuintes vinculados às unidades consumidoras enquadradas na Tarifa Social, cujo consumo seja inferior a 220 (duzentos e vinte) kWh/mês.

§1º - A isenção será concedida somente a uma única unidade consumidora por família de baixa renda.

§2º - Para receber o benefício estipulado no caput, a unidade consumidora deverá estar devidamente cadastrada na Concessionária de Energia Elétrica como categoria de Tarifa Social e não poderá ultrapassar de 220 (duzentos e vinte) kWh/mês.

Art. 2º - Fica autorizado ao Poder Executivo a edição de Decreto para regulamentar os procedimentos administrativos de verificação das unidades consumidoras que atendam à condição estabelecida no artigo 1º desta Lei junto à Concessionária de Energia Elétrica, bem como instituir os demais regulamentos necessários à implementação da presente.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de Abril de 2020.

Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, 28 de abril de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA - PREFEITO

DECRETO Nº 083/2020, DE 29 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei Municipal nº 1.130/2015, que dispõe sobre o programa municipal de agricultura urbana no âmbito do Município de Santa Rita do Pardo - MS, e das outras providências.

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar e efetivamente colocar em prática as ações necessárias à implementação da agricultura urbana no âmbito do Município de Santa Rita do Pardo;

O Prefeito em Exercício do Município de SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - O Programa Municipal de Agricultura Urbana destina-se a:

- I - complementação alimentar das famílias cadastradas junto à entidade administradora do Programa;
- II - otimizar o aproveitamento dos espaços urbanos;
- III - geração e complementação de renda;
- IV - melhoria da segurança alimentar e da saúde da população;
- V - melhorar o meio ambiente urbano mediante o zelo dos espaços ociosos;
- VI - desenvolver hortas comunitárias;
- VII - aumentar a produção agrícola no território municipal;
- VIII - ampliar as condições de acesso à alimentação e aumentar a disponibilidade e diminuir os custos de alimentos, inclusive para autoconsumo;
- IX - gerar empregos e renda, especialmente por meio da agregação de valor aos produtos;
- X - estimular práticas alimentares e hábitos de vida saudáveis, bem como promover o patrimônio agroalimentar carioca;
- XI - promover o trabalho familiar e de cooperativas, associações e outras organizações da

economia popular e solidária;

XII - estimular práticas agroecológicas de cultivo benéfico que previnam, combatam e controlem a poluição e a erosão em quaisquer de suas formas, protejam a flora, a fauna e a paisagem natural e tenham como referência a agricultura sustentável;

XIII - valorizar e salvaguardar o conhecimento tradicional na produção agrícola;

XIV - estimular soluções baratas e de baixo impacto socioambiental para a logística necessária para a produção e venda de alimentos provenientes da agricultura urbana;

XV - garantir locais de venda para os produtos provenientes da agricultura urbana seja em feiras, mercados ou centros de distribuição.

Art. 2º - O Poder Executivo empreenderá as seguintes ações para a consecução dos objetivos do programa Agricultura Urbana:

I - manutenção de cadastro dos projetos desenvolvidos no seu âmbito;

II - coordenação das ações destinadas à consecução dos seus objetivos;

III - análise da viabilidade técnica e econômica das ações e dos programas a serem desenvolvidos;

IV - orientação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução das ações e dos projetos desenvolvidos;

V - viabilização do suporte técnico necessário ao desenvolvimento de suas ações, notadamente a transmissão dos conhecimentos e técnicas de cultivo e tratamentos culturais em AU de plantas medicinais, ervas aromáticas, especiarias, frutas, verduras e legumes;

VI - estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas, a fim de potencializar as suas ações;

VII - desenvolvimento de atividades de formação profissional, especialmente nas áreas da produção, da administração e da comercialização;

VIII - estabelecimento de parcerias com organizações não governamentais, universidades e outras instituições de ensino, visando à realização de cursos e outras atividades pedagógicas;

IX - viabilizar a patrulha mecanizada composta por todo maquinário e implementos agrícolas e não agrícolas necessários para viabilização dos espaços, bem como a formação do solo para as atividades de agricultura no âmbito urbano, com ênfase especialmente na agricultura familiar e de pessoas em condição de hipossuficiência econômica e vulnerabilidade social, sendo autorizado o uso de maquinário e pessoal da administração pública na consecução dos objetivos da agricultura urbana, como condição indispensável ao incentivo à produção e manutenção dessas atividades;

X - manutenção de cadastro dos projetos desenvolvidos no seu âmbito;

XI - implementação da compostagem em consonância com o Plano Municipal de Saneamento;

XII - Acompanhamento e cadastramento das pessoas ou entidades atendidas pelo programa, com estabelecimento de metas e efetiva implementação de ações para o cultivo do solo, devendo os beneficiários serem acompanhados e fiscalizados como meio de controle e avaliação da necessidade de acompanhamento técnico pelo órgão de produção e desenvolvimento rural da Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico - SEIMADE, Setor de Produção e Desenvolvimento Rural.

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal incentivará a agricultura urbana, realizando serviços com máquinas, equipamentos e implementos do Município em terrenos urbanos públicos ou privados, para implantação de área agrícola.

Art. 4º - A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEIMADE, por meio do SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL, fica incumbida da implementação, gestão, cadastramento e acompanhamento, bem como pelo planejamento das ações e serviços necessários inclusive da patrulha rural, seu maquinário e implementos, para o preparo, correção e adequação do solo, bem como pela orientação técnica dos beneficiários, visando a efetiva produção pretendida pela Lei Municipal nº 1.130/2015.

Art. 5º - A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEIMADE, por meio do SETOR DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL, deverá realizar o efetivo acompanhamento e avaliar o atingimento dos objetivos primados pela Lei Municipal nº 1.130/2015, e, eventuais pessoas ou associações ou agremiações contempladas pelas ações da Municipalidade, que não implementarem a agricultura urbana nos imóveis urbanos atendidos pelo presente programa, serão registrados e não mais poderão ser contemplados por ações da Municipalidade, com exceção apenas à orientação técnica, fica permanentemente disponível aos eventuais interessados.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor e produz efeitos na data de sua publicação, e revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de abril de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA - PREFEITO

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração e Governo na data acima e afixado no local de costume. Publicado na imprensa oficial do Município.

ELIAS SIB DA SILVA LIMA

SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEIMADE

DECRETO Nº 085/2020, DE 29 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a antecipação do recenseamento escolar do ano letivo de 2020, nas escolas da rede municipal de ensino, decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município de SANTA RITA DO PARDO, e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19), e das outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelos artigos 23, inciso II, § 3º, inciso I, artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais.

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 170, incisos I e II, e artigos 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever de executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando o dever do Município combater as doenças específicas, contagiosas e infecciosas;

Considerando a necessidade de mitigação de disseminação da doença em face dos elevados riscos de saúde pública;

Considerando a necessidade de ampliação das medidas de prevenção do contágio da doença COVID-19, e as recomendações do Centro Operacional de Emergências;

Considerando o disposto no art. 18 e 32, da Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, D E C R E T A:

Artigo 1º - Alteram-se os calendários das escolas municipais do Município de Santa Rita do Pardo-MS, aprovados pelos Decretos nº 022/2020, de 27/01/2020, nº 023/2020, de 27/01/2020, nº 025/2020, de 27/01/2020, e nº 026/2020, de 27/01/2020.

Artigo 2º - O recenseio de 15 dias, previsto no art. 82, da LC nº 012/2007, para os profissionais da Educação Básica nas funções de docência e de coordenação pedagógica, excepcionalmente, neste exercício letivo, terá início em 04 de maio, e estender-se-á até 18 de maio de 2020.

Artigo 3º - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, adotará medidas complementares para a adequação do Calendário Escolar para o ano letivo de 2020.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência por 90 (noventa) dias, podendo ser renovado, por igual período, caso persista a epidemia.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, 29 de abril de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA - Prefeito

KATIA CRISTINA DA SILVA

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL

DESPACHO

REVOGAÇÃO DE PROCESSO DISPENSA Nº 32/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2020

Dispõe sobre a REVOGAÇÃO do Processo do Pregão Presencial cujo objeto é a aquisição de materiais de consumo hospitalar, para atender as demandas da unidade de saúde (nossa senhora do perpetuo socorro) devido a pandemia do COVID - 19, em atenção ao decreto municipal nº 061/2020 (que decreta situação de emergência em saúde pública) e embaixo na lei federal 13.979, art. 4º, §1º.

A PRESIDENTE, no uso das suas atribuições, comunica a todos os interessados que promove e torna pública a REVOGAÇÃO do processo de dispensa epígrafa, destinado à aquisição de materiais de consumo hospitalar, para atender as demandas da unidade de saúde (nossa senhora do perpetuo socorro) devido a pandemia do COVID - 19, em atenção ao decreto municipal nº 061/2020 (que decreta situação de emergência em saúde pública) e embaixo na lei federal 13.979, art. 4º, §1º, por haver inconsistências nos quantitativos, o que faço com arrimo no artigo 49 da lei de licitações e contratos administrativos, e, também, nas Súmulas nº 346 e 473, do STF, Assim, fica REVOGADA a licitação epígrafa.

Santa Rita do Pardo - MS, 27 de abril de 2020.

MAIANY SANTOS DA SILVA

PRESIDENTE C. P. L. J.

EDITAL Nº. 005/2020

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS PERTENCENTES AO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO/MS.

CACILDO DAGNO PEREIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, torna público, a INCLUSÃO DO CARGO DE ENGENHEIRO AGRÔNOMO no Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargos pertencentes ao quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo/MS, conforme segue:

1. ANEXO I - DOS CARGOS, REQUISITOS, ATRIBUIÇÕES, VAGAS, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS:

1.1. A inclusão do cargo de ENGENHEIRO AGRÔNOMO, passando a constar:

CARGO	VAGAS	REQUISITOS/REQUISITOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO (R\$)
ENGENHEIRO AGRÔNOMO	01	Ensino Superior Completo em Engenharia Agrônoma Registro Profissional no CREA-MS ou conselho da categoria profissional respectiva	40hs	R\$3.247,82

ATRIBUIÇÕES DO CARGO: Desempenhar atividades de elaboração desenvolvimento e supervisão de projetos referentes a processos produtivos agropecuários e agroindustriais, no sentido de possibilitar maior rendimento e qualidade da produção, garantir a reprodução dos recursos materiais e a melhoria da qualidade de vida das populações; Elaborar, coordenar, orientar, executar programas e projetos relativos às políticas agrícolas do Município, bem como executar outras atividades que, por sua natureza, estejam inseridas no âmbito das atribuições do cargo e da área de atuação; Realizar visitas; Orientar sobre processos agropecuários, cooperativos, sindicais e outras formas de organizações agrícolas; Promover o desenvolvimento de arborização pública; Participar na discussão e interagir na elaboração das propostas de legislação ambiental e especial no Plano Diretor e matérias correlatas. Desempenhar outras atividades afins ao cargo; Elaborar métodos e técnicas de cultivo de acordo com tipos de solo e clima, efetuando estudos, experiências e analisando resultados obtidos, para melhorar a germinação de sementes, o crescimento de plantas, a adaptabilidade de cultivo e o rendimento das colheitas; Estudar os efeitos da rotatividade, drenagem irrigação, adubagem e condições climáticas sobre culturas agrícolas, realizando experiências e analisando seus resultados nas fases da semeadura, cultivo e colheita, para determinar as técnicas de tratamento do solo e a exploração agrícola mais adequada a cada tipo de solo e clima; Elaborar novos métodos de combate às ervas daninhas, enfermidades da lavoura e pragas de insetos, e/ou aprimorar os já existentes, baseando-se em experiências e pesquisas, para preservar a vida das plantas e assegurar o maior rendimento possível do cultivo; Orientar agricultores e outros trabalhadores agrícolas do Município sobre sistemas e técnicas de exploração agrícola, fornecendo indicações, épocas e sistemas de plantio, custo dos cultivos, variedades a serem empregadas e outros dados pertinentes, para aumentar a produção e conseguir variedades novas ou melhoradas, de maior rendimento, qualidade e valor nutritivo; Prestar assistência técnica aos servidores responsáveis pela manutenção e funcionamento de viveiro de mudas pertencente ao Município, fornecendo informações sobre novas tecnologias de plantio, auxiliando na resolução de problemas bem como, por medidas visando o aumento de produtividade e qualidade das espécies desenvolvidas no viveiro; Emitir laudos técnicos sobre a derrubada e poda de árvores em vias públicas, praças, parques e jardins, dentre outros, a fim de garantir a preservação ambiental do Município e a segurança da população; Visitar e emitir parecer sobre lavouras e hortas localizadas no Município a fim de verificar se a dosagem utilizada de agrotóxicos não é prejudicial ao ser humano; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviços ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalhos e/ou reuniões com unidades da Prefeitura; Expor situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afins ao Município; Observar normas de segurança individual e coletiva; Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

2. ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

2.1. A inclusão de conteúdo programático ao cargo de ENGENHEIRO AGRÔNOMO, passando a constar:

CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Agroecologia e ciências ambientais. Gestão e manejo ambiental. Ecossistemas, manejo e impactos ambientais. Fiscalização e licenciamento ambiental. Legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal. Noções gerais sobre Unidades de Conservação, Áreas de Preservação Permanentes e Parques Estaduais, Educação Ambiental, Ecologia e Meio Ambiente, Preservação e Conservação de Recursos Naturais. Poluição ambiental rural. Conservação dos recursos naturais. Saneamento básico rural. Influência do clima nos ecossistemas naturais e agroindustriais. A agropecuária e o desenvolvimento sustentável. Planejamento agropecuário. Administração, crédito e seguro rural. Avaliação e perícias agropecuárias. Comercialização agrícola. Gestão empresarial do agropecuário. Capital e custo de produção. Medidas de resultado econômico. Fatores que afetam os resultados econômicos. Visão geral de mercado e marketing. Climatologia, meteorologia e agroclimatologia. Instrumentação e observação meteorológica. Radiação solar e plantas cultivadas. Temperatura do ar e do solo e plantas cultivadas. Relação solo, água, planta. A água na atmosfera. Necessidade hídrica das culturas. Zonamento agroclimático. Fenômenos de transporte de nutrientes. Transferência de calor e massa. Ebulição e condensação. Trocadores de calor. Solos, formação, constituição, propriedades químicas e físicas. Matéria orgânica e organismos do solo. Solos, manejo e conservação. Fundamentos da ciência do solo. Introdução à fauna do solo. Microbiota do solo. Transformações bioquímicas dos nutrientes. Corretivos e fertilizantes: propriedades básicas; classificação e emprego. Nutrição mineral de plantas e adubação. Adubação verde e orgânica. Manejo da matéria orgânica do solo, amoníaco e cobertura morta. Tecnologia de produção para grandes e pequenas culturas: horticultura geral, floricultura, fruticultura, oleicultura, condimentares, preparo do solo e mudas, adubação, semeadura, plantio, cultivo, tratos culturais, colheita, pós-colheita transporte e conservação. Plantas invasoras, manejo e controle. Herbicidas tipos e modo de ação. Paisagismo, parques e jardins. Manejo e Produção Florestal Geral e melhoramento vegetal e animal. Botânica e fisiologia vegetal. Construções Rurais. Entomologia agrícola. Proteção de plantas, defensivos agrícolas, características, tipos e emprego. Recrutamento agropecuário. Fitopatologia, microbiologia e fitossanidade agrícola. Zootecnia e micro organismos do solo. Fecundação biológica do nitrogênio do solo e do ar. Manejo e a microbiota do solo. Conservação do solo e da água. Sustentabilidade do uso dos recursos solo e água. Irrigação, escoamento e conservação da água. Erodibilidade do solo. Práticas conservacionistas. Extensão rural. Desenvolvimento rural. Extensão rural. Tecnologia de produção de sementes. Unidades armazenadoras, tipos, utilidade e operacionalização. Técnicas de armazenagem de produtos agrícolas. Maturação e colheita dos grãos. Estrutura e composição química dos grãos. Propriedades físicas dos grãos. A água nos grãos. Recepção, amostragem, classificação, beneficiamento, processamento e armazenagem de grãos e sementes. Higrometria. Unidade de equilíbrio. Respiração e deterioração dos grãos. Pragas de grãos armazenados. Processos de seca e aeração de produtos agrícolas. Aeração e termometria de sementes e grãos. Máquinas, implementos agrícolas e logística. Mecanização agrícola, colheita e colhedores. Energia, motores e tratores. Sistemas de preparo do solo. Técnicas de manejo cultural. Semeadura, plantio e tratos culturais. Defesa fitossanitária. Tecnologia dos produtos agropecuários. Processamento e conservação de frutas. Bioquímica de alimentos. Microbiologia dos alimentos. Conservação de alimentos. Tecnologia do leite e derivados. Legislação específica. Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000. Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000 - Institui a classificação de produtos vegetais. Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903. Decreto nº 3.855, de 3 de julho de 2001. Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007 - regulamenta a lei nº 9.972/2000. Técnicas e sistemas de irrigação e drenagem. Qualidade da água e cálculos de vazão. Hidrologia e manejo de bacias hidrográficas. Topografia e fotogrametria. Geodésia. Sistema de posicionamento global. Noções básicas de cartografia. Zootecnia geral. Criações de animais monogêsticos e polígêsticos de corte e de leite. Avicultura.

Legislações do Município: 1. Lei Orgânica do Município de Santa Rita do Pardo; 2. Lei complementar nº 012/2007 de 21 de dezembro de 2017 (Regime Jurídico dos Servidores Municipais de Santa Rita do Pardo).

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

3.1. Permanecem inalteradas as demais normas e instruções do Edital de Abertura e seus anexos (Edital nº. 001/2020, de 06/04/2020).

3.2. Os casos omissos e as dúvidas que surgirem na interpretação deste Edital serão apreciados pela Comissão de Concurso Público.

Santa Rita do Pardo/MS, 27 de abril de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo

SECRET

1. The purpose of this document is to provide a comprehensive overview of the current status of the project and to identify the key areas that require further attention.

2. Project Overview

The project has been initiated to address the need for a more efficient and secure communication system. The primary objectives are to enhance the reliability of the system, reduce the risk of data loss, and improve the overall user experience. The project is currently in the planning phase, and the next steps involve conducting a detailed analysis of the existing system and identifying the specific requirements for the new system.

The project team has been assembled, and the initial meeting has been held. The team members have been assigned their respective roles, and the project schedule has been established. The next meeting is scheduled for next week, and the team will be working on the detailed analysis of the existing system.

2. The project is currently in the planning phase, and the next steps involve conducting a detailed analysis of the existing system and identifying the specific requirements for the new system.

3. Detailed Analysis

The detailed analysis of the existing system has identified several key areas that require further attention. These areas include the security of the system, the reliability of the communication links, and the overall performance of the system. The analysis has also identified the specific requirements for the new system, which will be used to guide the development process.

The project team has been working on the detailed analysis of the existing system, and the results of the analysis have been documented. The next steps involve developing a detailed plan for the new system and implementing the plan.

3. The project is currently in the planning phase, and the next steps involve conducting a detailed analysis of the existing system and identifying the specific requirements for the new system.

4. Implementation

The implementation of the new system is currently in progress. The project team has been working on the development of the system, and the results of the development have been documented. The next steps involve testing the system and deploying it to the production environment.

The project team has been working on the implementation of the new system, and the results of the implementation have been documented. The next steps involve evaluating the performance of the system and identifying any areas that require further attention.

